

METADADOS

PSD APRESENTA INICIATIVA PARA ELIMINAR INCONSTITUCIONALIDADES

O Grupo Parlamentar do PSD apresentou, dia 11 de maio, um projeto de lei para modificar o diploma dos “metadados” e assim corrigir as inconstitucionalidades apontadas pelo Tribunal Constitucional



pág. 3

PSD

LUÍS MONTENEGRO E JORGE MOREIRA DA SILVA FORMALIZARAM CANDIDATURA À PRESIDÊNCIA

O presidente do Conselho de Jurisdição Nacional (CJN) do PSD, Paulo Colaço, anunciou que ambas as candidaturas cumprem os requisitos necessários



pág. 5

LOCAIS

PSD DE PAREDES ACUSA CÂMARA DE METER-SE NUMA CONFUSÃO COM RESGATE DAS ÁGUAS

Ricardo Sousa lembra que o Tribunal de Contas “negou à Câmara a possibilidade de pedir um empréstimo que não entrasse na capacidade de endividamento da autarquia”



pág. 7

REGIONAIS

GOVERNO DOS AÇORES VAI TRANSFERIR PARA AUTARQUIAS PARTE DO IVA DO TURISMO

O líder do executivo açoriano avançou que o Governo vai apresentar um projeto de decreto legislativo na Assembleia Legislativa Regional para efetivar esta medida

“NÃO É CRIME” O PRIMEIRO-MINISTRO RESPONDER SE RECEBEU RELATÓRIO DAS SECRETAS

Rui Rio entende que o Primeiro-Ministro não desrespeita o segredo de Estado e, por isso, não comete qualquer crime ao esclarecer se recebeu ou não relatórios do Serviço de Informações e Segurança (SIS), sobre associações pró-regime russo que acolheram refugiados em Setúbal, caso contrário também o Presidente da República “teria cometido um crime”. Rui Rio sublinha que, no quadro da fiscalização da Assembleia da República, o Primeiro-Ministro tem o dever de responder “se tinha ou não informação” das secretas e, nesse sentido, “se atuou ou não atuou”.

“Eu perguntei se recebeu ou não recebeu relatórios no sentido de alertar para o facto de haver um cidadão russo que estava a receber refugiados e a passar informação (...). Se é crime responder à pergunta se recebeu o relatório ou não, dizer sim ou não, se isso fosse verdade então o Presidente da República, ele próprio, teria cometido um crime ao dizer que não recebeu. Portanto, não faz sentido e [o Presidente da República] não cometeu crime nenhum, como é lógico”, afirmou.

No Porto, na sexta-feira, 13 de maio, na apresentação do livro “Os Negócios Estrangeiros nos Programas dos Governos Constitucionais – 1976-2021”, o Presidente do PSD salienta que “uma coisa é o que o Primeiro-Ministro refere relativamente ao segredo de Estado, outra coisa é dar resposta aquilo que eu pergunto, que não implica nenhuma violação do segredo de Estado”. “O que eu perguntei vem no quadro da fiscalização que a Assembleia da República e os partidos da oposição devem fazer àquilo que é a atuação do Governo. Aquilo que nós pretendemos saber é se o Governo foi diligente ou não, portanto, se o Governo tinha a informação ou não tinha informação e se tinha informação porque é que atuou ou não atuou”, insistiu.

Sobre a possibilidade de avançar com um inquérito parlamentar à questão, o Presidente do PSD refere que não se pode banalizar as comissões de inquérito, é necessário “ver como é que as coisas evoluem e se, mais à frente, se possa justificar” a realização de uma comissão de inquérito.

Rui Rio conclui ainda que o PS, ao ter recusado ouvir no Parlamento o presidente da Câmara de Setúbal, tal decisão pode ter implicações no Governo. “Não se entende, não consigo mesmo entender, a não ser que tenha receio



de que o presidente da câmara de Setúbal, ao começar a esclarecer, acabe a implicar alguma coisa ligada ao Governo ou ao PS, só se for isso”, disse.

Rui Rio recorda que o PS teve uma posição diferente quando foi a Câmara de Lisboa, presidida na altura por Fernando Medina, ao ser acusada de partilhar dados de manifestantes russos com a Rússia. “Sinceramente não entendo (...) Se o presidente da Câmara Municipal de Lisboa foi na altura responder por aquilo, este não vai por uma coisa, que a existir, ainda é mais grave”, questionou.

Rui Rio discorda de revisão constitucional “apenas” para resolver problema da “lei dos metadados”

O Presidente de PSD manifestou discordância em mudar a Constituição da República Portuguesa “apenas para alterar uma alínea ou artigo” para tentar “resolver” o problema da inconstitucionalidade da “lei dos metadados”.

“O Primeiro-Ministro vem dizer que o PS estaria na disponibilidade de abrir um processo de revisão constitucional para esse efeito. Isto tem duas questões, dois problemas, não é fácil tecnicamente resolver a questão, por um lado, e, por outro lado, não se pode abrir um processo de revisão constitucional apenas para alterar uma alínea ou artigo da Constituição. Abrindo-se um processo [de revisão constitucional] está naturalmente tudo em aberto e qualquer deputado é livre de fazer propostas”, apontou.

Para Rui Rio, a revisão constitucional pode não ser a forma de “voltar a conseguir ter a lei que agora é inconstitucional” em vigor. “Estivemos a estudar uma forma de procurar ultrapassar a questão por via de uma revisão constitucional, eu não sou constitucionalista, mas constitucionalistas que nós temos no PSD avisam-nos de que não é fácil, através de uma revisão constitucional, resolver este problema agora que está colocado por via do acórdão do Tribunal Constitucional”, disse.

O Tribunal Constitucional anunciou em 27 de abril ter declarado inconstitucionais as normas da chamada “lei dos metadados” que determinam a conservação dos dados de tráfego e localização das comunicações pelo período de um ano, visando a sua eventual utilização na investigação criminal. Num acórdão proferido no dia 19, o TC entendeu que guardar os dados de tráfego e localização de todas as pessoas, de forma generalizada, “restringe de modo desproporcionado os direitos à reserva da intimidade da vida privada e à autodeterminação informativa”.



ELEIÇÃO DIRETA

LUÍS MONTENEGRO E JORGE MOREIRA DA SILVA FORMALIZARAM CANDIDATURA À PRESIDÊNCIA

Luís Montenegro e Jorge Moreira da Silva formalizaram as candidaturas a Presidente da Comissão Política Nacional do PSD, nos dias 12 e 16 de maio, respetivamente.

Na quinta-feira, a direção de campanha do ex-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD entregou nos serviços centrais do partido as declarações de subscrição, o orçamento e a proposta de estratégia global.

Na segunda-feira passada, Jorge Moreira da Silva, ex-ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, por impossibilidade de estar presente na sede do partido (encontra-se infetado com covid-19), designou Miguel Goulão, coordenador de candidatura, e Carlos Eduardo Reis, diretor de campanha, como responsáveis para entregarem toda a documentação necessária para o processo da eleição direta.

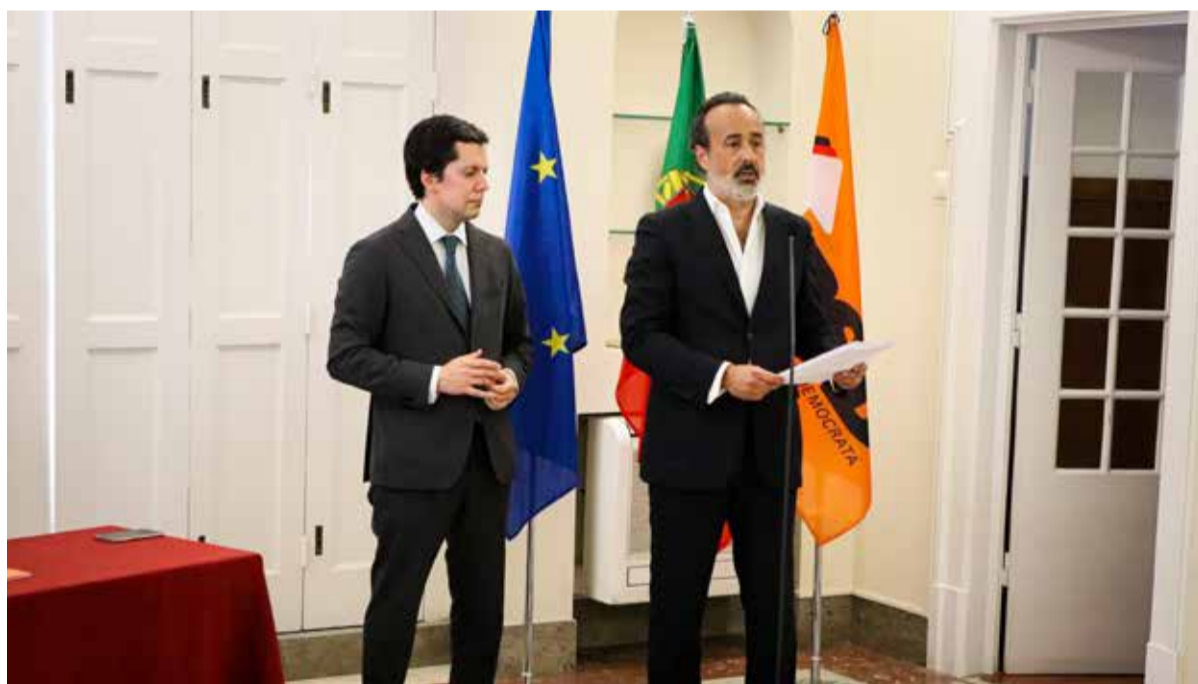
O presidente do Conselho de Jurisdição Nacional (CJN) do PSD, Paulo Colaço, anunciou que ambas as candidaturas cumprem os requisitos necessários.

“Preenchidos os requisitos estatutários e regulamentares exigidos, estão confirmadas as duas candidaturas que deram entrada”, referiu numa nota à imprensa. O CJN confirmou que ambas continham termo de aceitação do candidato, termo de aceitação do mandatário financeiro, proposta de estratégia global, orçamento de campanha e mais de 1500 subscrições de militantes com capacidade eleitoral.

De acordo com o regulamento eleitoral, aprovado em 14 de março em Ovar, as candidaturas teriam de ser subscritas por um mínimo de 1.500 militantes com capacidade eleitoral, só podendo cada militante tomar parte por uma única candidatura.

A eleição direta do PSD realiza-se no próximo dia 28 de maio de 2022, entre as 14h00 e as 20h00. O 40.º Congresso do PSD decorre nos dias 1, 2 e 3 de julho, no Coliseu do Porto.

As propostas de estratégia global estão disponíveis no final da presente edição do “Povo Livre”, bem como no “site” do PSD.



METADADOS

PSD APRESENTA INICIATIVA PARA ELIMINAR INCONSTITUCIONALIDADES



O PSD apresentou, dia 11 de maio, um projeto de lei para modificar o diploma dos “metadados” e assim corrigir as inconstitucionalidades apontadas pelo Tribunal Constitucional. Na apresentação do diploma, o líder parlamentar do PSD, Paulo Mota Pinto, afirmou que com a iniciativa do PSD são introduzidas três grandes alterações à lei 32/2008, relativa à conservação de dados gerados ou tratados no contexto da oferta de serviços de comunicações eletrónicas, para corrigir as principais objeções apontadas no acórdão do TC conhecido no final de abril.

“Em primeiro lugar, proibimos a circulação e transferência de dados para fora de Portugal e da União Europeia”, apontou o social-democrata.

Em segundo lugar, acrescentou, o diploma do PSD prevê uma redução do prazo de conservação dos dados para 12 semanas (atualmente a lei prevê um ano), salientando que na Alemanha este prazo é atualmente de dez semanas.

Finalmente, o projeto-lei dos sociais-democratas prevê a notificação dos envolvidos quando esta já não puder pôr em causa a investigação criminal.

“Pre vemos que a lei se aplique imediatamente a processos pendentes e tentamos que alguns deles possam ser ainda salvaguardados”, frisou.

Numa norma transitória do diploma, estabelece-se que “em processos pendentes e em que já tenha sido deduzida acusação no momento da entrada em vigor da presente lei” é lícita a utilização de metadados que tenham sido conservados por um período superior 12 semanas, desde que inferior a um ano.

O líder da bancada do PSD afirmou ainda esperar que o “projeto possa ser agendado proximamente e que, para o futuro, possa resolver o problema”.

PSD DE PAREDES ACUSA CÂMARA DE METER-SE NUMA CONFUSÃO COM RESGATE DAS ÁGUAS

O PSD de Paredes acusou, dia 15, o executivo socialista que gere a câmara se de ter metido “numa enorme embrulhada” ao “insistir” em contrair um empréstimo para pagar o resgate da concessão das águas.

Ricardo Sousa, presidente da concelhia social-democrata de Paredes, lembrou que o Tribunal de Contas (TdC) “negou à Câmara a possibilidade de pedir um empréstimo que não entrasse na capacidade de endividamento da autarquia”, pelo que, do seu ponto de vista, esta “ao pedir financiamento pela via normal vai pôr em causa os investimentos no concelho”.

“É uma grande embrulhada. A câmara deixa de ter capacidade de resposta para se candidatar a programas de financiamento que servem para projetos que fazem evoluir o concelho como ele merece”, disse Ricardo Sousa.

Em causa está o resgate da concessão de água à empresa Be Water, um ‘dossier’ com várias idas e vindas para o TdC que em abril rejeitou o recurso do executivo socialista de Paredes que pretendia contrair um empréstimo no valor de 21 milhões de euros que não entrasse no valor de endividamento da câmara.

O PSD de Paredes acusa o executivo socialista de “colocar o concelho em insolvência financeira para os próximos anos”.

Segundo Ricardo Sousa, o PSD defendeu uma solução diferente para todo este processo pois entende que “a Be Water não cumpre com a obrigação de prestar um bom serviço à população” pelo que “se não cumpre, a câmara podia resolver o contrato e não partir para um resgate”.

“Ao partirmos para um resgate damos logo um avanço à



empresa porque reconhecemos que lhe devemos valor”, disse o presidente da concelhia.

Ricardo Sousa disse que os valores a pagar são “ainda discutíveis”, lembrando que “a empresa que fez o estudo para Paredes e determinou que em causa estavam 21 milhões de euros, foi a mesma empresa fez um estudo para a câmara de Mafra, apontando para cinco milhões

de euros”.

“A câmara de Mafra acabou por pagar 17 milhões após acordo. Se isso acontecer em Paredes é dramático. E agora o TdC, ao não dar o visto, reconhece que o valor não é tácito. Se este valor já é gravoso, e sabendo que a empresa está a pedir 130 milhões de euros, não sabemos até onde isto pode ir”, referiu.

PSD DO PORTO DIZ QUE RESULTADOS DA AUSCULTAÇÃO DAS AVENIDAS ATLÂNTICAS FORAM “DETURPADOS”

O deputado social-democrata da assembleia de freguesia de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, no Porto, afirmou que os resultados da auscultação da reversão das Avenidas Atlânticas foram “deturpados” e que o PSD “não se revê” nas soluções.

João Pedro Antunes, candidato pelo PSD àquela união de freguesias e eleito deputado da assembleia, afirmou, dia 13, ter existido uma “deturpação dos resultados que a câmara e o movimento independente estão a apresentar” no âmbito da auscultação pública da reversão das avenidas Montevideu e Brasil.

“Ganhou a proposta A, depois a C1, a B e a C. A Câmara diz [no relatório] que a proposta vencedora é a C mais a C1. Isto é brincar com os números. O que resultou desta auscultação é que 55% das pessoas querem uma reversão, ou a A ou a B”, afirmou.

O relatório que agrega os resultados da auscultação pública da reversão das Avenidas Atlânticas, a que a Lusa teve acesso a 03 de maio, refere que foram 943 as participações. Destas, 45% mostraram preferência pelas propostas C (15%) e C1 (30%), isto é, as soluções que pressupõem a

diminuição do número de vias de circulação automóvel e a permanência da ciclovia no canal viário.

Por sua vez, 31% das participações indicaram preferir a solução A, que mantém as quatro vias de circulação automóvel, o estacionamento longitudinal e a ciclovia, aumentando de forma generalizada a largura tanto da faixa de rodagem automóvel, como ciclável.

A proposta B, solução que também mantém a largura do canal viário existente, foi selecionada por 24% dos participantes. Nesta solução, a ciclovia passa para o passeio marítimo e a “segurança” entre os ciclistas e peões é feita através de bancos e floreiras “colocadas pontualmente”.

Para João Pedro Antunes, é “estranho” que a câmara municipal “olhe para os resultados e resolva somá-los, quando a maioria dos participantes quer a reversão e manter as duas faixas de rodagem”.

“Como é que se olha para o relatório e se resolve pela situação que dá mais jeito? Compreendo que por detrás disto estão os custos inerentes a uma reversão. É mais fácil fazer a C e C1 que se limita a fazer umas pinturas e não há grande investimento”, disse.

O social-democrata referiu ainda que, entre as 943 participações, existiam, “certamente”, propostas que “mereciam ser discutidas e avaliadas, e que não foram consideradas”.

“Depois de 1.000 interações, continuamos a ter quatro propostas para avaliar quando se podia fazer uma análise séria”, defendeu, acrescentando que se a solução passar pelas propostas C e C1 é “apenas uma pequena cosmética”. “Esta pequena cosmética vai levar-nos em breve a fazer uma nova intervenção”, observou.

João Pedro Antunes destacou ainda que no relatório não é abordado “uma série de situações”, como o estacionamento, a parte nascente da via, os autocarros e o elétrico.

O social-democrata afirmou também que o assunto “não deve terminar” com o relatório da auscultação pública e que o PSD está disponível para “continuar a trabalhar” com a autarquia.

A reversão das Avenidas Atlânticas foi uma das medidas propostas pelo PSD no âmbito do acordo de governação estabelecido com o movimento independente liderado por Rui Moreira.

PSD DA FIGUEIRA DA FOZ INSISTE NA REQUALIFICAÇÃO DA ESQUADRA DA PSP



O PSD da Figueira da Foz exortou o presidente do município a exercer pressão junto do Governo para a concretização das obras de requalificação das instalações da PSP na cidade, que funcionam num antigo quartel, e prometidas desde 2018.

“Passaram quatro anos e o Governo socialista não fez nada”, disse o vereador social-democrata Ricardo Silva, na reunião de Câmara de dia 11, recordando que, em 2018, a então secretária de Estado Ajunta da Administração Interna anunciou várias centenas de milhares de euros.

O representante do PSD no executivo municipal lamentou que o Governo tenha anunciado nos últimos anos várias obras para a Figueira da Foz, que “nunca foram realizadas”.

O autarca social-democrata estranhou que, na cerimónia do 144.º aniversário do Comando Distrital da PSP, que decorreu a 3 de maio na Figueira da Foz, não tenha sido adiada uma data para o início da intervenção no edifício local daquela força de segurança.

“Ainda tive esperanças de o Governo vir anunciar agora [na altura do aniversário] as obras”, enfatizou Ricardo Silva, que pediu a intervenção da deputada social-democrata Mónica Quintela, que interpelou na semana passado o Governo sobre o início dos trabalhos, a modernização informática e a renovação da frota.

A parlamentar eleita pelo círculo de Coimbra recebeu, como resposta, a indicação de que a futura intervenção ainda está em fase de projeto e adaptação de preços.

“Por este andar, nem daqui a 20 anos as obras de reabilitação do edifício estarão concluídas”, ironizou Ricardo Silva.

GOVERNO DOS AÇORES VAI TRANSFERIR PARA AUTARQUIAS PARTE DO IVA DO TURISMO

O Governo dos Açores pretende transferir para as autarquias parte da receita total do Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA) cobrado na área do turismo, anunciou o presidente do executivo, José Manuel Bolieiro.

“O Governo [Regional] quer propor fazer participar o poder local dos Açores nas receitas do chamado IVA turístico. Estamos a propor, para submeter depois ao parlamento, uma solução que permita passar essa receita turística como receita para o nosso poder local”, declarou José Manuel Bolieiro, na ilha do Pico, após uma reunião com o presidente da Associação de Municípios dos Açores (AMRAA), dia 13.

O líder do executivo açoriano avançou que o Governo vai apresentar um projeto de decreto legislativo na Assembleia Legislativa Regional para efetivar aquela transferência de IVA.

Segundo informação disponibilizada pelo executivo, o Governo Regional pretende afetar aos municípios “um valor fixo, anual, de 7,5% da receita total do IVA cobrado na região, nos setores do alojamento, restauração, comunicações, eletricidade, água e gás”.

Segundo José Manuel Bolieiro, a transferência vai representar um “valor superior a 1,2 milhões de euros” para as autarquias.

“[Vamos] assegurar um pagamento retroativo, cerca de um 1,1 milhões relativo às receitas de 2020 e 2021. Também com uma negociação, como fizemos com a taxa variável do IRS, para pagar esses retroativos, mas depois, a partir do Orçamento do Estado e com a receita relativa a 2022, passa a ser uma transferência direta para os municípios”, acrescentou.

Na ocasião, o presidente da AMRAA, José António Soares, enalteceu os “compromissos cumpridos” pelo presidente do Governo dos Açores.

“Ainda vamos ter oportunidade de aferir, mas é realmente bem-vindo para todos os municípios da nossa região. Da nossa parte, é congratularmo-nos”, declarou o social-democrata, a propósito do anúncio do executivo.



AMPLIAÇÃO DA PISTA DO PICO JÁ ESTÁ “EM ANDAMENTO”



Marco Costa, deputado do PSD/Açores, destacou o avanço do projeto da ampliação da pista do aeroporto do Pico, cujas verbas encontram-se inscritas no orçamento da Região para 2022. “O processo do Estudo de Impacto Patrimonial já está em andamento e saudamos este passo”, elogiou.

O parlamentar social-democrata falava na apresentação do projeto de resolução aprovado por unanimidade na Assembleia Legislativa dos Açores. Para Marco Costa, “o ano de 2022 ficará certamente marcado na história do Aeroporto do Pico”, representando “uma mais-valia para os Açores, e em particular para o Pico e o Triângulo”.

Marco Costa enalteceu o Governo Regional por “reconhecer a existência de interesse regional no projeto de expansão da pista do aeroporto do Pico, com o estabelecimento de medidas preventivas que condicionam as operações urbanísticas no plano do ordenamento e gestão do território”. Isto porque a paisagem da ilha do Pico é Património Mundial da UNESCO, “preocupação” que está a ser tratado pela tutela do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

O parlamentar exaltou por isso que “num ano e meio foram mais as decisões dos que nos últimos dois mandatos do Partido Socialista. Um processo evolutivo, após as várias oportunidades perdidas pelos anteriores governos socialistas”.

“Temos de confessar que temos dúvidas de que se o PS se mantivesse no poder poderíamos estar hoje neste plano de decisões”, frisou Marco Costa, salvaguardando que “podemos garantir que nos vamos manter na defesa do desenvolvimento do processo do Aeroporto do Pico, com responsabilidade e confiança”.

97% DA POPULAÇÃO DE SÃO MIGUEL VAI TER MÉDICO DE FAMÍLIA

O Governo dos Açores anunciou, dia 11, a contratação de 79 médicos com “vínculo permanente”, reforçando a Unidade de Saúde de São Miguel com oito profissionais, permitindo que 97% da população da ilha tenha médico de família.

A informação foi adiantada pelo secretário Regional de Saúde, Clélio Meneses, no plenário da Assembleia Legislativa dos Açores, que começou na terça-feira na cidade da Horta, ilha do Faial, no âmbito de uma proposta do PAN, aprovada com dois votos contra do BE, para a revisão do regime da prestação do trabalho médico extraordinário nos serviços de urgência e de atendimento permanente das unidades de Saúde de Ilha.

“A Unidade de Saúde de Ilha de São Miguel [USISM] ficará com 97% da população com médico de família. Neste momento, temos 20.911 pessoas sem médico de família. Quando o processo [de contratação] ficar concluído, haverá menos 16.289 pessoas sem médico de família”, afirmou o governante.

Clélio Meneses adiantou que, na USISM, vão ser contratados quatro médicos para substituir quatro profissionais que se reformam, continuando alguns a colaborar com o Serviço Regional de Saúde.

Além destes, vão ser ainda contratados mais oito médicos para aquela unidade e um total de 79 durante o atual ano, perfazendo os 124 profissionais, disse.

O secretário regional notou que o Governo Regional, de coligação PSD/CDS-PP/PPM contratou, com vínculo permanente ao Serviço Regional de Saúde, 45 médicos em 2021.

“Atualmente, temos 79 propostas de autorização para outros tantos médicos, o que dá um total 124 médicos contratados por este Governo”, frisou.



O secretário regional reconheceu ser uma “questão complexa”, na qual o executivo de coligação PSD/CDS-PP/PPM tem “estado a trabalhar”.

Pelo PSD, a deputada Salomé Matos reconheceu à proposta o “mérito de apresentar soluções para mitigar a moti-

vação dos profissionais”, tendo em vista a “dificuldade em prestar cuidados médicos urgentes, sobretudo em ilhas sem hospital”.

“Esta proposta visa garantir o direito dos açorianos ao acesso a cuidados médicos”, defendeu.

PARLAMENTO AÇORIANO RECOMENDA ESTRATÉGIA PARA PRODUÇÃO DE CEREAIS



A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprovou, dia 12 de maio, recomendar ao Governo uma “estratégia agrícola regional de emergência para a produção e armazenamento de cereais”, tendo em vista diversificar a produção.

Este projeto de resolução contou com os votos favoráveis da bancada do PSD (21 deputados), do CDS-PP (3), do PPM (2), do PS (25), do BE (2), do deputado independente, do deputado único do PAN, do voto contra da representação parlamentar da Iniciativa Liberal (IL) e da abstenção do Chega (1).

A proposta pretende, também, “criar uma orgânica interprofissional de produtores açorianos com marca registada com vista à partilha de conhecimentos e experiências, acréscimo de ganhos de produção e eficiência em escala, otimizado com o legado do património regional de produção cerealífera para a produção emergente de cereais na Região Autónoma dos Açores”.

O secretário regional da Agricultura, António Ventura, afirmou que a proposta vai de encontro às pretensões do Governo de coligação, que está já a atuar com os mesmos objetivos.

António Ventura observou igualmente que o executivo firmou um protocolo com a Universidade dos Açores, no valor de 200 mil euros, para “análise e aconselhamento” quanto ao uso dos solos, bem como a “atualização da carta de aptidão de solos”.

CONVOCATÓRIAS DO PSD**RECEÇÃO**

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt

**DISTRITAIS****SANTARÉM**

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia Distrital do PSD de Santarém, para reunir no próximo dia 30 de Maio, (Segunda-feira) pelas 21H30, no Edifício Equuspolis (Museu Municipal Martins Correia), sita na Rua D. João IV, na Golegã, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da Situação Política atual;
2. Discussão e Aprovação do Relatório de Contas 2021;
3. Apresentação e Aprovação da Moção Temática a apresentar ao 40º Congresso Nacional.

SECÇÕES**ALMEIRIM**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Almeirim, para reunir no próximo dia 25 de Junho, pelas 15H00, sita na Praceta Lourenço Carvalho, nº 10 -2º Andar, em Almeirim, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
- 2- Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas candidatas deverão ser apresentadas de acordo com o estabelecido no Regulamento Eleitoral e entregues ao Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24H do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

No caderno eleitoral apenas constarão os militantes com as quotas em dia.

As urnas estarão abertas entre as 15H00 e as 17H00.

ARCOS DE VALDEVEZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Arcos de Valdevez, para reunir, no próximo dia 2 de Junho de 2022 (quinta-feira), pelas 21H00 na Sede do PSD, sita na Cave do Centro Comercial Norte Vez, Rua Nunes de Azevedo, Arcos de Valdevez, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apreciação e aprovação das contas de 2021;
2. Análise da situação política local e nacional;
3. Outros assuntos de Interesse.

NOTA: se à hora designada não tiver comparecido o número necessário de militantes, a reunião realizar-se-á meia hora mais tarde 21H30.

**FIGUEIRA DA FOZ
ALTERAÇÃO DO LOCAL DE VOTO**

O fato da Sede da Figueira da Foz estar imprópria para utilização, dado que mais um teto, o da sala principal ter caído, o que nos obrigou a entregar a sede ao senhorio e neste momento já nem sequer somos arrendatários obriga-nos a alterar o local das eleições diretas do próximo dia 28 de Maio.

Assim, o local da Assembleia Eleitoral será na seguinte morada: Grupo Caras Diretas, Rua 5 de Outubro, nº 5 3080-254 Figueira da Foz.

LOURINHÃ

Ao Abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes da Secção da Lourinhã, para reunir no dia 9 de Junho de 2022 (quinta-feira), pelas 21H00 na Sede da Concelhia do PSD da Lourinhã, Rua Eng.º Adelino Amaro da Costa, 4 Cave - Lourinhã

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política local e nacional;
2. Outros assuntos.

Nota: Se à hora marcada não estiverem presentes o número

de militantes necessário para o preenchimento do quórum, a reunião terá início trinta minutos mais tarde, com qualquer número de participantes.

PAREDES

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de militantes do PSD Paredes, a reunir no próximo dia 3 de Junho de 2022 (sexta-feira), pelas 20H30, na Sala António Cardoso, na Sede do PSD Paredes, sita na Rua 1º Dezembro n.º 45, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Apresentação das contas 2021 e Orçamento para 2022;
3. Análise da situação política.

Nota: Se à hora prevista na convocatória não se verificar quórum, a Assembleia funcionará meia hora mais tarde, com qualquer número de militantes, no mesmo local e com a mesma ordem de trabalhos.

TROFA

Nos termos dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata convocam-se todos os militantes para reunirem, em sessão ordinária da Assembleia de Secção da Trofa no dia 25 de Maio (quarta-feira) de 2022, às 21H00, na Sede da Secção, sita na Rua Camilo Castelo Branco, 222, Cidade da Trofa com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Informações;
2. Análise da situação política

Nota: De acordo com os Estatutos Nacionais do PPD/PSD, não estando presentes mais de metade dos militantes da Secção, a Assembleia de Secção pode deliberar trinta minutos após a hora fixada para o início dos trabalhos com qualquer número de presenças.

NÚCLEOS**LITORAL PORTO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da PSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia de Núcleo PSD Litoral Porto para dia 1 de Junho (quarta-feira) de 2022, pelas 21H00 na Sede Distrital do PSD Porto, sita na Rua Guerra Junqueiro, 64, Porto com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. Outros assuntos.

CONVOCATÓRIAS DA JSD**RECEÇÃO**

Segunda-feira até 18h00

email: jsdnacional@gmail.com

**FUNDÃO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e demais Regulamentos, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Fundão para reunir, no próximo dia 24 de junho de 2022, com início pelas 17 horas, na sede do PSD Fundão, sita na Rua dos Restauradores, Lote 10 R/C B, 6230 – 496, Fundão, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa do Plenário Concelhio e Comissão Política Concelhia.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio ou ao seu substituto legal, respeitando o cumprimento estatutário, na Sede Concelhia do PSD Fundão, sita na Rua dos Restauradores, Lote 10 R/C Bº, 6230 – 496, Fundão, até às 23h59m, do sétimo dia anterior ao começo dos trabalhos, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD.

No dia da eleição as urnas vão estar abertas entre as 17h00 e as 20h00.

MATOSINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se todos os militantes da concelhia de Matosinhos, para reunirem no próximo dia 20 de junho de 2022, pelas 18 horas na sede concelhia do PSD Matosinhos, sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, n.º 98, 4500-200 Matosinhos, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política da Concelhia da JSD Matosinhos.

NOTA:

As eleições decorrerão entre as 18h00m e as 20 horas. As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Concelhia ou a quem o substitua, até às 23:59H do sétimo dia anterior ao acto eleitoral, na sede do PSD Matosinhos.

ODIVELAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Odivelas para reunir em sessão ordinária no dia 26 de Maio de 2022, pelas 21:00h, na sede concelhia da JSD/PSD Odivelas, situado na Rua Combatentes do Ultramar 20-A Odivelas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Balanço do Mandato;
- 2 – Análise da Situação Política;
- 3 – Marcação de eleições para a comissão Política;
- 4 – Outros Assuntos.

OVAR

Ao abrigo dos termos do Artigo 71º nº2 dos Estatutos da Juventude Social Democrata, são convocados todos os militantes da JSD Ovar para reunir em Plenário de Militantes Concelhio, no dia 27 de maio de 2022, pelas 21h00, na Sede da Secção de Ovar do Partido Social Democrata, sita na Rua Ferreira de Castro, 84 1ºEsq - Ovar, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Aprovação da ata do Plenário de Militantes Concelhio de 19 de fevereiro de 2022;
- 2 – Análise da situação política;
- 3 – Atividades da JSD Ovar;
- 4 – Futuro da JSD Ovar: balanço do mandato e reflexão sobre o próximo ato eleitoral concelhio;
- 5 – Outros assuntos.

Notas:

É aconselhável o uso de máscara e caneta própria, assim como a desinfeção das mãos à entrada do local.

Será disponibilizado gel desinfetante a todos os presentes e garantido o cumprimento das normas de recomendação da DGS.

REGUENGOS DE MONSARAZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento do Congresso Distrital da JSD Distrital de Évora, convoco o Plenário concelhio da JSD de Reguengos de Monsaraz para reunir no próximo dia 24 de junho de 2022, sexta-feira, pelas 18 horas, na sede do PSD de Reguengos de Monsaraz, Rua Serpa Pinto, n.º 15, Código-Postal 7200-330, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política Concelhia e da Mesa do Plenário Concelhio da JSD de Reguengos de Monsaraz.

Nota:

As urnas estarão abertas das 18h às 20h;

As listas candidatas deverão ser entregues, ao Presidente da Mesa do Congresso Nacional (jose.fialho241@gmail.com), ou a quem o substitua legalmente, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral (17 de junho de 2022 - sexta-feira), devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e o termo de subscrição da lista.

NÚCLEO DO BONFIM - PORTO

Ao abrigo dos Estatuto Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia Eleitoral do Núcleo do Bonfim para reunir no dia 18 de junho (sábado), entre as 15h e as 17h, na sede de Núcleo do PSD Bonfim, situada na Avenida Rodrigues de Freitas, nº 50, Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política e Mesa de Plenário do Núcleo da JSD Bonfim.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Concelhia da JSD Porto ou a quem o substitua estatutariamente, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao eleitoral, na sede do PSD Bonfim, situada na Avenida Rodrigues de Freitas, nº 50, Porto, respeitando as normas e os Estatutos Nacionais e demais Regulamentos da JSD.



CONSELHO DE JURISDIÇÃO
NACIONAL

ACÓRDÃO

26/04/2022

I. DO REQUERIMENTO

1. Na sua reunião de 5 de Abril pp. deliberou o Conselho de Jurisdição do Partido Social Democrata apreciar o pedido de impugnação das deliberações do Conselho Nacional de 14 de Março pp., apresentado a 22 de março pelo militante Davide Henrique Ferreira da Cruz.

2. O teor do referido pedido de impugnação argumentava o seguinte :

"Ex. Sr. Presidente do Conselho de Jurisdição Nacional do PSD C/C

Presidente do Partido Social Democrata

Presidente do Congresso e Conselho Nacional do PSD

Impugnação de deliberações do Conselho Nacional do PSD de 14 de março de 2022.

Davide Henrique Ferreira da Cruz, militante nº 31428 do PSD (Partido Social Democrata) desde 1976, militante nº7435 dos TSD (Trabalhadores Sociais Democratas) e membro CEN (Conselho Estratégico Nacional), vem por este meio impugnar as deliberações irregulares tomadas pelo Conselho Nacional do PSD de 14 de março de 2022, por não estarem de acordo com a regulamentação e legislação aplicável, como a seguir se descreve.

No I Conselho Nacional Extraordinário de 2022 que ocorreu no passado dia 14 de março, em Ovar, foi deliberado por maioria a marcação da eleição direta do Presidente do Partido e Congresso, bem com os respetivos regulamentos.

No entanto, o Conselho Nacional apenas poderá fazer usos destas competências quando o mandato do Presidente e Comissão Política Nacional (CPN) tenham terminado ou tenham sido revogados.

Como é do foro público e foi transmitido ao Conselho Nacional pelo Presidente da Mesa do Congresso, que não existiu qualquer demissão dos órgãos nacionais até ao momento.

Também, não foi aprovada qualquer moção de censura ou reprovada qualquer moção de confiança e encontrando-se os seus membros na plenitude das suas faculdades, não se pode considerar que os respetivos mandatos tenham sido revogados.

De acordo com os Estatutos do PSD, compete ao Conselho Nacional através do número 2 do artigo n.º 18:

(...)

- b) Apreciar a atuação dos demais órgãos do Partido, podendo revogar o mandato dos respetivos titulares se assim o entender estritamente necessário para a realização dos fins do Partido;*
- c) Eleger o substituto de qualquer dos titulares da Mesa do Congresso e da Comissão Política Nacional, com exceção do seu Presidente, no caso de vacatura do cargo ou de impedimento prolongado, sob proposta do respetivo órgão;*



**CONSELHO DE JURISDIÇÃO
NACIONAL**

- d) *Convocar o Congresso Nacional e aprovar o respetivo Regulamento, prevendo, designadamente, que as Propostas de Estratégia Global só podem ser apresentadas pelos candidatos a Presidente da Comissão Política Nacional;*
- e) *Convocar, com observância do disposto no nº 2 do artigo 72º, a eleição direta do Presidente da Comissão Política Nacional e aprovar o respetivo Regulamento Eleitoral;(…)*

Assim, não existindo qualquer impedimento para a função do Presidente e da maioria dos membros da Comissão Política Nacional, não tendo estes apresentado a demissão ou renúncia ao mandato apenas poderiam ter sido convocadas as eleições para os órgãos nacionais do PSD em caso de aprovação de moção de censura ou reprovação de moção de confiança, o que não ocorreu até ao momento.

Desta forma, não tendo sido revogado/interrompido o mandato do Presidente e da Comissão Política Nacional, este apenas terminará em dezembro de 2023, pelo que o Conselho Nacional não tem competência para as deliberações tomadas no I Conselho Nacional Extraordinário de 2022, sem previamente revogar os respetivos mandatos.

Pelo que, vimos requerer a apreciação da conformidade com os Estatutos do PSD das seguintes deliberações, aprovadas no último Conselho Nacional:

(…)

Ponto 1 – Aprovação da Proposta da Comissão Política Nacional sobre antecipação da eleição direta do Presidente da Comissão Política Nacional e conseqüente marcação do Congresso Nacional do PSD.

Ponto 2 – Aprovação do Regulamento da eleição do Presidente da Comissão Política Nacional e do 40º Congresso Nacional (…)

Com os melhores cumprimentos

D. Henrique Cruz

Maia, 22 de março de 2022”

3. O mesmo pedido, após distribuição, mereceu o seguinte despacho:

“No sentido de se proceder a apreciação do pedido de impugnação das deliberações do Conselho Nacional de 14 de Março de 2022, requerido pelo militante Davide Henrique Ferreira da Cruz, determina-se, na sequência da deliberação do Conselho de Jurisdição Nacional de 5 de Abril pp. o seguinte:

- a) *proceder a notificação do Senhor Presidente do Conselho Nacional no sentido de se pronunciar, por declaração escrita, e facultar os esclarecimentos necessários a sua decisão e fundamentação de convocar o referido Conselho bem como a validade das suas deliberações .*
- b) *Solicitar ao Secretário Geral a ata da reunião da Comissão Política Nacional que solicitou a marcação do Conselho Nacional.*
- c) *Fixar o prazo de cinco dias , a contar no dia seguinte a da sua recepção, para ter acesso a referida declaração e ao documento solicitado.*

Remeta-se o pedido de impugnação ao Presidente do Conselho Nacional e ao Secretário Geral.

6 de Abril de 2022

O Relator

António Tavares”



**CONSELHO DE JURISDIÇÃO
NACIONAL**

4. Chamado a pronunciar-se o Presidente do Conselho Nacional e da Mesa do Congresso, Professor Doutor Paulo Mota Pinto evidenciou o seguinte:

" Em resposta ao pedido de pronúncia que me foi dirigido por V. Ex.a, em 6 de abril de 2022, sobre pedido de impugnação das deliberações do Conselho Nacional de 14 de março de 2022, venho dizer o seguinte:

- 1) o Conselho Nacional em causa teve a seguinte Ordem de Trabalhos:

"Ponto 1 – Aprovação da Proposta da Comissão Política Nacional sobre antecipação da eleição direta do Presidente da Comissão Política Nacional e conseqüente marcação do Congresso Nacional do PSD.

Ponto 2 – Aprovação do Regulamento da eleição do Presidente da Comissão Política Nacional e do 40.o Congresso Nacional".

- 2) a Mesa do Conselho Nacional recebeu a seguinte proposta da Comissão Política Nacional, sobre o ponto 1 desta Ordem de Trabalhos:

"PROPOSTA (Marcação de eleições diretas antecipadas para o Presidente da CPN/PSD)

1 - Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD, e em face da data da realização do último Congresso Nacional, o presente mandato do Presidente da Comissão Política Nacional e dos órgãos nacionais do Partido termina em dezembro de 2023.

2 - Segundo os mesmos Estatutos, o Conselho Nacional pode, por aprovação de uma moção de censura, interromper o mandato da Comissão Política Nacional, desencadeando a marcação de um Congresso Nacional antecipado.

Não está, no entanto, nas suas competências estatutárias idêntico poder relativamente à possibilidade de determinar a interrupção do mandato do Presidente da Comissão Política Nacional, eleito em sufrágio direto pela totalidade dos militantes do Partido.

3 - Por força desta circunstância, a interrupção do mandato do Presidente da CPN depende da iniciativa e da vontade expressa do Presidente em exercício, que, se assim o entender, terá, para tal efeito, de propor ao Conselho Nacional uma data para a realização de eleições diretas antecipadas com vista à sua sucessão.

4 - Ao Conselho Nacional caberá então decidir, nos termos propostos, a interrupção do mandato em caso de aprovação da proposta, ou a sua continuidade, se a rejeitar.

Caso a proposta seja aprovada, caberá então ao Conselho Nacional marcar o Congresso Nacional para início do mandato do novo presidente e dos órgãos a eleger nesse Congresso.

5 - Em face dos resultados eleitorais registados nas recentes eleições legislativas, o Presidente do PSD anunciou publicamente que assumia a correspondente responsabilidade.

Concretamente, assumiu que, a despeito de ainda há muito pouco tempo o Partido ter sido chamado a idêntico procedimento eleitoral antecipado, o PSD deveria, de forma responsável e tranquila, despoletar um novo processo eleitoral interno, a realizar até ao verão do presente ano civil.

6 - Assim sendo, em coerência com tal entendimento e por proposta do seu Presidente, a CPN propõe ao Conselho Nacional a antecipação das eleições diretas para Presidente da Comissão Política Nacional do PSD para o próximo dia 28 de Maio de 2022, com a segunda volta a realizar no dia 4 de Junho de 2022". [datas resultantes de alteração desta proposta já durante o próprio Conselho Nacional]



**CONSELHO DE JURISDIÇÃO
NACIONAL**

- 3) *a Mesa do Conselho Nacional considerou que resultava claramente do teor desta proposta, e em particular da conjugação dos seus n.os 4 e 6, uma declaração de interrupção do mandato, por iniciativa da própria Comissão Política Nacional (contendo, pois, numa certa perspetiva, a demissão desta Comissão), em caso de aprovação da proposta de fixação de data para as eleições diretas para Presidente da Comissão Política Nacional; mais especificamente, a Mesa do Conselho Nacional entendeu que a declaração de interrupção, por própria iniciativa, do próprio mandato, não é um ato ou negócio jurídico incondicionável ("bedingungfeindlich", na terminologia da doutrina germânica), podendo, por razões políticas ou outras, ser sujeito a condição (no caso, a condição suspensiva).*
- 4) *a referida proposta foi aprovada, conforme registado na Ata do Conselho Nacional, pelo que se verificou essa condição, tendo-se, no entendimento da Mesa do Conselho Nacional, interrompido por sua própria iniciativa, nos termos dessa proposta conjugada com a votação do Conselho Nacional, o mandato dos referidos órgãos (e sendo, pois, improcedente a alegação de que não teria sido "sido revogado/interrompido o mandato do Presidente e da Comissão Política Nacional", o qual ainda estaria em curso).*

A Mesa do Conselho Nacional não pretende, porém, interferir na competência do Conselho de Jurisdição Nacional, pelo que não se pronuncia mais especificamente sobre o teor (e eventuais outras razões de improcedência) da impugnação apresentada, tendo sobretudo em conta que esse Conselho de Jurisdição Nacional, em seu elevado critério e conhecimento jurídicos, bem saberá decidir.

Cumprimentos muito cordiais,

*Lisboa, 6 de abril de 2022"
(Paulo Mota Pinto)*

5. O Secretário Geral do PSD facultou o extracto seguinte da ata da Comissão Política Nacional de 4 de Março de 2022 que deliberou no sentido de convocar o Conselho Nacional:



EXTRATO DE ATA DA REUNIÃO DA CPN DE 4 DE MARÇO DE 2022

A Comissão Política Nacional, reuniu em sessão ordinária, no dia 4 de março de 2022, pelas 15h30, por zoom e com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

Ponto 1 – Análise da situação política

Ponto 2 – Apresentação da Proposta de antecipação da eleição direta do Presidente da Comissão Política Nacional e marcação do 40.º Congresso Nacional do PSD

Ponto 1.

Ponto 2

A proposta de antecipação da Eleição do Presidente da Comissão Política Nacional e do 40.º Congresso Nacional foi aprovada por unanimidade.

A reunião encerrou os trabalhos cerca das 19h30m.

Lisboa, 4 de março de 2022

José Maria Lopes Silvano
Secretário-Geral



CONSELHO DE JURISDIÇÃO
NACIONAL

II. O DIREITO:

Está em causa a observação e o cumprimento, nomeadamente do artigo 18º dos Estatutos do PSD

III. DA APRECIÇÃO:

Cumprе salientar que foi a Comissão Política Nacional, por proposta do seu Presidente, que tomou a iniciativa de propor ao Conselho Nacional a interrupção do seu mandato e respetiva antecipação das eleições diretas para Presidente da CPN e cuja conclusão só teria lugar em dezembro de 2023.

Tomou esta iniciativa ao deixar claro que a opção competia ao Conselho Nacional decidir, sob condição, a interrupção do mandato aprovando a proposta ou a contrário, rejeitando a mesma e mandatando a CPN para continuar o mesmo mandato.

Acontece que as condições políticas para continuar o mandato do Presidente da CPN tinham logo, na noite das eleições legislativas de 30 de Janeiro de 2022, sido por si questionadas quando afirmou, perante o país, que *“não sabia como poderia continuar a ser útil ao PSD”*.

Entendeu o Presidente do Partido ouvir o Conselho Nacional em Barcelos, a 19 de Fevereiro pp., onde também, ali, alguns militantes entendiam que a situação política exigia uma clarificação.

O facto da representação institucional do partido, aquando do processo de formação de governo dever ser assegurada de uma forma, do ponto de vista político, robusta implicou a continuação de uma reflexão interna que se consolidou no processo de convocar um novo Conselho Nacional, em Ovar, para 14 de Março de 2022.

A Ordem de Trabalhos proposta foi clara ao discutir, no seu ponto 1, a aprovação de uma proposta da Comissão Política Nacional sobre a antecipação da eleição direta do Presidente da Comissão Política Nacional e conseqüente marcação do Congresso Nacional do PSD.

No ponto 2 estava em causa a aprovação do Regulamento da eleição do Presidente da Comissão política Nacional e do 40º Congresso Nacional.

A proposta apresentada pela Comissão Política Nacional estava fundamentada nos vários pontos e previa a marcação de eleições diretas antecipadas para o Presidente da CPN/ PSD.

O entendimento da Mesa do Conselho Nacional foi que desta proposta estava evidente, desde logo nos nº 4 e 6º, uma proposta de interrupção do mandato por iniciativa da própria CPN e do seu Presidente, evidenciando a vontade de não continuar a exercer o seu mandato por falta de condições políticas objectivas para o referido exercício.



CONSELHO DE JURISDIÇÃO NACIONAL

Entendeu assim a Mesa do Conselho Nacional que esta declaração de interrupção, por vontade própria, configurava não um ato ou um negócio jurídico incondicionável, mas antes algo que estaria sujeito a condições políticas cuja competência competia avaliar ao Conselho Nacional. Estava, desse modo, o resultado dessa avaliação sob forma de condição.

O artigo 270º do Código Civil diz-nos que a condição é uma clausula acessória da qual se faz valer a eficácia do negócio jurídico de verificação de um evento futuro e incerto.

A aprovação desta proposta pelo Conselho Nacional veio a consolidar esta ideia e permitir a interrupção do mandato do Presidente e da sua CPN, processo no qual os conselheiros participaram de uma forma ativa ao proporem reajustamentos ao calendário em análise e, dessa forma, possibilitarem a abertura de um novo processo eleitoral.

Um dos momentos mais importantes da vida interna partidária é a possibilidade dos seus militantes puderem acompanhar todos os momentos necessários ao desenvolvimento e modo de atuação dos seus órgãos políticos e respetivos dirigentes.

De acordo com o artigo 18º nº1 dos seus estatutos o *"Conselho Nacional é o órgão responsável pelo desenvolvimento e execução da estratégia política do Partido definida em Congresso, bem como pela fiscalização política das atividades dos órgãos nacionais e regionais do Partido."*

Ora enquanto órgão responsável pelo desenvolvimento e execução da estratégia política do Partido definida em Congresso, o Conselho Nacional aguardou a iniciativa política da CPN considerando esta que a proposta apresentada ao eleitorado tinha sido rejeitada, por este, de uma forma significativa dando mesmo uma maioria parlamentar ao Partido Socialista. As eleições consagraram uma orientação política alternativa aquela que propunha o PSD.

Poderia então o Conselho Nacional utilizar os poderes previstos na alínea b) do artigo 18º n2 *"apreciar a atuação dos demais órgãos do partido , podendo revogar o mandato dos respetivos titulares se assim o entender estritamente necessário para a realização dos fins do Partido"*. Isto é se um representante do partido não está a fazer merecimento ao seu mandato, está susceptível de ser accionada a sua substituição, por meio do voto dos Conselheiros, assim como foi com a sua eleição e respetiva investidura.?

Poderíamos considerar que este voto de destituição se poderia justificar pelo não cumprimento das iniciativas aprovadas pelos órgãos do Partido ou pela perda de confiança política dos eleitores nos órgãos do PSD?

Sendo um mecanismo normal da democracia a destituição de um mandato, em reunião expressamente convocada, só pode e deve ser aplicada em situação de crise grave e suficientemente prejudicial para a imagem e reputação, neste caso, do PSD.

Não foi este o caminho que o Conselho Nacional quis seguir. Antes aguardou a iniciativa política do Presidente e da CPN. Se estava em causa um mandato e se este poderia ser revogado por iniciativa do Conselho Nacional também poderia ser aplicado a avaliação se deveria ou não ser interrompido o referido mandato.

A teoria do mandato representativo, com as devidas adaptações, permite também se poder fazer depender a interrupção do mesmo, como parece ser o caso, de uma vontade coletiva de colocar à decisão do órgão responsável interromper ou não esse mesmo mandato.

Este mandato particular conjuga aspectos políticos e jurídicos, cujas características lhe conferem uma maior estabilidade em relação ao mandato privado, próprio do direito civil, que assenta principalmente na revogabilidade como um dos seus principais elementos. Adoptando, em princípio, o mandato político a ideia de ser irrevogável, por ser outorgado pelos militantes em voto direto, comporta também uma excepção que é a revogação, recorrendo à figura da interrupção por iniciativa do próprio ou do colectivo, do mandato por motivos exclusivamente de oportunidade política.

Aliás já Jean Jacques Rousseau, no seu Contrato Social, nos tinha alertado que “quando um povo institui um governo não é um compromisso que ele assume; trata-se de uma forma provisória que ele atribui à administração até que queira ordenar diferentemente. Verdade é que todas essas mudanças são sempre perigosas e que não convém jamais tocar no governo estabelecido a não ser quando ele se torna incompatível com o bem público; mas esta circunspecção é uma máxima da política e não uma regra do direito”.

Ao propor uma avaliação política conducente à interrupção do seu mandato o Presidente e a CPN acabaram por preencher os requisitos necessários formais a que se devem, ainda, conjugar os elementos históricos e da cultura política, cuja tradição portuguesa é evidente, permitindo, ao mesmo tempo, que o processo possa decorrer com transparência e a afirmação da vontade do Conselho Nacional o qual poderia rejeitar esta proposta de interrupção do mandato. Não precisa, pois, de ser necessário existir um pedido expresso de renúncia ao mandato pelo Presidente da CPN já que o espírito e a vontade da proposta apresentada ao Conselho Nacional e, por este órgão, devidamente sufragada afasta qualquer incumprimento estatutário.

Noberto Bobbio justifica, na sua Teoria Geral da Política, que *“os fins da política são tantos quantas forem as metas a que um grupo organizado se propõe, segundo os tempos e as circunstâncias”*.

Desta forma o Presidente do PSD e a CPN entenderam devolver ao Conselho Nacional o poder de decidir interromper o seu mandato, que consideravam esgotado após os resultados eleitorais, de 30 de janeiro de 2022, aceitando o pressuposto geral do princípio da soberania popular, entendida esta no âmbito do universo do Partido Social Democrata, salientando que todo o poder vem do povo (militantes) e deve encontrar no povo (militantes) a solução para assegurar o equilíbrio entre a vontade subjectiva dos dirigentes e a vontade objectiva dos militantes.

Claude Lefort em *“Pensando o político: ensaios sobre a democracia, revolução e liberdade”* reforça essa mesma ideia quando nos diz que *“a democracia vai além de pormenores institucionais, sendo local de competição disciplinada onde os conflitos existentes dentro e fora da sociedade se desenvolvem mediante procedimento que permite um reajuste periódico.”*

O nexó de causalidade fica, assim, evidente permitindo justificar o grau de satisfação e de confiança dos militantes na decisão que o Conselho Nacional veio a aprovar.

A responsabilidade política relaciona-se com a obrigação jurídica de se prestar contas, bem como a submissão destes ao juízo de mérito sobre os seus atos por parte dos seus pares e a possibilidade da sua destituição ou substituição em caso de insatisfação dos militantes.

A cessação das funções fica assim justificada no quadro da interrupção do mandato político pelos dirigentes responsáveis.

O exercício da continuidade do mandato não dependia de qualquer forma de censura, confiança, desconfiança, legitimidade, consenso ou harmonia mas, antes, da oportunidade de se deveria continuar ou não já que o seu objecto estava esgotado. Fazendo da vitória eleitoral e da constituição de Governo o seu mandato político o Presidente e a sua CPN consideravam que não deveriam continuar nas funções. Contudo, deixaram ao Conselho Nacional o cumprimento da sua última vontade de não concluírem esse mesmo mandato.

De novo voltamos a Norberto Bobbio para dizer: *"a sociedade (política) é um sistema constituído por forças diferentes, em equilíbrio instável, que deve ser tratado com grande cuidado e senso de prudência"*.

Foi isso que, em equilíbrio e sob condição, o Presidente do Partido Social Democrata, a CPN e o CN evidenciaram na defesa do PSD.

IV. DELIBERAÇÃO:

Pelos fundamentos expostos o Conselho de Jurisdição Nacional do PSD nega provimento ao pedido de impugnação apresentado pelo militante nº 31428, Davide Henrique Ferreira da Cruz.

Notifiquem-se:

- O Peticionante Davide Henrique Ferreira da Cruz
- O Secretário-Geral, para conhecimento e publicação no Povo Livre

Assinado por: **ANTÓNIO MANUEL LOPES**

TAVARES

Num. de Identificação: 03865834

Data: 2022.04.29 12:37:41+01'00'

ANTÓNIO TAVARES



PAULO COLAÇO

Presidente

Lisboa, 26 de Abril de 2022



CONSELHO DE JURISDIÇÃO
NACIONAL

DESPACHO I/MAIO/2022

I. DO PEDIDO

No passado dia 30.04.2022, o Companheiro *Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira*, militante n.º 153851, submeteu ao Conselho de Jurisdição Nacional do PSD (CJN), um pedido de esclarecimento “...relativamente aos procedimentos a efectuar para a reactivação de militantes suspensos por falta de pagamento.”

Este pedido, remetido pelo Companheiro supra identificado, vem feito nos termos que se transcrevem:

Exmo Senhor Presidente do Conselho de Jurisdição Nacional do PSD. CC - Secretário Geral do PSD

Eu, Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira, militante n.º 153851, venho por este meio solicitar uma clarificação relativamente aos procedimentos a efetuar para a reativação de militantes suspensos por falta de pagamento.

O artigo 5º n.4 - REGULAMENTO DE QUOTIZAÇÕES refere:

*“Os militantes suspensos por falta de pagamento de quotas ou na situação de morada desconhecida podem reativar a sua inscrição, **bastando**, para o efeito, **enviar um comprovativo de residência com menos de três meses** e procederem ao pagamento das quotas, por qualquer um dos meios de pagamento admitidos na app mobile do PSD, através do pagamento por referência de multibanco, através de cheque ou através de Vale Postal, neste último caso com a limitação prevista no n.º. 5 do artigo 2.º”*

Não obstante o referido o artigo 5º n.4 - REGULAMENTO DE QUOTIZAÇÕES ser bastante claro e não encontramos em nenhum outro regulamento ou estatuto outra qualquer referência à reativação de militantes a Sede Nacional tem devolvido/indeferido estes pedidos de reativação de inscrição de militantes solicitando que sejam adicionalmente remetidos o Boletim de Atualização de Dados e Cópia do cartão de cidadão.

Note-se que estamos a referir-nos a “reativar a inscrição de militantes” sem necessidade de atualizar dados pessoais e não deve por isso ser confundido com “atualização de dados”.

Assim, face ao exposto solicitamos V.Exa clarificação sobre se se as exigências adicionais da Sede Nacional têm que ser cumpridas e se sim qual o fundamento legal.

É também nosso entendimento que estes procedimentos de “reativar a inscrição de militantes” podem ser efetuados a qualquer momento, i.e. sem qualquer calendário pré-definido, pelo que solicitamos igualmente clarificação quanto a este aspecto.

Face ao processo eleitoral em curso, muito agradeço que possam analisar esta situação com a maior brevidade possível.

*Melhores Cumprimentos
Almiro Moreira*



CONSELHO DE JURISDIÇÃO
NACIONAL

Recebido que foi o presente pedido de apreciação e pronúncia, requereu o CJN junto da Secretaria-Geral os devidos esclarecimentos, sobre o qual recaiu a resposta infra:

A) SOLICITAÇÃO DO ESCLARECIMENTO

Companheiro José Silvano

Recebemos este pedido do militante Almiro Moreira.

Sendo um assunto nitidamente urgente, tem a Secretaria-Geral o prazo de três dias para fornecer ao CJN os esclarecimentos que entender necessários.

*Cordiais saudações Paulo Colaço
CJN*

B) RESPOSTA DA SECRETARIA-GERAL

Exmo. Senhor Presidente do CJN Companheiro Paulo Colaço,

Em resposta ao solicitado cumpre esclarecer:

- 1. A Secretaria-Geral não alterou nenhum procedimento face àquelas que sempre têm vigorado;*
- 2. O Regulamento da Eleição do Presidente da CPN e dos delegados ao Congresso estabelece, no seu artigo 26.º, um prazo para a atualização de dados pessoais dos militantes;*
- 3. Esta atualização pode, inclusivamente, desde o último regulamento aprovado, ser efetuada até ao dia de pagamento de quotas para a eleição, se utilizada a chave digital do CC, sistema que ainda se encontra ao dispor dos militantes (até dia 10/05, prazo final do pagamento de quotas para a eleição do Presidente da CPN e dos delegados ao Congresso);*
- 4. Também o Regulamento Eleitoral do PSD, aplicável em tudo o que não estiver previsto no Reg. Da Eleição (art. 31.º - normas subsidiárias do Reg da Eleição do Presidente da CPN), estabelece, no art. 9.º-A, n.º 2, "o pedido completo de atualização de dados pessoais contém os elementos que permitam a identificação do militante e a titularidade dos contactos que pretende atualizar, nos **termos dos procedimentos estabelecidos ou a estabelecer pelo Secretário-Geral do PSD ou pelos Secretários-Gerais Adjuntos do PSD com poderes delegados, sendo recusados ou não tratados todos os que não preenchem este pressuposto**";*
- 5. Encontra-se estabelecido que a alteração da situação do militante pressupor, desde logo, o preenchimento da ficha de alterações/atualização, onde **o militante solicita a atualização da sua situação**;*
- 6. A alteração da situação do militante constitui uma alteração de dados do militante, na medida em que se pretende que passe de suspenso a ativo, mesmo que não altere dados como morada ou telemóvel ou e-mail;*
- 7. Esta alteração, implicando uma modificação da base de dados de militantes, pressupõe um pedido do próprio militante, consubstanciado no preenchimento da ficha simplificada de atualização de dados ou da ficha de inscrição (assinalada com a cruz de alteração);*



CONSELHO DE JURISDIÇÃO NACIONAL

8. *Ambas as fichas contêm um disclaimer relacionado com obrigações legais do PSD, em função do Regulamento Geral de Proteção de Dados, que sucessivamente devem ser revalidados pelos militantes, à medida que ocorra alguma circunstância modificativa da sua situação (mesmo quando simplesmente seja a passagem da situação de suspenso para ativo), demonstrando inequivocamente que o militante declara conhecer e aceitar os termos da modificação atentas as regras legais que o PSD é legalmente obrigado a divulgar;*
9. *Nos termos do referido disclaimer e por aplicação das regras do RGPD o militante pode solicitar a retificação dos seus dados, o que o faz preenchendo a referida ficha;*
10. *O PSD não pode receber por correio ou e-mail, que não do próprio militante, cópias de comprovativos de morada, em que em nenhum lado seja manifesta a vontade do militante em alterar a sua situação, mesmo que mantendo os seus dados como morada ou telemóvel, e a aceitação dos termos legais relacionados com o RGPD (disclaimer referido);*
11. *Adicionalmente, cumpre esclarecer que a atualização da situação do militante para efeito de pagamentos de quotas tem prazos estabelecidos no Reg. da Eleição do Presidente do PSD e dos Delegados ao Congresso, que no caso de utilização do sistema online disponível em <https://militante.psd.pt> vai até ao último dia de pagamento de quotas (10/05);*
12. *O PSD recebeu alguns pedidos de alteração de situação acompanhados apenas de comprovativo de morada, sem qualquer pedido dos militantes. A todos eles, apesar de terminado o prazo de atualização previsto no regulamento da eleição direta, foi dado um período de 3 dias para regularizar os elementos em falta.*

*Com os melhores cumprimentos,
Hugo Carneiro*

II. DA DISTRIBUIÇÃO

Foi o presente processo distribuído à Conselheira Ângela Guerra, no dia 2 de maio, para elaborar proposta de deliberação.

III. MATÉRIA EM APREÇO E QUE CUMPRE APRECIAR

Nos termos dos Estatutos e Regulamentos em vigor no Partido Social Democrata quais os procedimentos que os militantes estão obrigados a adoptar e a dar cumprimento para efeitos de "... **reactivação de militantes suspensos por falta de pagamento.**"

Tão-somente isto e não mais do que isto.

Razão pela qual, se limitará o objecto da presente deliberação a esta apreciação, que, diga-se, em abono da verdade, nos parece de clareza e simplicidade manifesta.

IV. DO DIREITO

Nos termos estatutários, designadamente, os constantes no art. 28º, o Conselho de Jurisdição Nacional é o órgão encarregado de velar, ao nível nacional, pelo cumprimento das disposições constitucionais, legais, estatutárias e regulamentares por que se rege o Partido.



CONSELHO DE JURISDIÇÃO
NACIONAL

Mais dispondo a mesma norma, no seu nº 4 que “o Conselho de Jurisdição Nacional é independente de qualquer órgão do Partido e, na sua atuação, observa apenas critérios jurídicos” e, não de mera intendência administrativa.

Quanto ao direito aplicável, em nosso entender, em concreto, ao presente pedido, dir-se-á:

1. Os Estatutos do PSD, dispõem quanto à matéria em apreço, que nos cumpre apreciar e, em concreto, no seu artigo 6º (Direitos dos Militantes), que, constituem direitos dos militantes:
“Eleger e ser eleito para os órgãos do Partido;
Arguir a desconformidade com a lei, com os Estatutos ou com os Regulamentos, de quaisquer atos praticados por órgãos do Partido” (ex vi als. b) e e) do art. 6º dos Estatutos);
2. Razões pelas quais, se entende ser admissível o presente pedido de apreciação que nos é dirigido por parte do militante supra identificado;
3. Para tanto e, no âmbito da matéria que se aprecia, necessitam os militantes de proceder também em conformidade com as referidas normas Estatutárias, cumprindo as suas obrigações, designadamente, pagar as suas quotas (art. 7º, nº 1, al. b) dos Estatutos);
4. Encontrando-se, deste modo, limitado este mesmo exercício do direito dos militantes de elegerem e de serem eleitos pelo pagamento atualizado das suas quotas, nos termos de Regulamento aprovado pela Comissão Política Nacional (art. 6º, nº 3 dos Estatutos);
5. Não existindo neste diploma – norma geral (Estatutos do PSD) qualquer outra norma específica quanto aos procedimentos a efectuar para esta regularização, porquanto, normas específicas existem, designadamente, as previstas no Regulamento de Quotizações, aprovado em reunião da CPN em 17/07/2019 e alterado na reunião de 25/09/2020, encontrando-se, pois, em vigor nesta última versão;
6. Decorrendo, nestes dias, um período pré-eleitoral, com eleições directas já marcadas para o próximo dia 28-05-2022 e Congresso Nacional para os dias 1, 2 e 3 de Junho de 2022, naturalmente, que cumpre a este órgão a análise e verificação atenta de todas as normas específicas, que, eventualmente, pudessem ter sido aprovadas e incluídas no *Regulamento da Eleição do(a) Presidente da Comissão Política Nacional e do 40º Congresso Nacional* e que colocassem em prejuízo a aplicação das regras regulamentares em vigor, o que, também não consta ter ocorrido;
7. Aplicando-se, assim, em tudo que diga respeito à *reactivação de militantes suspensos por falta de pagamento*, as normas específicas previstas, como se disse, em Regulamento próprio – o Regulamento de Quotizações.

Assim, e compulsado o referido diploma aplicável nesta sede e, também por motivos de absoluta clareza de raciocínio, cumpre-nos de novo determinar que apreciamos apenas a *reactivação de militantes por falta de pagamento de quota* e não qualquer outra questão prejudicial, como seja, a actualização de dados de um qualquer militante.



CONSELHO DE JURISDIÇÃO NACIONAL

Dispõe claramente o artigo 1º, nos seus nºs 4 e 5 deste Regulamento de Quotizações, que:

(4) "o militante mantém o pleno uso dos seus direitos estatutários, nomeadamente para efeitos de eleger e de ser eleito, até ao termo do prazo de validade da quota";

(5) "é suspensa a inscrição no Partido do militante que incumpra o dever de pagamento de quotas por um período superior a dois anos, nos termos do nº 6 do artigo 9.º dos Estatutos do Partido."

Ora, daqui resulta que não pagando o militante a sua quota até ao termo de validade da mesma e, em sede de incumprimento desse mesmo dever por um período superior a dois anos, o mesmo, verá a sua inscrição ficar suspensa, até que venha proceder à regularização dos montantes em débito.

E, o que exige a norma para tal efeito?

Em concreto e especificamente dispõe o artigo 5.º, com a epígrafe (Falta de pagamento da quota), o seguinte:

1. *Os militantes com dois anos de quotas em atraso são notificados para satisfazerem os respetivos débitos e informados que, nos termos do nº. 6 do artigo 9.º dos Estatutos do Partido, será suspensa a sua inscrição se não efetuarem o pagamento da quota no prazo de 6 meses.*
2. *Findo este prazo a suspensão da inscrição será automática.*
3. *A decisão de suspensão da inscrição será transmitida por correio postal, por correio eletrónico ou através da APP produzindo efeitos no trigésimo dia após a respetiva comunicação.*

Finalmente, e apreciando o procedimento específico que nos é suscitado a resposta parece-nos clara, precisa e directamente resultar do disposto no nº 4, do art. 5º deste Regulamento de Quotizações que objectivamente determina que "*...os militantes **suspensos por falta de pagamento de quotas ou na situação de morada desconhecida** podem reativar a sua inscrição, **bastando**, para o efeito, enviar **um comprovativo de residência com menos de três meses e procederem ao pagamento das quotas**, por qualquer um dos meios de pagamento admitidos na app mobile do PSD, através do pagamento por referência de multibanco, através de cheque ou através de Vale Postal, neste último caso com a limitação prevista no nº. 5 do artigo 2.º*".

Havendo nos termos do disposto no nº 5 desta mesma norma e em sede de decurso de processos eleitorais que atender, naturalmente, aos prazos limite estabelecidos para inclusão nos cadernos eleitorais.

Nestes termos dúvidas não nos restam de que a exigência normativa é tão-somente esta: **enviar um comprovativo de residência com menos de três meses e pagar a sua quota.**

Toda a demais matéria aduzida pela Secretaria-Geral não nos parece subsumível na questão jurídica em apreço, eximindo-nos, nesta sede, de nos pronunciarmos sobre a mesma, por manifesto desfasamento e até lateralidade com o objecto do presente pedido de apreciação, ficando, no demais, também prejudicada a sua análise por tudo quanto supra foi dito.

Permitindo-nos, ao invés, concluir que a preocupação da resposta apresentada pela Secretaria-Geral, denota em absoluto, que, com estas interpretações de regras de mera in-



CONSELHO DE JURISDIÇÃO NACIONAL

tendência administrativa interna e não de qualquer norma Regulamentar específica, mais não se tem vindo a fazer, do que, pela via de simples alterações de organização interna efectuadas por via de Despachos, a alterar (isso sim) normas Regulamentares em vigor, que, por esta via e forma não podem, nem devem ser alteradas.

Em termos de simples pedagogia, acrescerá ainda dizer que não nos parecem, nada avisadas, estas implementações de exigências acrescidas que têm vindo a introduzir alterações sucessivas, sem respeito pelas normas estatutárias e regulamentares para a sua aprovação, nem qualquer articulação com os demais Regulamentos em vigor, quando, necessariamente estas alterações terão de ser articuladas com os nossos Estatutos e em revisões anunciadas.

Estamos, pois, como nos ensinam no Direito “...a fazer passar pela janela, aquilo que na porta não entrou.”

O pedido aqui em apreço suscita-nos ainda e no seu último parágrafo a pronuncia sobre o momento para que este procedimento de reactivação de militantes possa ser efectuado, resposta que nos parece ter sido devidamente esclarecida na transcrição do nº 5 do art. 5º deste Regulamento de Quotizações, que, como se disse, expressamente determina a delimitação deste momento “...até à data limite de pagamento de quotas para inclusão nos cadernos eleitorais.”

No demais e por se encontrar esgotado o objecto que determinamos ser o desta pronúncia, por aqui nos quedamos.

V. DO DESPACHO

I

Decide-se no vertente caso usar a figura da apreciação liminar [artigo 14º, alínea b) do Regulamento Interno do Conselho de Jurisdição Nacional], pelos seguintes motivos:

- a) o prazo de pagamento de quotas para participação na eleição direta do Presidente do Partido e na dos Delegados ao 40º Congresso do PSD termina no próximo dia 10 de maio;
- b) pende sobre os órgãos de jurisdição do PSD o dever de “proferir decisão com a devida celeridade” (art. 18º, n. 5 do Regulamento Eleitoral, aqui aplicado subsidiariamente nos termos do artigo 31º do Regulamento da Eleição do Presidente da Comissão Política Nacional e do 40º Congresso);
- c) antes de findo o prazo para que todos os membros do Conselho de Jurisdição Nacional se pronunciarem sobre a proposta de deliberação submetida pela Conselheira Ângela Guerra, verificou-se uma tendência maioritária para o entendimento aqui expresso, e urgia conferir certeza ao processo eleitoral em curso.

II

Assim, e face do supra exposto, das normas estatutárias e regulamentares aplicáveis e nos termos dos fundamentos aduzidos, entende-se dar provimento ao pedido de clarificação



**CONSELHO DE JURISDIÇÃO
NACIONAL**

apresentado pelo militante nº 153851, Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira, “...relativamente aos procedimentos a efectuar para a reactivação de militantes suspensos por falta de pagamento”, sendo entendimento que a única exigência normativa é apenas a do envio de um comprovativo de residência com menos de três meses e do pagamento da quota.

Notificações:

- notifique-se o aqui Peticionante
- notifique-se o Secretário-Geral, para conhecimento e publicação no jornal oficial do PSD, “Povo Livre”.

Paulo Colaço
Presidente

06 de maio de 2022



CONSELHO DE JURISDIÇÃO NACIONAL

Receção de candidaturas a Presidente da CPN

No dia 16 de maio de 2022, o Conselho de Jurisdição Nacional do PSD (CJN) esteve presente na sede do Partido para receber as candidaturas a Presidente da Comissão Política Nacional.

Deram entrada duas candidaturas: a de Luís Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves, militante n.º 27097 (recebida a 13/05/2022), e a de Jorge Manuel Lopes Moreira da Silva, militante n.º 11660.

Verificados os processos de candidatura, o CJN confirmou que ambas continham:

1. Termo de aceitação do candidato
2. Termo de aceitação do mandatário financeiro
3. Proposta de estratégia global
4. Orçamento de campanha
5. Mais de 1500 subscrições de militantes com capacidade eleitoral

Preenchidos os requisitos estatutários e regulamentares exigidos, estão confirmadas as duas candidaturas que deram entrada.

Publique-se no Povo Livre, bem como as Propostas de Estratégia Global dos dois candidatos.

Paulo Colaço
Presidente

16 de maio de 2022

ACREDITAR

**MOÇÃO DE
ESTRATÉGIA**

LUÍS MONTENEGRO

ELEIÇÕES DIRETAS 2022



ÍNDICE

1. Acreditar: o nosso propósito	4
2. Uma nova ambição: um PSD dinâmico, reformista e agregador	10
3. Uma nova geração: reinventar a cultura política	14
4. Portugal: respeitar o passado, desafiar o presente e relançar o futuro	18
5. Sete prioridades para um modelo sustentável para Portugal	23
5.1. Uma Agenda Institucional: Estado, Instituições e Serviços Públicos ao serviço dos Portugueses	23
5.2. Uma Agenda Geracional: Educação, Capital Humano e Talento ao serviço das Pessoas	30
5.3. Uma Agenda para o Crescimento Económico uma economia competitiva, com melhores empregos e salários mais qualificados ao serviço do crescimento partilhado	33
5.4. Uma Agenda para a Transição Climática e Tecnológica: Digitalização, Descarbonização e Alterações Climáticas ao serviço de um novo paradigma	38
5.5. Uma Agenda Social: Demografia, imigração, Segurança Social, pobreza e desigualdades — estar ao serviço dos mais desfavorecidos e necessitados	39
5.6. Uma Agenda para a Coesão Territorial: um território coeso e desenvolvidos ao serviço de um país mais equilibrado	43
5.7. Uma Agenda para a Afirmação Externa: um Portugal virado para o mundo e para a sua diáspora, ao serviço da nossa agenda estratégica	50
6. PSD: Acreditar na renovação, recuperar a esperança, devolver a ambição	52

1. ACREDITAR: O NOSSO PROPÓSITO

É tempo de dar esperança a Portugal. É tempo de o PSD se voltar a afirmar como o grande partido Português, como a alternativa credível à estagnação e empobrecimento de duas décadas de governo socialista. É tempo de renovar o PSD, atraindo os melhores quadros da sociedade civil e motivando a militância de base, que sempre representou a grande força do PSD.

É hora de lançar um novo ciclo no PSD. Um ciclo de renovação, de esperança, de mobilização, de abertura e de ambição.

Renovar o PSD. Isso passa por modernizar o partido, revendo o seu funcionamento interno, a forma como comunica com os militantes e os simpatizantes e como estes participam na vida ativa do partido. Atrair os melhores quadros da sociedade civil para colaborarem com o PSD, ao nível local, regional e nacional.

Para isso apresentamos cinco grandes medidas: Criar uma Academia de Formação Política; Transformar o CEN no grande “think tank” do espaço não socialista, fazendo uma profunda renovação e juntando o IFSC, o CEN e os gabinetes de estudos que proliferam no PSD e que devem congregiar esforços e meios; Promover um Processo de Revisão Estatutária; Reformar a presença e interação física e digital do PSD com os Portugueses; Lançar o **Movimento Acreditar** (cujo coordenador, a par do que acontecerá com o coordenador da academia e do CEN, será convidado a participar nas reuniões da Comissão Política Permanente).

O **Movimento Acreditar** será a plataforma de discussão política com a sociedade, as suas instituições e personalidades, onde os atores partidários interagem com pessoas independentes, com vista a elaborar um programa eleitoral nos próximos dois anos. Este Movimento segue o modelo de “Estados Gerais” como forma de enriquecer o projeto político do PSD 2026.

Esta opção permitirá que entre 2024 e 2026 o partido se concentre em apresentar as suas alternativas, ajustando e aperfeiçoando o seu programa eleitoral de acordo com a evolução da realidade.

O PSD vai inovar e não deixará para o período pré-eleitoral, a um ou dois meses de eleições legislativas, a apresentação das suas linhas de força no âmbito do programa eleitoral.

Pelo contrário, vamos concentrar-nos nos dois anos finais da legislatura na divulgação e esclarecimento aprofundado das nossas propostas eleitorais.

É essencial recuperar a capacidade do PSD como um partido reformista por natureza e dinâmico por vocação. Hoje, como nunca, os cidadãos procuram nos políticos características de competência, consistência e responsabilidade; de elevados padrões éticos e profunda competência técnica e política.

Os portugueses esperam de nós, também, um esforço de união. Porque aquilo que nos une é muito mais que aquilo que nos separa. Porque só um PSD unido, mobilizado, inovador e reformista pode dar ao país a esperança de uma alternativa.

Portugal precisa de uma oposição vigilante, que denuncie os erros da governação e os abusos do poder maioritário. Que dê voz às preocupações e anseios dos Portugueses. Que não tolere e que denuncie a cultura de domínio do aparelho do Estado por parte do PS. Que escrutinando incansavelmente o governo, contribua para uma Democracia saudável e plural. Sem tibiezas nem hesitações, faremos oposição de forma serena e credível, mas forte e assertiva.

O PSD é o incumbente do espaço não-socialista e é a casa-mãe do pensamento e do projeto político não socialista em Portugal. Nesse sentido fixamos o objetivo de simultânea e conjugadamente atrair abstencionistas, eleitores que votaram PS e que se sentem frustrados ou desiludidos, bem como todos aqueles que optaram por soluções dispersas à nossa direita, na exata medida em que não se sentiram representados por posturas, narrativas e propostas confusas e ambíguas.

É nossa obrigação romper com os 20 anos de estagnação económica, que nos afastaram da média Europeia, que fizeram com que vários países de Leste nos ultrapassassem, que colocaram os salários no fundo da tabela Europeia e o endividamento no topo, aumentando as desigualdades e a pobreza, sufocando os Portugueses com uma elevada carga fiscal, conduzindo ao desanimo e a cada vez mais Portugueses, sobretudo jovens, a emigrar.

Essa alternativa passa por políticas que coloquem a economia portuguesa de novo com crescimentos robustos, acima de 4% ao ano. Só assim é possível gerar a riqueza que permite melhores salários, rendimentos e empregos. Que permite que o Estado tenha os recursos para apoiar os que mais precisam, para ter bons serviços públicos, em áreas como a saúde, educação, justiça, habitação e infraestruturas entre outras. Que permite retirar Portugueses do limiar da pobreza. Que permite reduzir as desigualdades. Que permite voltar a convergir com os países mais ricos da União Europeia, e não ficar, como tem sucedido nos últimos anos, cada vez mais nos últimos lugares em termos de riqueza per capita nos 27 Estados Membros.

Mas esta alternativa não passa apenas por uma economia mais competitiva e com maior produtividade. Passa também por uma sociedade mais Sustentável, respondendo aos desafios da transição digital e a emergência de novas tecnologias, como a Inteligência Artificial; por outro lado, as alterações climáticas e a descarbonização da economia. Ambas vão mudar radicalmente a economia, o trabalho e a sociedade. Portugal tem de estar preparado para estas oportunidades e desafios.

Propomos fazer de Portugal um exemplo no que toca à agenda da sustentabilidade ambiental e de governança, assegurando a maximização do impacto de políticas integradas que cuidem do desenvolvimento sustentável e da mobilidade social para gerar uma economia mais próspera e uma sociedade mais justa.

Esta alternativa passa também por uma sociedade preocupada com os mais desfavorecidos, que faça da luta contra a pobreza, a exclusão social e as desigualdades um combate permanente. Uma sociedade capaz de se renovar, combatendo o inverno demográfico e a quebra populacional, quer através de medidas que favoreçam a

natalidade, quer através de uma política integrada de captação de mão-de-obra qualificada, como fazem países como o Canada e a Nova Zelândia. Atrair para fazer regressar os Portugueses que emigram nas últimas duas décadas, bem como valorizar a nossa diáspora espalhada pelo mundo.

Devemos desenvolver políticas que permitam um saudável equilíbrio entre a vida profissional e familiar, a dedicação à família e à educação dos filhos. Devemos assegurar a devida proteção na velhice com uma saúde condigna e a proteção das pensões. Devemos lutar por uma agenda de trabalho digno que valoriza os salários, protege a maternidade e assegura a igualdade de género. Devemos adequar a formação às necessidades presentes e futuras do mercado de trabalho.

Também aqui é preciso ser claro: é a economia que está ao serviço das pessoas e não o contrário. Essa é a tradição humanista e social democrata do PSD: a criação de riqueza e o crescimento económico servem para melhorar a vida dos portugueses, não como um fim em si mesmo.

Um PSD que devolva ambição e esperança, que seja humanista e reformista. Que lute pela transparência e assegure competência. Que aposte na renovação e que invista no talento. Que desenvolva a economia, protegendo o Estado Social e os mais desfavorecidos. Que defenda os mais idosos, sem deixar de dar esperança aos mais novos.

Neste momento, como em poucos na nossa história coletiva, é preciso acreditar.

Acreditar no PSD e na sua capacidade para, primeiro liderar a oposição e, depois, governar o país, com os seus militantes, os seus simpatizantes, os seus autarcas e governantes regionais;

Acreditar no povo português, na sua sabedoria, na sua tenacidade, na sua solidariedade;

Acreditar em cada ser humano, na sua liberdade, na sua individualidade, no seu bem-estar;

Acreditar que somos capazes. Somos reformistas, somos inconformados, somos ambiciosos, somos modernos, sentimos a responsabilidade da nossa geração;

Acreditar que somos personalistas, humanistas, interclassistas, empreendedores e inovadores;

Acreditar que vamos conseguir atrair os melhores em cada área, vamos representar os setores mais dinâmicos da sociedade, vamos trabalhar com os que lutam e sobem na vida, promovendo e multiplicando o seu exemplo.

Não nos assustam maiorias absolutas nem mandatos longos. Pelo contrário, encaramos isso como um desafio e um incentivo para nos organizarmos melhor, para sermos mais criativos. Mas também para sermos mais responsáveis sem perdermos a exigência e a ousadia. Seremos eficazes na oposição para podermos governar com eficiência. Seremos fortes, responsáveis, credíveis e ambiciosos na oposição para estarmos preparados quando formos chamados a governar.



Acreditar

Os nossos objetivos eleitorais

O objetivo central da nossa ação será preparar desde já o PSD para vencer as eleições legislativas de 2026. Para esse efeito aproveitaremos os 4 anos de trabalho político que nos separam desse momento, aprofundando propostas e alternativas nos próximos dois anos que se vão consubstanciar num pré-projecto de programa eleitoral, que será o guia da nossa comunicação política nos dois anos seguintes.

Vamos construir esse documento base em diálogo com a sociedade através do **Movimento Acreditar**.

Mas este objetivo central não nos desfocará de todos os outros objetivos eleitorais. Desde logo as eleições regionais na Madeira (2023) e nos Açores (2024). Nelas daremos continuidade ao aprofundamento dos regimes autonómicos que sempre evoluíram sob o nosso impulso. O nosso objetivo é continuarmos a governar nas duas regiões autónomas e garantir soluções de estabilidade assentes em maiorias absolutas nos parlamentos regionais, respeitando as opções pré e pós-eleitorais que os órgãos regionais do partido entenderem seguir.

Nas eleições europeias de 2024 o objetivo eleitoral do PSD é ser o partido mais votado e consequentemente fazer crescer a nossa representação no Parlamento Europeu.

No que tange às eleições autárquicas de 2025, onde pretendemos recuperar a liderança da ANMP e da ANAFRE, **será constituída desde já uma equipa de coordenação** (cujo primeiro responsável será convidado também a participar também nas reuniões da Comissão Política Permanente) que iniciará de imediato a articulação com os órgãos distritais e locais, de forma a permitir que a direção política seguinte possa iniciar o seu mandato habilitada a tomar decisões sobre candidaturas e estratégias eleitorais.

ACREDI↑AR

MONTENEGRO



2. UMA NOVA AMBIÇÃO: UM PSD DINÂMICO, REFORMISTA E AGREGADOR

Posicionamento político: uma alternativa clara ao Partido Socialista

Este não é o tempo para lamúrias nem para perder tempo com quem pensa que o PSD está condenado ao definhamento. Pelo contrário, o PSD pode e vai voltar a ser o maior partido Português. E Portugal precisa do PSD como partido líderante.

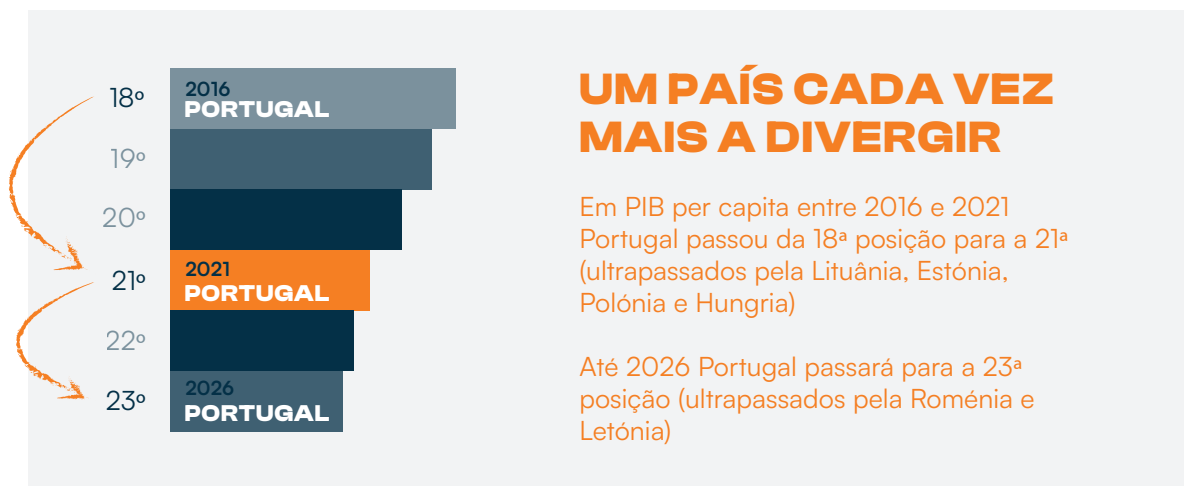
Este é o tempo para pormos “mãos à obra”, para invertermos este ciclo e levarmos o PSD a uma posição maioritária e líderante na vida política nacional. Em nome do superior interesse nacional. Porque sabemos que o País precisa do PSD para encetar as reformas necessárias e para realizar uma democracia política, económica, social e cultural, cumprir os valores da liberdade, igualdade e solidariedade e atingir os objetivos de criação de riqueza e bem-estar em que acreditamos.

O PSD é, no contexto político nacional, a única verdadeira alternativa política ao Partido Socialista. Deve, portanto, assumir na plenitude essa responsabilidade patriótica. Uma democracia saudável vive melhor quando os eleitores podem optar entre duas soluções potencialmente maioritárias e quando os governos em funções são escrutinados e responsabilizados de forma firme e clara. Não faz, portanto, sentido que o PSD se subalternize na mera expectativa de que poderá influenciar as políticas socialistas. O País tem muito mais a ganhar com um PSD que seja oposição efetiva e alternativa construtiva, do que uma qualquer muleta que perpetue o imobilismo socialista com o pequeno ganho de mitigar alguns dos erros daquela governação.

Este posicionamento estratégico em nada colide com o sentido de responsabilidade subjacente ao acompanhamento de determinadas áreas críticas que careçam de uma abordagem suprapartidária e que visem perdurar para lá de governações conjunturais. Nesse aspeto, o PSD estará hoje como sempre na intervenção pública com responsabilidade, exigência e defesa do interesse nacional.

O PSD é a única alternativa ao PS, com um projeto político claro para o País.

O PSD é o partido personalista e reformista, de matriz popular e democrática. A social-democracia portuguesa é hoje, como ontem, a nossa via. O PSD é a grande casa da alternativa não socialista, que sempre soube envolver e potenciar sinergias e contributos de pessoas e visões não-socialistas, moderadas e europeístas, que acreditam na iniciativa individual e na economia social de mercado, mas que reconhecem um papel importante ao Estado e impõem uma forte consciência social em toda a ação política. O PSD sabe que a riqueza se cria com a iniciativa privada, mas sabe que o Estado



desempenha um papel insubstituível a regular os mercados, a redistribuir a riqueza, a garantir oportunidades para todos e a agregar e consolidar um projeto nacional de progresso e desenvolvimento. E o PSD revê-se na capacidade de iniciativa do setor social, designadamente, nas áreas da educação, da saúde, da cultura, da solidariedade intergeracional, da ação social e de várias atividades económicas.

Portugal precisa desta alternativa à ideologia estatizante e ao dirigismo da governação socialista que nos tem conduzido à estagnação, ao empobrecimento e se caracteriza pela falta de ambição. Um poder esquerdista que visa oprimir a sociedade pelos agentes do Estado normalmente capturados pelo mero projeto partidário de dependências e de rendas garantidas.

Portugal precisa que o PSD seja essa alternativa que valoriza a liberdade e a autonomia da sociedade civil e protege o Estado da captura por interesses particulares ou partidários e a sociedade de interesses políticos e económicos. Esta diferenciação clara entre duas alternativas de governação para Portugal torna-se redobradamente premente neste momento em que o Partido Socialista detem uma maioria absoluta no Parlamento, se confunde cada vez mais com a esquerda radical e com o próprio aparelho de Estado.

Dificuldades e ameaças

Tal como o Mundo e o País, o PSD vive um período extraordinariamente desafiante. Pelas dificuldades que enfrenta, mas também pelas oportunidades de que dispõe; pela preocupação que suscita, mas também pela esperança de poder criar e dar a Portugal uma Nova Ambição.

Acreditar

Importa começar por reconhecer as dificuldades: o PSD tem vindo a perder eleitorado, tem hoje um afastamento de grupos demográficos (designadamente os eleitores mais velhos, os de mais baixas qualificações e os funcionários públicos, mas também o eleitorado mais urbano, apesar de mitigado com algum reforço no eleitorado mais jovem e com melhores qualificações, que queremos igualmente fazer crescer), perdeu parte da capacidade de envolver os mais dinâmicos e reconhecidos quadros da nossa sociedade, criou dificuldades na compreensão do que representa, e não tem sido suficientemente capaz de dar voz aos legítimos descontentamentos com os fracassos de décadas de (des)governação socialista. Adicionalmente, o Partido Socialista prossegue o seu projeto de controlo da Sociedade pelo Estado e do Estado pelo Partido. A governação Socialista

tem condenado o país à estagnação e ao empobrecimento relativo, à destruição dos serviços essenciais do Estado, à falta de horizontes de esperança, para que o PS continue a gerir o curto-prazo e a redistribuir com critérios eleitorais, ao mesmo tempo que vem destruindo a cultura de responsabilidade política em Portugal, surpreendendo-nos sucessivamente com o branqueamento das mais graves falhas do Estado.

Por outro lado, o PSD enfrenta uma mudança essencial nas condições de concorrência à sua direita. No lugar de um outro partido (o CDS) de vocação compromissória, emergiram partidos de ofertas especializadas e populistas que procuram fazer caminho num tempo histórico de excessiva competição e de indisponibilidade para compromissos moderados.

Esta nova realidade, porém, não pode, nem deve, desfocar-nos da nossa visão e missão: liderar a alternativa política ao Socialismo e ao PS. O PSD tem de ser a casa daqueles que votaram PS nas últimas eleições e se vão frustrando ou desiludindo, ao mesmo tempo que deve acolher aqueles, que por razões conjunturais, expressaram o seu voto à nossa direita.

Nesse trabalho, de ampliação da nossa base eleitoral, nunca ultrapassaremos as linhas nucleares dos nossos valores e princípios.

Mas não contem connosco para distrair o PSD com discussões estéreis a propósito de um imaginário e extemporâneo diálogo com partidos como o Chega.

Faze-lo é fazer um frete ao PS.

Connosco, o PSD não se vai descaraterizar, mas também não será cúmplice da perpetuação do PS no poder.



The infographic features two large percentage figures. The top figure, '78%', is rendered in a dashed, dotted outline style. Below it, the figure '74%' is shown in a solid, bold, dark blue font. This visualizes a decrease of 4 percentage points.

**COM ESTE GOVERNO
TEMOS UM PAÍS
CADA VEZ MAIS
POBRE**

Em PIB per capita entre 2016 e 2019 Portugal passou de 78% da média Europeia para 74%

Oportunidades e desafios

Felizmente há também oportunidades únicas e razões de acreditar e ter esperança no futuro.

Primeira, o Partido Socialista nada tem para oferecer ao País, nenhuma transformação a realizar, apenas mais da mesma continuidade na estagnação relativa e no imobilismo. O PS continua com a mesma receita e com as mesmas pessoas que construíram mais de duas décadas de empobrecimento relativo, e que nos últimos sete anos desperdiçaram uma oportunidade única, mas que só podem continuar a dar o mesmo triste resultado.

O País não aguenta essa estagnação por muito mais tempo. O socialismo é estagnação e agora, que tem maioria absoluta, esgotaram-se as desculpas do PS.

Segunda, o extremismo da esquerda radical está cada vez mais revelado, e com ele a hipocrisia socialista que tudo aceita, tudo branqueia, tudo finge para conseguir manter-se no poder.

Terceira, à nossa direita não existe um projeto global, equilibrado para o País que somos, e as suas ofertas são tantas vezes socialmente inaceitáveis e injustas e/ou moral e humanamente inadmissíveis. No espaço do centro e direita só o PSD é portador do modelo da economia social de mercado que os Portugueses merecem.

Quarta, o PSD continua a ser o único grande partido não socialista em Portugal. Nunca é demais lembrar que o PSD é grande e forte nas representações parlamentares nacionais e europeias, nas governações regionais e autárquicas, nas suas estruturas e equipas partidárias, e na presença e confiança dos portugueses. Os Portugueses continuam a expressar e a acreditar que o PSD é a única verdadeira alternativa e caminho para virar a página do socialismo em Portugal. Este ponto de partida, a força dessas equipas e dessa identidade nada dão por garantido para o futuro, mas muito permitem e sustentam.

Quinta, o PSD é o mais forte partido no voto dos mais jovens e mais qualificados. Sendo isso um fator de esperança, não pode ser razão para esquecer os demais. É, contudo, um excelente ponto de partida para um partido que se quer nacional, interclassista, intergeracional e ambicioso.

Sexta, as últimas eleições regionais e autárquicas deram sinais encorajadores da recuperação do PSD em todos os territórios nacionais. Mas isso contrasta com os resultados das legislativas que deram sinais preocupantes sobre a adesão eleitoral ao PSD em alguns territórios, especialmente da Área Metropolitana de Lisboa e a Sul do Tejo. É, portanto, fundamental seguir o exemplo e aproveitar a oportunidade dos bem sucedidos projetos regionais e locais do PSD nas regiões autónomas dos Açores e Madeira, na capital do país, em tantas capitais de distrito e em vários municípios, incluindo no Alentejo. O PSD tem de recuperar a sua vocação e presença de grande partido de todo o território nacional, continental e insular, de norte a sul, urbano, periurbano e rural, e junto das comunidades portuguesas emigrantes.

Sétima, as dificuldades do ciclo político — incluindo uma longa legislatura de maioria absoluta pela frente — podem ser transformadas em oportunidades. Aproveitando a qualidade do seu Grupo Parlamentar, o PSD pode afirmar a liderança da Oposição e Alternativa. Apostando no reformismo, inovação e criatividade na sua ação política pelo País fora, o PSD tem tempo e condições para se renovar e chegar muito mais próximo dos Portugueses, lá nos seus espaços e territórios físicos e digitais onde vivem, trabalham e socializam.

O PSD tem, portanto, plenas oportunidades para construir uma Nova Ambição para Portugal.

O caminho não é o dos partidos extremistas, nem o do extremo imobilismo e esquerdismo do PS.

3. UMA NOVA GERAÇÃO: REINVENTAR A CULTURA POLÍTICA

PSD como o novo PPD

O caminho é acreditar e afirmar o PSD como o novo PPD, o grande partido popular português, o único capaz do reformismo europeísta e moderado que pode oferecer uma **Nova Ambição para Portugal**.

Temos um profundo orgulho na nossa História, nos nossos líderes, em todos os nossos Primeiros-Ministros e em como desenvolveram, recuperaram e libertaram Portugal. Ao contrário de outros, não nos envergonhamos, nem precisamos de pedir desculpa aos Portugueses por terríveis erros históricos.

Entretanto Portugal e o Mundo mudaram muito, e com eles, os problemas, os desafios e o atraso relativo do País. Também o PSD mudou nas suas dificuldades e oportunidades, e está prestes a viver a sua maior transição geracional em mais de três décadas.

Uma Nova Geração de protagonistas tem a oportunidade e o dever de regenerar o PSD de acordo com a sua identidade, vocação e missão como o grande partido popular português.

No entanto, assumir-se como o grande partido popular português implica desde logo duas exigências.

Primeira, que o PSD agregue e lidere o espaço não socialista, reunindo moderados e retomando a tradição do PSD como casa comum de sociais-democratas, liberais, conservadores e democratas cristãos.

Segunda, o PSD tem de se reassumir como o partido das pessoas e das respostas para necessidades reais e concretas, humanista, interclassista e solidário, reformista e moderado, ambicioso e dinamizador da capacidade de iniciativa, europeísta construtor de uma plena economia social de mercado.

O PSD reconhece e compreende o profundo descontentamento e sentimento de abandono de tantos e o distanciamento crescente que sentem face à classe política. O cultivo do conhecimento e de profundas e inovadoras propostas de políticas públicas, o reconhecimento da complexidade do mundo real, e a abertura ao progresso e à modernidade, à globalização e à integração europeia de nações são fundamentais. Mas não podem tornar-se desculpas para a incosequência dos políticos, nem para o esquecimento ou silenciamento dos que têm mais necessidades, medos e inseguranças. Não podem ser justificações para privilegiar o caminho daqueles com mais proximidade ao poder político, económico, mediático ou desportivo. Nem podem prender o PSD a uma articulação discursiva cheia de abstrações teóricas, mas sem declinação na vida,

necessidades reais e aspirações das pessoas concretas.

O PPD de sempre soube ir pelo País, de terra em terra, falando para todos, mobilizando os melhores, de todos os grupos, de todos os estratos e classes sociais, gêneros, saberes, raças e credos.

Esse PPD, o grande partido popular, novo e de sempre, é a única resposta decisiva e sustentável às propostas populistas que exploram o crescente distanciamento entre a classe política e as pessoas.

Foi no imobilismo e ilusionismo socialista e na abdicação e indiferenciação da oposição que cresceram os populismos. Só o PPD/PSD como grande partido popular pode oferecer as soluções concretas, reformistas e moderadas, que atendem às necessidades de todos e dão resposta aos legítimos descontentamentos de vários milhões de esquecidos.

Só o PPD/PSD, como grande partido popular, tirará do esquecimento político: os jovens que após tanto estudo só encontram empregos precários e mal pagos que não chegam para pagar casa; os mais idosos com pensões baixas agora engolidas pela inflação e que desesperam com a falta de acesso a cuidados de saúde e o seu isolamento na comunidade; os empresários esmagados por impostos e pela burocracia do Estado; os trabalhadores condenados a um país de baixos salários, impreparado para as transformações tecnológicas e das relações laborais e sem capacidade para a sua requalificação ao longo da vida; os contribuintes frustrados por pagarem ao Estado a maior carga de impostos de sempre para dele receberem de volta serviços públicos cada vez com menos qualidade; os milhões de portugueses que nascem e morrem pobres ou em permanente risco de pobreza; todos os que vivem frustrados por não conseguirem subir na vida e observarem como mais de duas décadas de socialismo atiraram Portugal cada vez mais para a cauda da Europa, criando cada vez menos oportunidade para mudarmos o nosso destino coletivo e individual.

Portugal não é isto, nem tem de ser isto, como já Sá Carneiro alertava.

Os Portugueses merecem e podem acreditar numa Nova Ambição, coletiva e individual.

Portugal na linha da frente da Europa

Agora, não há nem pode haver confusão entre um partido popular e os movimentos e partidos populistas.

No PSD não fazemos cedências nem transigimos nos valores essenciais da dignidade da pessoa humana, da liberdade, da igualdade e não discriminação, da solidariedade, da tolerância e respeito pela diferença. Não há, como nunca houve, espaço no PSD para racismo, xenofobia, discriminações, nacionalismo ou o extremismo, nem para ódios de classe, ditaduras do politicamente correto, nem agendas ideológicas totalitárias de esquerda ou de direita.

Aliás, em Portugal o partido que tomou e exerceu o Governo do País apoiado em partidos extremistas, cúmplices de agressores totalitários e sanguinários, impositores da

não-liberdade, foi o Partido Socialista. O Partido Socialista não pode continuar a tentar enleiar outros em conjecturas de fronteiras de admissibilidade política que servem as suas intenções de perpetuação no poder, sem antes pedir desculpa aos Portugueses por ter governado suportado no apoio de radicais de esquerda cujo extremismo, as suas posições sobre a invasão da Ucrânia apenas vieram desmascarar. Quando assumirá o Partido Socialista a sua responsabilidade pela parceria com os partidos da extrema-esquerda e parará com a sua tentativa de promoção mal disfarçada de populistas de direita?

Mas é também fundamental deixar claro que para o PSD não existem uns portugueses eleitores de primeira e outros de segunda, em função do seu último voto partidário.

Devemos saber ouvir, escutar e procurar servir e mobilizar todos os Portugueses. Ninguém pode ser medido e muito menos esquecido em função do partido em quem votou antes, seja ele qual for. Os eleitores não são cativos de nenhum partido, não são confundíveis com as direções e líderes pontuais do partido em que em algum momento votaram. São todos portugueses livres e responsáveis pelas suas escolhas.

Como grande partido português, o PSD deve escutar todos e falar para todos os eleitores.

A missão do PSD é acreditar em construir e liderar uma maioria e procurar mobilizar cada português para o seu projeto de alternativa reformista, europeísta e moderada, e de firme e clara diferenciação face tanto ao extremo imobilismo socialista, como aos extremismos quer de esquerda quer de direita.

O caminho do PSD é próprio e o único capaz de cumprir uma Nova Ambição para Portugal.

A síntese diferenciadora do Reformismo Europeísta e Moderado

O PPD/PSD tem na sociedade portuguesa o papel e capacidade únicos de construir e oferecer a síntese diferenciadora capaz de transformar Portugal.

A síntese entre liberdade e igualdade; entre reformismo e moderação e segurança; entre ambição e solidariedade; entre a libertação e a potenciação da capacidade de iniciativa, do esforço e do mérito e o reconhecimento e valorização de um papel fundamental do Estado; entre os valores nacionais que também são vocação e valores europeístas; entre a autonomia do indivíduo e a importância das comunidades sociais em que nos inserimos, começando pela família; entre a identidade nacional e a abertura ao mundo e a integração dos novos portugueses e dos não portugueses.

Só o PSD é capaz de interpretar e combinar, por um lado as necessidades de reforma, de modernidade e de abrir e transformar Portugal num dos melhores da Europa, com, por outro lado, a indispensabilidade de atender e puxar pelo mais frágeis, esquecidos e deixados para trás.

Só o PSD é capaz de materializar um projeto europeísta, em que somos atores desse destino coletivo e realizadores de uma verdadeira economia social de mercado.

O PSD, com os seus valores, identidade, história e nova geração, tem uma capacidade única de compreender aqueles que desconfiam das aspirações mais modernas, globais e cosmopolitas como se fossem luxos, quando nem sequer as suas necessidades básicas, a sua sobrevivência, trabalho, casa, saúde e educação estão assegurados. E tem também a capacidade única para partir dessa compreensão, não para o ilusionismo ou igualitarismo de miséria como os socialistas, nem para o cultivo do revanchismo político e do populismo, mas para criar um projeto político que ofereça uma síntese reformista, moderada e solidária.

O PSD acredita em regenerar os seus líderes e protagonistas, a sua organização e funcionamento, a sua mensagem e comunicação, os seus espaços e canais de intervenção junto dos portugueses e vai voltar a afirmar-se com a alternativa firme e responsável ao socialismo que define o País, e vai ser o primeiro a inaugurar uma nova forma de fazer política.

É tempo de os Portugueses poderem voltar a aspirar a um lugar entre os povos mais desenvolvidos do mundo, em rendimento, riqueza, competitividade e prosperidade, qualidade da democracia e dos serviços públicos, ausência de corrupção, e acesso e qualidade da saúde e segurança para todos e que façam a diferença. Portugal tem que voltar a subir, em vez de continuar a descer na Europa.

Mas é tempo também de cada português individualmente poder ter a expectativa e a possibilidade de subir na vida. O elevador social agora avariado tem que voltar a funcionar, e a Mobilidade Social tem de ser um grande desígnio nacional.

Para o PSD, o fim último do seu projeto reformista moderado, da resolução dos problemas concretos e da sua Nova Ambição, é a dignidade da pessoa humana e a sua liberdade e possibilidade de construir o respetivo projeto de felicidade.

4. PORTUGAL: RESPEITAR O PASSADO, DESAFIAR O PRESENTE E RELANÇAR O FUTURO

Portugal como nação com quase 900 anos de História deve ter orgulho no seu passado, enfrentar os desafios do presente e relançar o futuro, ambicionando mais e melhor para os Portugueses.

Após a entrada de Portugal no espaço Europeu em 1986, o país teve uma profunda transformação social e económica. De um país pobre, atrasado e deficitário em muitas áreas, da educação à saúde, passando pelas infraestruturas, Portugal encetou um caminho de mudança, construção e transformação notáveis. O país aproximou-se dos padrões Europeus em muitas áreas, desde as infraestruturas (saneamento e água, transportes, educação e saúde), até a resultados extraordinários em indicadores fundamentais do desenvolvimento social, como a redução da taxa de mortalidade infantil, a redução da taxa de analfabetismo, o aumento da esperança média de vida e a redução progressiva do fosso que nos separava em termos de ensino e formação. Entre 1986 e 2000 a economia Portuguesa cresceu, em média, acima dos 4% e convergiu quase 15 p.p. face à média da Europa. Isso permitiu ultrapassar a Grécia. Em 1994 (antes do alargamento a três países mais ricos que Portugal: Áustria, Finlândia e Suécia), Portugal já não era o último dos 12 países da então CEE, tinha passado para 11º.

Contudo, a partir de 2000, apesar de o país assistir a uma forte transformação social, cultural e de educação, a economia Portuguesa não foi capaz de continuar a crescer e convergir face à média Europeia. Apesar de em vários indicadores, Portugal ter melhorado (no nível de escolaridade e de habilitações, bem como nas infraestruturas ou na esperança de vida), a economia Portuguesa estagnou. Entre 2000 e 2019, a economia Portuguesa cresceu, em média, 0,5% ao ano. Trata-se do crescimento mais baixo da União Europeia, com exceção de Itália e Grécia.

Entre 1995 e o final da atual legislatura, o Partido Socialista terá governado 24 anos e o Partido Social Democrata governou 7, mas sempre em emergência financeira, sem a possibilidade de aplicar o seu programa reformista, social-democrata, defensor de uma economia social de mercado.

Esta estagnação económica de duas décadas deixou marcas profundas na sociedade Portuguesa. Logo à cabeça, uma estagnação de rendimentos (o PIB per capita real cresceu nestes 20 anos apenas cerca de 10% em termos acumulados). Isso levou a uma estagnação dos salários (que cresceram menos de 10% em termos reais acumulados) e a um empobrecimento. Portugal tem hoje o 4º salário médio mais baixo da UE e a 2ª mediana mais baixa, apenas à frente da Bulgária (em paridades do poder de compra). Esta estagnação salarial levou a que nos últimos 20 anos, centenas de milhares de Portugueses procurassem alcançar os seus sonhos e construir a sua vida fora do nosso país. Entre esses, estão muitos dos nossos jovens mais qualificados.



A geração mais bem preparada de sempre em Portugal não tem no seu país o futuro que ambiciona e merece. À geração mais bem preparada de sempre não lhe é dada a oportunidade de contribuir para o desenvolvimento social e económico de Portugal.

Em Portugal o elevador social deixou de funcionar. Um jovem oriundo de famílias de baixos rendimentos, que estude e trabalhe, não consegue aspirar a sair desta teia de estagnação e pobreza (apenas 10% dos filhos das famílias pobres chegam à Universidade).

A estagnação dos últimos 20 anos trouxe também maiores níveis de desigualdades. Em 1995 a taxa de risco de pobreza antes das transferências sociais era de 37%. Em 2020 era de 43.5%. Um mercado que não funciona, não gera riqueza, e como tal não consegue potenciar o elevador social.

Para combater as desigualdades e a pobreza, num país que não gera riqueza, a solução dos governos Socialistas foi a de aumentar o endividamento público e privado, sobretudo com origem externa, e aumentar a carga fiscal. Em 1995 o endividamento externo era próximo de zero, em 2019 era de 90% do PIB, cerca de 200 mil Milhões €. Hoje, todos (Estado, famílias, empresas e banca) estão muito endividados. E em cima desse brutal endividamento têm que suportar uma carga fiscal nos máximos históricos (passou de 29% do PIB em 1995 para quase 37% em 2021).

Uma economia que não cresce, além de gerar estagnação salarial, emigração, desigualdades e pobreza, endividamento e carga fiscal, gera também um processo de divergência com os restantes países Europeus. **Em 2000, Portugal tinha um rendimento per capita em paridades do poder de compra que era 85% da média da Europa. Em 2021 era apenas de 74%.**

Em 2000 Portugal era o 15º país da União Europeia em termos de PIB per capita. Hoje é o 21º, e as previsões indicam que no próximo ano a Roménia e a Letónia poderão ultrapassar-nos, relegando o nosso país para 23º em 27. Países de Leste, que quando entraram em 2004, eram muito mais pobres que Portugal, no espaço de 15 anos ultrapassaram-nos. Países como a Estónia, República Checa, Polónia, Hungria, Eslovénia e Lituânia.

O período entre 2016 e 2019 (pré-pandemia), foi uma oportunidade perdida. A uma economia a crescer e o desemprego a descer desde meados de 2013 (durante a governação do PSD/CDS), somou-se uma política expansionista do BCE desde meados de 2015, que colocou os juros dos países da zona Euro em valores negativos ou próximos de zero, facilitando assim a redução do défice via uma diminuição dos valores dos juros da dívida pública. Esta conjuntura muito favorável foi desperdiçada por um governo encostado à extrema-esquerda, um PS sem capacidade reformista e simplesmente empenhado a gerir o governo para se manter no poder.

A economia Portuguesa cresceu, entre 2016 e 2019, um pouco acima da média Europeia, apenas porque a média Europeia foi bastante baixa por via de um crescimento anémico dos quatro maiores países (Alemanha, França, Itália e Espanha), por contraponto à generalidade dos países mais diretamente concorrentes de Portugal. Adicionalmente, a economia Portuguesa cresceu nesse período fruto de estar a crescer desde 2013 (depois de 6 anos de recessão) e das reformas estruturais levadas a cabo no período 2011-2015. Basta ver que em 2019 houve 14 países que cresceram mais que Portugal; que em 2020 a quebra do PIB foi a 4ª maior da Europa e bem acima da média e que Portugal tem a 2ª economia que recupera mais lentamente os níveis do PIB pré-pandemia de 2019. Também entre 2016 e 2021, Portugal passou da 18ª para a 21ª posição em termos de PIB per capita. Nestes últimos 6 anos, Portugal baixou de um rendimento de 78% da média Europeia para 74%. A recuperação de rendimentos foi tímida (entre 2015 e 2020 foi a 14ª taxa de crescimento de remuneração média em paridades do poder de compra). O governo tem-se focado no aumento do salário mínimo, sem que isso tenha particular efeito no salário mediano, e fazendo com que cerca de 25% dos Portugueses que trabalham vivam hoje com a remuneração mínima (em 2000 eram apenas 5%).

Agora que a política monetária do BCE está em inversão, com a subida da inflação e das taxas de juro, o governo mostra-se incapaz de responder aos novos desafios, agravados pelo conflito na Ucrânia.

O PS é, desde há mais de duas décadas, o partido da oportunidade perdida para Portugal.

Ao olhar para os programas eleitorais e de governo e para os discursos deste PS percebe-se que não têm nada de novo para oferecer, nenhuma ideia mobilizadora, num caminho de transformação nacional. A receita é a mesma de sempre, que continuará por isso a gerar os mesmos dececionantes resultados.

7^a maior carga fiscal sobre o trabalho no país com os salários dos mais baixos da União Europeia

3^a maior dívida pública

4^o sistema fiscal menos competitivo da OCDE

**COM ESTE GOVERNO,
UM ESTADO CADA VEZ
MAIS “SUFOCANTE”**

COM ESTE GOVERNO TEMOS CADA VEZ MAIS DESIGUALDADES

Risco de pobreza antes das prestações sociais: 43%

Desemprego jovem superior a 20%

20%

dos Portugueses que trabalham são pobres

25%

dos Portugueses que trabalham ganha o salário mínimo

Para colocar de novo Portugal a crescer e com isso gerar riqueza para melhores salários e rendimentos e melhores serviços públicos, apoiando mais e melhor os mais necessitados, precisamos de um projeto reformista, europeísta e ambicioso. Precisamos de uma **Agenda** que seja moderna e sustentável.

Precisamos de ter uma **Agenda Institucional**: reforçar a qualidade e a independência das instituições, desde o sistema político, protegendo-o dos extremismos de direita e de esquerda, e do Estado salvaguardando-o do partidarismo e captura por alguns privilegiados; reformar a Justiça, os reguladores, as forças de segurança e as Forças Armadas; melhorar a qualidade dos serviços públicos, em especial da Saúde, Educação e o acesso à Habitação.

Precisamos de ter uma **Agenda Geracional**: apostar cada vez mais nas pessoas, no Capital Humano e na formação: melhorando a qualidade de ensino de todos os níveis, apostando num país virado para o conhecimento e a ciência, trazendo muitos dos nossos compatriotas que emigraram nos últimos 20 anos, atraindo pessoas qualificadas de todo o mundo, que em Portugal queiram construir a sua vida e ajudar-nos a tornar este país mais próspero e menos desigual beneficiando as gerações mais novas assim como as mais velhas. Precisamos transformar novamente o ensino e a escola no verdadeiro elevador social, como nos anos 70, 80 e 90.

É preciso também fixar os nossos jovens e o seu talento, garantido que eles têm em Portugal as condições para concretizar os seus sonhos e ambições e não precisam de emigrar. Para isso, sugerimos já uma medida estrutural: uma taxa máxima de IRS de 15% para os jovens até aos 35 anos.

Temos de ter uma **Agenda para o crescimento económico**: uma agenda de crescimento, mas garantindo que ninguém fica para trás. Potenciar a economia nacional, mas sem descurar o apoio ao próximo e aqueles que mais necessitam. Só uma economia que gere riqueza permite melhores e mais qualificados empregos e salários e os recursos públicos para redistribuição e para sustentar e melhorar o Estado Social. Para isso precisamos de uma agenda de crescimento que encete as reformas estruturais que mitiguem os “estrangulamentos” da competitividade e da produtividade.

Precisamos de ter uma **Agenda para a Transição Climática e Tecnológica**: um país moderno, que aposte na transição ecológica, climática e energética. Que potencie os recursos endógenos, fomentando a eficiência energética e a aposta nas energias renováveis. Que alie a sustentabilidade climática a uma economia dinâmica. Mas um país

que aproveite a enorme oportunidade dada pela transição digital, mitigando os efeitos da sua localização geográfica periférica. Que potencie a digitalização na sustentabilidade geracional, no conhecimento, na ciência e na criação de valor.

Os processos de transição digital, energético e climático devem ser objeto de um Pacto Nacional que envolva os órgãos de soberania, a administração regional e local, a academia e os parceiros sociais, projetando e calendarizando os objetivos a atingir no médio e longo prazo.

Precisamos de ter uma **Agenda Social**: reduzindo as desigualdades, quer no mercado, quer através de um Estado Social mais eficiente, mas também mais capaz de mitigar as desigualdades, a pobreza e a exclusão, não esquecendo os mais idosos. Um país com cada vez maior igualdade de género, sem discriminação e com uma forte agenda de imigração (com um sistema baseado em pontos como em países como o Canadá), capaz de captar os melhores para viverem em Portugal, integrando-os numa sociedade, que histórica e culturalmente, sempre foi pacífica, acolhedora e multicultural.

Precisamos de ter uma **Agenda de Coesão Territorial**: defendendo um desenvolvimento harmonioso do ponto de vista territorial. Travando a elevada desertificação do interior e a excessiva concentração nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Reduzindo o fosso salarial entre litoral e interior. Promovendo investimento público e privado nas regiões mais deprimidas do ponto de vista populacional. Defendendo intransigentemente a descentralização e a redução do centralismo do poder.

Precisamos de ter uma **Agenda de Afirmação Externa**: reforçar a participação de Portugal nas instituições Europeias e internacionais. Mas sobretudo potenciar o enorme espaço da Lusofonia e da Diáspora Portuguesa. Tornar Portugal, os países Lusófonos e as comunidades Portuguesas numa entidade una, coesa e que potencie todo o valor do país e dos Portugueses, onde quer que eles estejam.

Portugal tem futuro se os Portugueses o quiserem e se estivermos todos disponíveis para trabalhar para o bem do país. Portugal tem futuro se inverter este caminho para a pobreza e se libertar das amarras socialistas.

Portugal tem futuro se todos nós, os portugueses, como equipa, e com uma liderança dinamizadora, acreditarmos e lutarmos pela sua transformação num país com mais liberdade, mais iniciativa, mais dinâmica, quer económica, quer social, em que todos vemos os desafios como oportunidades de crescimento e superação, e assim, finalmente, termos a esperança de ter encontrado o caminho certo para o futuro de todos nós!

Uma visão de futuro em que o crescimento económico e a criação de riqueza estão ao serviço do bem-estar e da busca individual pela felicidade, numa abordagem que integre as perspetivas sociais, económicas e ambientais.

Grande parte dos Portugueses deparam-se com desafios e ansiedades relativas à gestão do seu tempo, da conciliação da vida familiar, profissional, do lazer e da cultura. O poder político e um partido humanista como o PSD não pode descurar esta dimensão. A sustentabilidade ambiental e económica, a vitalidade dos projetos comunitários e do terceiro setor, a garantia dos cuidados de saúde, o incentivo a estilos de vida saudáveis, o consumo responsável, a promoção da cultura, a criação artística, os tempos de lazer, o associativismo social são dimensões que devem ser conciliadas, numa nova geração de políticas públicas. Um novo paradigma, que envolva estes parâmetros e a sua avaliação, consubstancia-se na **adoção do índice de Felicidade Interna Bruta (FIB)**, como elemento de aferição dos resultados da ação governativa, à semelhança do já experimentado em outros Países desenvolvidos e como reconhecido pelas Nações Unidas.

5. SETE PRIORIDADES PARA UM MODELO SUSTENTÁVEL PARA PORTUGAL

5.1. Uma Agenda Institucional: Estado, Instituições e Serviços Públicos ao serviço dos Portugueses

O Estado, as Instituições e os serviços públicos são um importante mecanismo ao serviço dos cidadãos para satisfazer as necessidades coletivas.

Precisamos libertar a sociedade do peso excessivo que o Estado ganhou, para garantir um equilíbrio na relação do Estado com o indivíduo, preconizando a visão humanista e personalista do PSD. Compete ao Estado garantir as condições para cada um procurar realizar as suas ambições para ser feliz.

Queremos um Estado que valorize a liberdade, a criatividade e a inovação que emergem da sociedade. Queremos um Estado que cumpra as funções de soberania. Mas queremos também um Estado que atue como regulador e supervisor. Igualmente, compete ao Estado promover o elevador social, um contrato social que garanta igualdade de oportunidade e que ninguém fique para trás.

Um Estado que valorize as Instituições, que combata a corrupção, que tenha serviços públicos de excelência que sirvam todos os Portugueses.

Instituições fortes, independentes e credíveis

Determinante para a riqueza ou pobreza das nações é a qualidade das suas instituições.

É essencial reestabelecer as condições que garantam uma verdadeira separação de poderes, uma responsabilização total dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos.

E reforçar o papel dos reguladores, dando-lhes meios e recursos para cumprirem a sua função, tornando-os mais independentes dos poderes políticos e económicos.

O sistema político padece de problemas graves, quer ao nível da abstenção e do distanciamento entre eleitores e eleitos, quer ao nível da representatividade e da capacidade de atrair para cargos públicos os mais bem preparados. Adicionalmente, o sistema político privilegia cada vez mais o mediatismo e as soluções de curto-prazo e não o ímpeto reformista e de transformação estrutural que o país precisa.

O PSD pugnará por uma reforma do sistema político, que permita mitigar os problemas com que hoje Portugal se depara nas suas Instituições.

Por último, não há verdadeira Democracia e Instituições fortes sem um controlo e escrutínio rigoroso por parte da Comunicação Social. Sabemos que as vendas e receitas têm vindo a cair, tornando a profissão e o setor mais difícil. Assim, no interesse de uma sociedade livre, forte, plural e democrática é preciso criar medidas que ajudem os media a serem sustentáveis e cumprirem o seu papel fiscalizador do poder e informativo dos cidadãos.

Administração Pública

A Administração Pública (AP) não pode ser vista como uma estrutura ao serviço do Estado nem, muito menos, de conjunturais interesses ideológicos ou político partidários. Deve ser totalmente instrumental na missão de servir os cidadãos, não constituindo um fim em si mesma. Por isso, um crescimento desmesurado de uma Administração Pública pesada, burocrática, fechada, que não sirva os cidadãos é não apenas inútil como contrário à Constituição e potencia o surgimento de práticas menos transparentes, tornando-se terreno fértil para a corrupção.

A AP é hoje um “gigante”, pouco eficiente, por regra mal gerido, e onde quer funcionários, quer utentes se sentem defraudados e pouco motivados. A fraca qualidade e eficiência dos serviços públicos tem consequências, quer nas famílias, sobretudo as de menores rendimentos, que muitas vezes não têm alternativas, quer na economia, na competitividade das empresas.

Precisamos modernizar a AP, com novos modelos de organização e gestão dos recursos e processos, passando de uma AP organizada verticalmente (em pirâmide) para uma AP organizada em rede, flexível e eficiente, com objetivos definidos e indicadores de desempenho e sucesso, permitindo a comparabilidade com outros serviços e prestadores. Para isso, a reforma das Finanças Públicas e da Gestão Financeira do Setor Público é fundamental para dotar os gestores públicos dos instrumentos e da informação que precisam para gerir os serviços públicos. Uma AP que aposte e tire partido das novas tecnologias e da digitalização. Que promova uma profunda reforma e melhoria das carreiras e das condições remuneratórias (incluindo prémios de desempenho), com um modelo de avaliação, atraindo alguns dos melhores quadros do país.

A transparência no funcionamento da Administração Pública é também um princípio fundamental. Os cidadãos têm o direito de ser informados pela Administração sobre o andamento dos processos em que sejam interessados, bem como o de conhecer as decisões que sobre eles sejam tomadas, de perceberem os fundamentos dessas decisões e de serem informados dos seus direitos e eventuais meios de reação que possam utilizar.

É fundamental credibilizar o Estado. Assegurar a integridade das instituições, do poder político, dos reguladores e das demais autoridades públicas. Urge reestabelecer uma efetiva separação de poderes e combater situações de conflitos de interesses, reforçando a independência dos poderes que escrutinam o poder político. Cabe garantir a existência e, sobretudo, real aplicação de formas de responsabilização de desvios de interesse público, sob qualquer forma, que tenham lugar ao nível da Administração.

O nosso desenvolvimento coletivo depende de um Estado — e de uma Administração Pública — que cuide dos seus cidadãos.

Um Estado que assegure cuidados de saúde a todos, não deixando ninguém para trás, sem cegueiras ideológicas, e que saiba trabalhar tanto com o setor público como com o setor privado e o setor social, certificando o melhor serviço independentemente da natureza do prestador. Que garanta que os serviços de saúde não entrem em colapso e não são geridos permanentemente em modo de crise ou pré-ruptura, como se viu durante a terrível pandemia que nos assolou.

Um Estado que assegure a educação das crianças, como forma de garantir o elevador social, o desenvolvimento das competências tão necessárias para fazer avançar o nosso País e a prevalência do mérito.

Um Estado moderno, que seja um promotor de desenvolvimento e uma incubadora de inovação e tecnologia, capaz de posicionar Portugal no topo dos melhores rankings e não no fundo da pirâmide, para onde o Partido Socialista o relegou.

Um Estado que promova a justiça e o bom funcionamento da Administração Pública. Que ajude os cidadãos e as empresas a gerar riqueza e não seja um obstáculo ao seu desenvolvimento.

Precisamos de um Estado que construa um sistema judicial que funcione bem e muito mais depressa do que hoje temos, tratando todos por igual, sem olhar a quem, e que se posicione como um sistema judicial irrepreensível e não suscetível a pressões e perceções públicas. A Justiça é um imperativo constitucional não apenas como forma de garantir o Estado Social de Direito e os direitos individuais de cada um dos cidadãos, mas também como forma de assegurar riqueza e garantir a quem investe em Portugal, estrangeiro ou nacional, que os direitos que a lei lhes atribui, são respeitados e efetivos.

Um Estado ao serviço das pessoas, da dignidade humana, dos direitos fundamentais, do direito à procura da felicidade.

O combate à corrupção no centro da ação política

Um Estado que combata eficazmente a corrupção é vital para o funcionamento da Democracia e a satisfação dos eleitores com o sistema político e o país. A corrupção e os seus filhos menores, o compadrio e o amiguismo, são os maiores inimigos da meritocracia e da lógica contemporânea da igualdade entre os cidadãos. Têm a infeliz capacidade de subverter o talento, de viciar as regras arejadas e higiénicas da mobilidade social e de emprestar a todas as escolhas o estigma da suspeição e da indignação. Mais ainda, a corrupção é o fenómeno que mais atrasa o desenvolvimento humano e entorpece a renovação social e económica. Não por acaso, os países onde a corrupção é menor contam-se como aqueles que conseguem facultar melhor qualidade de vida aos seus cidadãos.

O alargamento da corrupção em Portugal não se resolve nem se estanca com novas leis. Sem prejuízo das atualizações e evoluções necessárias, melhor seria se aquelas leis que agora temos fossem devidamente cumpridas. E não o são porque as autoridades

judiciárias e judiciais não dispõem de capacidade suficiente para o fazer. O caminho passa por colocar como primeira prioridade a dotação, às polícias e aos tribunais, de meios e de instrumentos capazes de aplicar as leis já existentes, de agilizar os procedimentos imprescindíveis nessa luta, de eliminar os obstáculos burocráticos e financeiros que **desanimam aqueles que têm como missão tornar Portugal num país onde o mérito e as capacidades de cada um sejam o verdadeiro e inequívoco impulsor dos cidadãos e das empresas.**

O combate à corrupção deve ser uma prioridade, nomeadamente refletida na **criação de uma agência anticorrupção** altamente especializada e com poderes efetivos de investigação e coordenação, prossecução criminal e sensibilização, dando um sinal visível de combate à criminalidade de colarinho branco em Portugal.

Também nesta área, o PSD não se encolherá no comodismo de não afrontar os interesses instalados. Teremos a coragem de mudar, de inovar e de atualizar.

Defesa Nacional

A guerra da Ucrânia veio demonstrar cabalmente a importância que as Forças Armadas têm e que sempre fez parte do património do PSD. Portugal necessita de modernizar e reformar as suas Forças Armadas, de forma a garantir a defesa do território nacional, sobretudo face às novas ameaças do terrorismo e do ciberterrorismo, mas também a contribuir o nosso papel no âmbito da NATO e da participação em missões internacionais. **A reforma das Forças Armadas** passa por melhorar substancialmente as condições remuneratórias e de contratação, sobretudo ao nível de praças, bem como a modernização dos equipamentos militares.

O País deve desenvolver uma estrutura tecnológica e industrial de defesa e deve apostar na investigação aplicada nas questões de defesa, apoiando e contando para tal com a indústria e universidades nacionais. No seio das forças armadas, e perante as evoluções sociais, ambientais e geopolíticas, deve-se aprofundar-se a capacitação ao nível da gestão de crises, de diferente natureza.

Em paralelo à consolidação dos ramos tradicionais, impõe-se a necessidade urgente de criação de uma estratégia de Ciberdefesa, Cibersegurança e de Segurança Digital, que se concentre na especificidade deste relevante campo de ação. Este é hoje um espaço crescentemente privilegiado para tensões geopolíticas e onde se afirmam as ameaças mais significativas.

Segurança e proteção civil

Em matéria de **segurança interna**, Portugal é um país pacífico, com baixos níveis de criminalidade, mas que não deve ignorar problemas também nesta área, sobretudo em termos de deterioração, quer da autoridade do Estado, quer dos meios ao dispor das forças de segurança.

Devemos apostar num plano de investimento efetivo nas áreas de soberania para dotar as nossas forças de segurança e de proteção civil dos meios adequados para desempenhar a sua missão.

De igual modo, na área da **proteção civil**, depois de anos de uma política errada com terríveis consequências, devemos virar a página no sentido de prestigiar aqueles que atuam no terreno e despartidarizar aqueles que estão integrados nas hierarquias operacionais.

Do ponto de vista operacional e do ponto de vista dos equipamentos e recursos, deveremos modernizar a capacidade de resposta a novas ameaças à ordem pública e a novos fenómenos naturais. Por exemplo, ao nível da segurança digital, das políticas migratórias (serviço de estrangeiro e fronteiras), da gestão de crises e de catástrofes, o País deverá atribuir a devida relevância crítica às políticas de segurança e de proteção civil.

Uma saúde ao serviço de todos

O Sistema Nacional de Saúde, englobando o Serviço Nacional de Saúde (SNS), mas também o setor social e os privados, é um pilar fundamental na qualidade de vida dos Portugueses, na qualidade dos cuidados de saúde que são prestados e é um instrumento vital de coesão e de justiça social. A prestação de cuidados de saúde é feita por um modelo misto, de gestão do Estado, mas cuja participação de outros agentes aumenta a oferta, reforçando o sistema. De forma pragmática e realista, a retirada de qualquer destes elementos do sistema colocaria em causa o funcionamento de todo o sistema de saúde português.

A pandemia veio pôr a descoberto as fragilidades do setor da saúde em Portugal. Hoje, uma parte importante dos Portugueses não têm acesso a cuidados de saúde nas condições necessárias. **O SNS é absolutamente fundamental, mas infelizmente tem sido mal gerido. Devemos reforçar os cuidados universais de saúde, investir na prevenção, bem como nos cuidados primários e na criação de programas nas áreas da saúde mental, saúde oral, obesidade e saúde materno-infantil. Dar um médico de família a cada Português é indispensável.** Defendemos o alargamento do sistema SIGIC das listas de espera para cirurgias às consultas de especialidades médicas hospitalares e aos meios complementares de diagnóstico e terapêutica. Implementar um programa de apoio ambulatorio aos idosos dependentes e reconhecer a importância, e garantir apoio e formação aos cuidadores formais e informais.

O principal garante da resiliência do Serviço Nacional de Saúde, ante a falta de estratégia, de gestão e de investimento a que assistimos no passado recente, é a dedicação extraordinária e o sentido de missão dos seus profissionais, assim devemos **prestar especial atenção aos profissionais de saúde e às suas carreiras, garantido que o ingresso no SNS e fazer carreira no mesmo, continua a ser algo desejado pelos atuais e novos profissionais.**

Nesse sentido, o PSD defende uma aposta maior nos serviços de saúde, focando cada vez mais no bem-estar e na prevenção da saúde, promovendo estilos de vida saudáveis. Defendemos também uma reforma na organização dos serviços (realizar a revisão da Lei de Bases da Saúde e um novo modelo de organização - reorganizar o sistema de saúde e o financiamento, com uma forte aposta na digitalização), reforçando a componente de saúde primário em modelos USF. É necessário incentivar os centros hospitalares a funcionar em rede e garantido que a relação entre público, social e privado é feita de

forma a melhorar a eficiência e qualidade do sistema, mas também com forte transparência e prestação de contas.

É preciso exigir que a acessibilidade aos cuidados de fim de vida, nestas circunstâncias tão particulares, seja considerada como um direito humano fundamental, um imperativo ético próprio de uma sociedade moderna, que se mantém atenta às necessidades da maioria, mas também capaz de responder de forma eficaz aos grupos mais vulneráveis, onde a “4ª idade”, a demência e a doença psiquiátrica, devem ser considerados de forma ativa e eficaz.

A **rede de cuidados de saúde** deve ser também olhada como fator de coesão territorial, de equidade no acesso aos cuidados, onde são claras as diferenças regionais e persistentes as dificuldades dos territórios do interior, onde os serviços exclusivamente públicos não chegam. Este contexto demográfico sugere, pois, **uma visão colaborativa - e não competitiva - entre sectores: público, privado, social, humanitário.**

Portugal deve apostar na investigação científica e na inovação tecnológica, designadamente através de centros de referência que possam posicionar o País num contexto de desenvolvimento de novas soluções que possam gerar eficiências e, principalmente, permitir cuidados de saúde com mais qualidade para os utentes e com mais condições para os profissionais de saúde.

Habitação: um direito inalienável

Infelizmente, ainda hoje existem dezenas de milhares de famílias que não têm uma habitação condigna. A somar a esse flagelo, é cada vez mais difícil, sobretudo aos mais jovens, ser capaz de pagar uma casa, sobretudo nas áreas metropolitanas.

O PSD sempre esteve na linha da frente das políticas de habitação, fosse no programa de erradicação das barracas nos anos 90 (PER), fosse em soluções inovadoras de crédito e arrendamento. A reforma levada a cabo em 2012-2013 permitiu modernizar o mercado de habitação.

Mais de
1/3

das necessidades de saúde ficaram por assistir durante a pandemia (Portugal foi o 2º pior país da União Europeia)

COM ESTE GOVERNO TEMOS UM SISTEMA DE SAÚDE CADA VEZ PIOR

Número de Portugueses sem médico de família é hoje maior que em 2015 (mais de 1 milhão de Portugueses)

Durante mais de 50 anos, o arrendamento urbano nas principais cidades, especialmente em Lisboa e no Porto, esteve em contração. A partir de 2010 e com maior vigor após 2012, inverteu-se este declínio, aumentou a oferta de casas para arrendar, o valor das rendas reduziu-se e foram criadas condições de confiança para se reconstruir o mercado de arrendamento habitacional. A governação socialista, a partir de 2016, não só ignorou o contexto adverso criado pela nova realidade da procura turística, como anunciou e tomou medidas que criaram imprevisibilidade e desconfiança nos investidores e só contribuíram para o retrocesso na oferta de casas para arrendar e para agravar o valor das rendas. Hoje, é quase impossível a um jovem encontrar casa em Lisboa ou no Porto.

A mobilidade do mercado de trabalho impõe que nos dias de hoje haja mais oferta de casas para arrendar que acompanhem estas mudanças. Infelizmente, com este governo, ocorre o oposto. Defendemos uma nova abordagem nas políticas de incentivo ao arrendamento por jovens, que reforce os apoios financeiros, estimule as soluções de partilha habitacional e não prejudique aqueles que, ao mudarem de local de trabalho, acabam no fim de uma lista de espera interminável.

A escassez de casas para arrendar também afetou os estudantes universitários e os professores que têm que se deslocar para centros urbanos onde não residem e não encontram respostas para as suas necessidades de alojamento. Antes havia a necessidade de criar mais residências universitárias para estudantes. Hoje, há também a necessidade de suprir a ausência da oferta de alojamentos para professores deslocados.

O despontar de novas formas de alojamento, como os micro-apartamentos, as residências seniores, as habitações partilhadas e as soluções evolutivas e modulares vêm responder a novos modelos de vida, mas também às alterações demográficas da nossa sociedade e ao seu envelhecimento, estas mudanças colocam novos desafios. Fazer uma construção nova é muito diferente de reabilitar uma construção antiga. Mas se ambas devem ter regras distintas, não podem ter um enquadramento legal disperso e caótico. Vivemos num tumulto burocrático, propiciador da corrupção e do tráfico de influências. Portugal precisa de um novo Código da Construção e da Reabilitação, abrangente quanto aos tipos de edificação e que simplifique procedimentos, reduza custos de contexto, responsabilize os autores dos projetos, defenda os consumidores e atraia os investidores. E estas alterações também devem chegar à constituição das propriedades horizontais e à gestão de condomínios.

5.2. Uma Agenda Geracional: Educação, Capital Humano e Talento ao serviço das Pessoas

A **Educação e o Capital Humano** são os fatores fundamentais para o desenvolvimento social e económico de Portugal. Apenas melhorando a qualificação e competências dos Portugueses, bem como atraindo talento, como defendemos na subseção 5.5, pode Portugal aspirar a um futuro de prosperidade e felicidade.

A **igualdade de oportunidades**, preconizada pelo PSD, garante-se com uma aposta forte na promoção de uma Educação de qualidade e cujo acesso é universal. Entendendo a Educação como um Bem individual e social, o que vem expressamente consagrado no Programa do PSD, deve permitir o desenvolvimento pleno da personalidade de cada um,

promover a integração social e potenciar as capacidades e talentos de cada indivíduo, é o fator determinante para o bom funcionamento do elevador social.

Portugal é hoje um país onde a igualdade de oportunidades está longe de estar garantida. Como recordou a OCDE¹, as origens socioeconómicas e o capital humano dos pais continuam a marcar fortemente as hipóteses de crianças e jovens terem uma carreira de sucesso. Pese embora, nas últimas décadas tenhamos dado passos significativos e relevantes na promoção e incremento da escolaridade dos portugueses, na percentagem de população entre os 25 e os 64 anos com, pelo menos, o ensino secundário completo, estamos na última posição entre os Estados-membros da União Europeia². A mobilidade social e a igualdade de oportunidades são o reflexo destes indicadores que reforçam a urgência de **fazer da Educação um verdadeiro elevador social**.

A educação pré-escolar é, hoje em dia, cada vez mais valorizada, tendo em vista o desenvolvimento cognitivo da criança como preparação para a idade escolar. É fundamental uma aposta na universalidade do Ensino Pré-Escolar de modo a promover uma maior igualdade de oportunidades e promoção da mobilidade social.

Defendemos, por isso, a promoção de incentivos à criação de instalações de educação pré-escolar em empresas, com equipas multidisciplinares, de forma a promover um maior equilíbrio entre a vida familiar e profissional.

Entendemos importante o recurso a parcerias com instituições privadas, do sector social e das autarquias para aumentar o acesso progressivo, aproveitando a oferta existente hoje para fortalecer a rede de Ensino Pré-Escolar.

Acreditamos que a igualdade de oportunidades no Ensino Pré-Escolar passa também pela criação de uma oferta de despiste psicológico e de desenvolvimento global no pré-escolar, de forma a intervir precocemente em eventuais problemas relacionados com o desenvolvimento cognitivo da criança.

No **Ensino obrigatório**, é fundamental olhar para o que foi trazido pela pandemia e implementar melhorias no nosso sistema de ensino de modo que a Escola seja cada vez mais um espaço de liberdade, exigência e adaptado ao século XXI. Para o efeito, há investimentos que devem ser feitos no sentido de aproveitar e melhorar a utilização das novas tecnologias em contexto escolar. As mudanças a que temos assistido no mercado de trabalho são também uma exigência para que a Escola se adapte em todos os níveis de ensino. Se aquele é fortemente marcado pelas novas tecnologias, pela automatização e robotização, temos de esperar que a Escola tenha um papel a desempenhar nas valências dos futuros trabalhadores de modo que estejam em condições de responder a estes novos desafios.

Uma **Educação de qualidade** só se constrói envolvendo todos os atores do sistema. O problema que já se verifica e se vai agravar de **falta de professores** em várias disciplinas nucleares tem de merecer uma resposta estrutural e séria por parte dos poderes públicos. Recorde-se que mais de 100 mil alunos estarão sem, pelo menos, um professor já no próximo ano, de acordo com os dados da Pordata. **É essencial valorizar a profissão do Professor, ao nível de toda a sua carreira. Recompensar os bons professores, atrair talento para a profissão, encorajar a aprendizagem e desenvolvimento do corpo docente. É preciso também dar incentivos às escolas para melhorarem, seguindo exemplos como Singapura ou o Canadá.**

Da mesma forma, tendo sido o PSD pioneiro no processo de descentralização de

competências na área da educação, através da celebração de contratos interadministrativos em 2013, acreditamos que as autarquias devem ser parte no sistema de ensino. Mas, entendemos que o aprofundamento exige que se olhe para os Municípios como verdadeiros parceiros e intervenientes na definição dos projetos educativos e não como meros tarefeiros como tem sido a visão do Governo socialista, muitas vezes com falta de meios para o cumprimento das tarefas que lhes são confiadas.

A ligação ao mercado de trabalho tem no Ensino Profissional um veículo da maior importância. É no Ensino Profissional que a Educação deve estar, particularmente, voltada para a aquisição de conhecimentos teóricos e práticos exigidos para o exercício das funções próprias de uma profissão. Para além de caracterizada por uma forte ligação com o mundo profissional, deve encontrar-se articulada com o setor empresarial local. A oferta concorrencial que atualmente existe no ensino secundário e nas escolas profissionais, muitas das vezes, nos mesmos concelhos e a falta de articulação de uma verdadeira rede acaba por prejudicar a qualidade e a coerência do sistema de ensino. Por outro lado, quando em 2017, pela mão do Governo do PS, se pôs fim aos cursos vocacionais, ficou claro que uma teimosia ideológica se sobrepôs àqueles que eram os interesses de crianças, jovens e respetivas famílias. Esta opção contrariou diversos relatórios de várias instituições internacionais - UNESCO, OCDE e Comissão Europeia^{3 4} - que defendem a necessidade de os países desenvolverem percursos alternativos de caráter profissionalizante, tendo em consideração as diferentes necessidades dos alunos e combatendo uma uniformização do sistema educativo, como forma de combater o elevado desemprego jovem e abandono escolar e diminuir o desfasamento entre as competências aprendidas e as utilizadas no mundo do trabalho.

Defendemos, por isso, a **reintrodução do Ensino Vocacional e uma efetiva articulação da oferta do Ensino Profissional**, eliminando sobreposições e desconexões atualmente existentes no sistema de ensino.

Sendo certo que devemos apostar na Educação, encarando esta como um investimento essencial para o desenvolvimento do nosso país, esta deve ser vista para além do Ensino obrigatório.

A Educação ao longo da vida é um imperativo a que o Estado não pode ficar alheio. O aparecimento de novos empregos e o desaparecimento de tantos outros exigem que se olhe para a reconversão da carreira dessas pessoas como uma necessidade para melhorar os níveis de qualificação, empregabilidade e bem-estar, independentemente da sua idade, com vista à prossecução da sua felicidade.

Pretendemos que haja uma Reforma do Programa de Formação Profissional ao Longo da Vida, criando um modelo de formação semi-obrigatória em novas competências a meio da vida, orientada para o alinhamento às transformações tecnológicas e futuro do trabalho, e com financiamento à oferta baseado nos resultados de empregabilidade e aumento da remuneração dos trabalhadores.

Ao nível do **Ensino Superior**, acreditamos que o reforço do sistema binário deve valorizar o papel que cabe a Universidades e Politécnicos. O aprofundamento da sua ligação ao tecido empresarial é, para tal, fundamental. A valorização do Ensino Superior e das Instituições de Ensino Superior não se faz sem **uma aposta forte na Ação Social**, a qual continua fortemente dependente de financiamento europeu, o que é uma vulnerabilidade

³ UNESCO (2016). "Recommendation concerning technical and vocational education and training (TVET)". Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002450/245068e.pdf#page=5>

⁴ Publications Office of the European Union (2011). "Supporting vocational education and training in Europe: The Bruges Communiqué". Disponível em: http://ec.europa.eu/dgs/education_culture/repository/education/library/publications/2011/bruges_en.pdf

que deve, pelo menos, merecer reflexão. Há instrumentos legislativos que estando há vários anos em vigor, já deveriam ter sido objeto de revisão.

A **ciência** é determinante na melhoria das condições de vida das populações e do desenvolvimento económico. Foi evidente para todos, através de repetidos serviços informativos, como é fundamental colocar a investigação e desenvolvimento, os seus atores e instituições, no centro das atividades que nos regem enquanto decisores políticos, agentes económicos, prestadores de cuidados, etc.

Apesar dos excelentes profissionais que dispomos, Portugal não é um país que tenha a ciência como motor do seu desenvolvimento económico e social. As razões do atraso de Portugal face aos seus parceiros estão repetidamente diagnosticadas. Nos últimos anos foram levadas a cabo várias ações que, apesar de positivas, não resolvem os gargalos estruturais que o setor enfrenta. É preciso uma liderança ambiciosa com visão e conhecimento do sistema científico Nacional.

Acreditamos que é necessário implementar alterações estruturais que levem a um desígnio sério de Portugal através de **investigação e desenvolvimento**, alavancando o investimento realizado em recursos humanos nas últimas três décadas, potenciando o tecido económico Nacional, e garantindo níveis de crescimento e uma balança externa mais favorável, fruto do **desenvolvimento de produtos de elevado valor comercial**. É necessário apoiar o empreendedorismo, a inovação e as startups, quer ligadas à inovação, quer ligadas a setores mais tradicionais, que, contudo, podem beneficiar da tecnologia e da ciência para serem mais produtivos e de maior valor acrescentado.

É absolutamente crítico que se crie um ecossistema que promova a interação entre as universidades, os institutos politécnicos, os laboratórios nacionais, os centros tecnológicos, a indústria e a sociedade civil. A partilha de conhecimento e a transferência tecnológica devem ser estimuladas em nome de mais investigação fundamental e de mais investigação aplicada, designadamente, a respostas concretas para as necessidades do nosso contexto empresarial e empreendedor. **A integração em redes globais que potenciem esta colaboração permanente entre ciência, inovação e indústria terá a vantagem acrescida de estimular a internacionalização e integração nas cadeias de valor global das empresas localizadas em Portugal.**

Acreditamos que é essencial criar vasos comunicantes entre empresas e centros de investigação, com o reforço da participação das empresas no sistema Científico e Tecnológico Nacional e incentivo à atração de talento por parte das mesmas. É essencial garantir um maior investimento privado e público (utilizando também a contratação pública para este objetivo), ambicionando chegar a 3% do PIB, regular e com regras claras em Ciência e Tecnologia.

Assim teremos em Portugal uma política pública de ciência e tecnologia que nos permite ambicionar estar alinhados com os países mais desenvolvidos da UE, mais justa e sustentável, com um crescimento económico mais acentuado e baseado no conhecimento, que nos permita enquanto sociedade reinvestir o produto desse crescimento e tornar o sistema sustentável do ponto de vista de investimento privado. Por último, e não menos importante, temos o papel da **Cultura**. O reconhecimento da importância da Cultura, enquanto atividade plural e autónoma da sociedade civil e enquanto foco da ação do Estado corresponde à noção de identidade que queremos preservar e promover.

Acreditamos na Cultura como lugar de encontro. Encontro com a História, com o

Presente, com o Futuro. Elemento de ligação e de diversidade. Oportunidade de desenvolvimento e de distinção num mundo globalizado e digital, enquanto política pública **é mais uma ferramenta para obtermos um desenvolvimento econômico sustentado das nossas comunidades, com criação de emprego e indústrias criativas e culturais.**

Precisamos de melhorar os serviços públicos de Cultura e os seus modelos, de dar mais espaço à cidadania, através de incentivos ao desenvolvimento de parcerias, de redes colaborativas e de interações, em que a fratura entre cultura erudita e popular não faz sentido e em que se defende que a democracia, para ser inteira, não pode ser só económica e social. A democracia só se completa se também for democracia cultural.

Num tempo marcado pela incerteza, a âncora para a nossa solidez reside na cultura. Para o PSD, este é o tempo para se abrir uma nova página nas políticas culturais, alargando o acesso e fruição a todos, valorizando o património, estimulando a criação artística livre e independente e promovendo novos públicos, nomeadamente através de uma mais eficaz integração com o sistema de ensino e de formação.

Acreditamos na livre iniciativa criativa da sociedade e na diversidade daí resultante, assim rejeitamos liminarmente qualquer dirigismo cultural ou qualquer tentativa de condicionamento na produção ou no acesso a bens culturais. O acesso à cultura é determinante para a integral realização humana e para o cumprimento de uma cidadania plena. Mas é igualmente o melhor garante de uma sociedade protegida das novas ameaças que provêm da desinformação, do desrespeito pela privacidade e dos perigosos populismos emergentes que visam manipular as massas. **A cultura é, assim, um poderoso aliado dos valores da democracia liberal.**

5.3. Uma Agenda para o Crescimento Económico: uma economia competitiva, com melhores empregos e salários mais qualificados ao serviço do crescimento partilhado

A estagnação da economia Portuguesa nos últimos 20 anos, resulta de um potencial de crescimento muito baixo (em 2019 o PIB potencial de Portugal rondava 1.5%, um dos mais baixos da União Europeia).

Esse baixo potencial de crescimento resulta em primeiro lugar de uma baixa produtividade, quer do fator trabalho (baixa produção para o número de horas de trabalho), do fator capital (empresas de baixa intensidade de capital) e baixa produtividade dos fatores de produtividade (“total productivity factor”, isto é, o efeito da gestão, inovação e tecnologia na produtividade).

Esta baixa produtividade dos fatores resulta da baixa escolaridade (e em muitos casos da fraca ligação entre o ensino e as empresas); baixo nível de ciência e inovação; baixo valor acrescentado nas cadeias de abastecimento e produção; baixo nível de gestão, uma formação bruta de capital fixo (investimento) baixo e apenas suficiente para repor a depreciação do capital e uma baixa capitalização das empresas; uma pequena dimensão das empresas, que impede economias de escala; e uma baixa internacionalização das empresas, que resulta num baixo nível de exportações e de investimento Português no estrangeiro.

Para aumentar a competitividade e a produtividade da economia Portuguesa, é preciso uma agenda para o crescimento, que encete as transformações estruturais que eliminem ou fortemente diminuam os atuais “estrangulamentos” do crescimento da economia nacional (até porque só essas transformações estruturais podem aumentar a competitividade da economia e depois manter Portugal competitivo, dado que os nossos concorrentes também vão procedendo a transformações importantes nos seus tecidos económicos):

Uma transformação estrutural da atração de talento, investimento e no clima de negócios: Criar um clima de negócios favorável aos agentes económicos que lhes permita ver no Estado um facilitador e não um obstáculo ao investimento, à produtividade e à inovação. Cabe ao Governo permitir à iniciativa privada a liberdade de desempenhar o seu papel fundamental da Economia, devendo o Estado atuar sobretudo como promotor, árbitro e regulador forte e assegurando a existência e o acesso às infraestruturas, melhorando a competitividade fiscal e definindo as melhores políticas económicas. Reforçar a aposta no empreendedorismo e nas startups (quer em setores tecnológicos, quer em setores mais tradicionais, mas que beneficiam da tecnologia), através do ensino e através de incentivos fiscais e financeiros.

Uma transformação estrutural dos serviços públicos: melhorar a qualidade e eficiência dos serviços públicos, resultando em melhores serviços em áreas como a educação e a saúde, mas também uma forte redução dos custos de contexto e da burocracia. Reforço do modelo de aprovação tácita e prévia nos processos de licenciamento. Reforço da componente de arbitragem na resolução de conflitos e litígios.

Uma transformação estrutural dos mercados: tornar vários dos mercados em Portugal (financeiro, energético, telecomunicações, entre outros), muito mais concorrenciais, reduzindo barreiras à entrada de novos concorrentes. Reforçar a independência e os

**COM ESTE GOVERNO
UMA ECONOMIA
CADA VEZ MENOS
COMPETITIVA NA
UNIÃO EUROPEIA**

21° país no ranking da produtividade
hora do trabalho

25° país no ranking
do investimento

34° a nível mundial no ranking
da competitividade

4° maior queda do PIB em 2020 e
2ª recuperação mais lenta para os
níveis pré-pandemia

meios dos reguladores, com nomeações mais independentes e com maiores recursos. Isso permitirá que os custos para as empresas e as famílias se reduzam, melhorando a qualidade dos serviços.

Uma transformação estrutural das Finanças Públicas: tornar o setor público um exemplo de excelência e de eficiência, reformando a sua gestão financeira, patrimonial e de recursos humanos (o Estado Português é maioritariamente gerido por regras, procedimentos e tecnologia que tem 20, 30 ou nalguns casos mais de 40 anos). Não há uma verdadeira reforma do Estado sem a reforma do Ministério das Finanças, dotando os gestores públicos do planeamento, dos meios e da informação de gestão e dos recursos que lhes permita atingir os objetivos propostos e ter serviços de elevada eficiência e qualidade. Adicionalmente, a reforma das Finanças Públicas deve ter um plano credível, rigoroso e ambicioso de redução da dívida pública.

Uma transformação estrutural do sistema fiscal: criar um sistema fiscal simples, com menos impostos e taxas, que tenha baixos custos de cumprimento das obrigações, que seja estável, cuja litigação fiscal seja célere e eficiente, e que reduza a carga fiscal sobre as famílias e as empresas, atraindo trabalhadores qualificados para Portugal, mais investimento e criando incentivos para mais e melhor emprego.

Uma transformação estrutural do sistema de Justiça económica: tornar a Justiça para as questões económicas mais célere e eficiente, reduzindo a morosidade e os custos da litigação, da cobrança de dívidas, das falências e recuperação de empresas, bem como dos tribunais administrativos e fiscais (ligando com as reformas anteriores).

Uma transformação estrutural do mercado laboral: tornar o mercado laboral adequado às novas realidades de emprego, de tecnologia, reduzindo a sua rigidez e dualidade, mas ao mesmo tempo promovendo segurança e estabilidade no emprego, bem como uma agenda para o trabalho digno. A imprescindível abertura a novos modelos mais flexíveis de trabalho deve ser acompanhada de novas e eficazes respostas que correspondam a uma maior segurança para os trabalhadores, designadamente ao nível dos rendimentos, reduzindo os riscos em período de transição entre situações de educação/formação, emprego e desemprego. Também temos de ter medidas para mitigar o facto do mercado laboral ser dual, prejudicando bastante os mais jovens e os que entram de novo no mercado de trabalho.

É também necessário reformar as políticas de promoção de emprego, bem como a formação profissional. Reforçar a componente dos salários no valor acrescentado e

reduzir as desigualdades sociais. Adicionalmente, como referido no subcapítulo 5.5, reforçar os salários mais baixos, **não é aceitável que 20% das pessoas que trabalham sejam pobres**. O aumento do salário mínimo, dentro do que é compaginável com as condições económicas, e a eventual criação de um IRS negativo, são bastante relevantes para subir o nível de salários das famílias de menores rendimentos.

Importa, assim, um esforço generalizado por parte dos poderes públicos, em estreito diálogo com o setor privado, em sede de Concertação Social, na busca de soluções que promovam uma alteração urgente desta realidade que nos deve perturbar. Um país desenvolvido é um País que combate as desigualdades e que percebe a relevância de uma coesão social que garante estabilidade política, económica e social. **O PSD estará na primeira linha na defesa de um esforço sensato e sustentável de melhoria dos salários, designadamente para a classe média, no nosso País.** Os níveis de remuneração e de produtividade devem estar em convergência com a média europeia. Uma saudável política de emprego e de melhoria salarial implica, como premissa, um contexto económico favorável à produtividade, com empresas competitivas e com crescimento económico. Para o PSD, não restam dúvidas que a criação artificial de soluções que não tenham uma base sólida, apenas criará uma ilusão conjuntural, que trará mais dificuldades no futuro.

Uma transformação estrutural do sistema de ensino: tornar o ensino secundário, profissional e superior uma alavanca de conhecimento, de ligação à economia e às empresas, criando uma economia com maior valor acrescentado, com maior especialização e maior sustentabilidade e empregos mais qualificados. Reforçar a qualidade e oferta de capital humano, potenciando a digitalização e as novas tecnologias. Apostar na qualificação dos trabalhadores, nomeadamente nas áreas CTEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática).

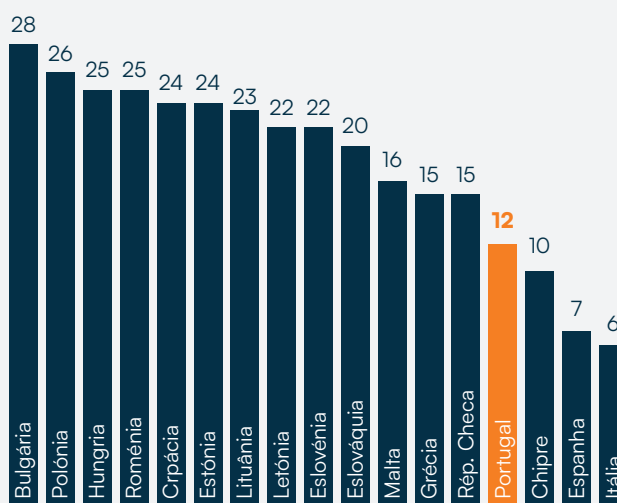
Uma transformação estrutural dos apoios e incentivos às empresas: atrair IDE (Investimento Direto Estrangeiro), em setores específicos, que permitam alavancar a economia Portuguesa, criar valor e torná-la mais especializada. Reformar as instituições e os apoios e incentivos ligados às empresas nacionais, criando incentivos para o aumento da dimensão das empresas, a sua maior capitalização e maior internacionalização. Reforçar os mecanismos de poupança das famílias, reforçando assim a capacidade de investimento da economia. Reforçar o setor financeiro, apoiar a entrada em bolsa de mais empresas e preparar regulação para novos concorrentes, como as Fintechs. Reforçar a diplomacia económica e tornar Portugal uma “potência exportadora”, atingindo 60% do PIB em 2030, mas com o objetivo de chegar aos 80% até 2040.

Uma transformação estrutural do impacto económico das infraestruturas: colocar a elevada rede de infraestruturas ao serviço do potencial da economia Portuguesa. Revitalizar a ferrovia, quer nas ligações de passageiros, quer no apoio às exportações. Reformar o funcionamento dos portos nacionais, um “hub” para as exportações. Garantir uma cobertura de 5G (fundamental na transição digital) de excelência em praticamente todo o território nacional, garantindo um acesso de qualidade, fiável e económico às empresas nacionais.

Uma transformação estrutural do impacto económico dos recursos endógenos: É preciso explorar, de forma sustentada, mas economicamente viável, os recursos endógenos do país: Mar, Agricultura, Floresta e o potencial do clima e do Sol. Os recursos endógenos devem ser uma alavanca de um crescimento sustentável, gerando riqueza no território, sobretudo no interior, onde devem ser um instrumento relevante no combate à desertificação e empobrecimento.

COM ESTE GOVERNO AS PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO ECONÓMICO NOS PRÓXIMOS ANOS NÃO SÃO ANIMADORAS

Crescimento do PIB per capita entre 2019 (pré-pandemia) e 2027



O Mar é um enorme ativo de Portugal, que deve ser transformado num efetivo aliado da economia, capaz de gerar riqueza e de criar emprego. Com uma perspetiva que inclua, desde logo, uma eficaz política de pescas, defensora das legítimas expectativas das nossas comunidades piscatórias.

A nossa política marítima deve identificar e estabelecer uma estratégia para desenvolver os diversos componentes da Economia do Mar, que, numa perspetiva holística, deve incluir, entre outros domínios: ambiente, ordenamento do território, biodiversidade, transportes, energia, turismo, náutica de recreio, desporto, mineração, pescas, aquacultura, biotecnologias, tecnologias marinhas, construção e reparação naval, fiscalização e segurança no mar, infraestruturas portuárias e serviços marítimos, ensino e formação. Uma visão que integre uma política para o Oceano, “blue technologies” e sustentabilidade ambiental, poderá ser uma oportunidade económica e um desígnio estratégico para o País.

Estimular a competitividade e internacionalização da agricultura e florestas é fundamental para cumprir o desígnio nacional de um crescimento económico expressivo. Investir na agricultura e florestas é crucial para revitalizar o mundo rural e cumprir o desígnio nacional da coesão territorial. A consciência desta dupla missão impõe que o PSD volte a atribuir-lhes elevada prioridade. o PSD pugnará por uma verdadeira Estratégia Nacional de Regadio prevendo de forma integrada, e não avulsa, novas infraestruturas de regadio e a requalificação das existentes, incentivos à iniciativa privada para aproveitamentos coletivos, a simplificação do licenciamento de pequenos aproveitamentos, a reutilização de águas residuais tratadas, a dessalinização e, em especial, estimulando fortemente a investigação e inovação na gestão da água. **A floresta e a natureza têm de ser objeto de uma melhor gestão**, quer das áreas protegidas, quer da propriedade privada, que permita sustentabilidade ambiental (e o seu papel e biodiversidade, mas também sustentabilidade económica, desenvolvendo os territórios rurais e ajudando a fixar a população. Têm de ser criados incentivos para atrair investimento privado.

O turismo é um setor fundamental, que tem de ser modernizado, tornando-o numa atividade com cada vez maior valor acrescentado, aumentando a qualidade e a sustentabilidade das operações. É também uma aposta fundamental na coesão territorial e no desenvolvimento do interior.

5.4. Uma Agenda para a Transição Climática e Tecnológica: Digitalização, Descarbonização e Alterações Climáticas ao serviço de um novo paradigma

O presente e o futuro estão marcados por duas forças transformadoras: a Digitalização e as novas tecnologias, bem como a descarbonização e o combate às alterações climáticas.

Transição Digital

A revolução digital que está a impactar as sociedades pode ser uma oportunidade de excelência para promover as transformações necessárias na nossa economia. As mudanças estão a ocorrer a um ritmo vertiginoso impactando todos os setores de atividade, sem exceção, e transformando os modelos de negócio, o comportamento dos consumidores, os processos de criação de valor e a própria estruturas das diferentes indústrias e serviços. Proliferam novas oportunidades de negócio, em setores de bens e serviços transacionáveis, por força da afirmação de novas ferramentas digitais em áreas como a cibersegurança, a computação em nuvem, a automação e robótica, a inteligência artificial, o blockchain, a impressão 3D, o quantum computing, entre tantas outras.



Para esta nova «era industrial», Portugal não parte atrás, do ponto de vista dos recursos ou da posição geográfica. Pelo contrário, o nosso País tem condições excecionais para se posicionar como um centro global de inovação, de desenvolvimento tecnológico e de empreendedorismo digital. Para tal, será crítica a capacidade para criar um ambiente propício ao dinamismo económico que estes setores económicos mais avançados exigem. Portugal tem recursos intrínsecos de excepcional qualidade. Desde logo, ao nível das características do seu povo. Um povo com mente aberta, tolerante com culturas diferentes e ágil perante cenários

imprevistos. Falta, contudo, fazer mais **para potenciar as oportunidades geradas pela chamada «4ª revolução industrial».**

Destacam-se três áreas onde se exige políticas públicas com outra intensidade e, assim, com outras consequências efetivas. **Em primeiro**, a qualificação de mais pessoas preparando-as para a era digital. Para tal, impõe-se a concretização de um amplo programa de requalificação da população portuguesa que nos diferencie, ao nível da preparação de recursos humanos para os desafios do presente e do futuro. Temos um caminho árduo a percorrer, pelo que o esforço terá de ser firme e muito ambicioso. Em paralelo, uma política inteligente de imigração deverá promover a integração e formação de quadros oriundos de outras regiões, designadamente, de países lusófonos e da América Latina. O sistema educativo, em particular, deve fazer uma profunda reflexão sobre os pilares estruturais, adaptando os modelos pedagógicos e os currículos aos novos tempos, com particular destaque para **a crescente relevância das áreas STEM⁶.**



Em segundo lugar, o próprio Estado deve aproveitar os recursos propiciados pelas novas tecnologias digitais para reformar o seu modelo de serviço aos cidadãos. Modernizando-se, simplificando processos e melhorando os diferentes serviços públicos. De igual modo, compete ao Estado promover redes e infraestruturas de conectividade que sirvam as empresas e os cidadãos e que, também a esse nível, sejam um fator de competitividade e de atratividade. Para a promoção de um ambiente vibrante de inovação e tecnologia no nosso País, será também crítica a interação construtiva e criativa entre as empresas e as diferentes instituições públicas de ensino, de ciência aplicada e de I&D.

Em terceiro lugar, para a afirmação de Portugal como um hub global para empresas com forte pendor tecnológico e para a integração da economia nacional nas cadeias de valor globais, é essencial garantir-se um contexto amigável do investimento e da criação de valor. Para esse efeito, deve apostar-se num ensino superior moderno e de excelência, na formação profissional direcionada e com resultados e, não menos importante, num enquadramento fiscal, laboral e regulatório que assegure estabilidade e previsibilidade. Estes fatores são críticos, não apenas para dar mais competitividade às empresas portuguesas direcionando-as para os mercados externos de bens transacionáveis, mas também para atrair quadros e investimento estrangeiro que traga conhecimento e promova emprego e riqueza no nosso País.

Transição Climática

Do ponto de vista ambiental, já existem sinais dos riscos que as alterações climáticas poderão produzir em Portugal, pelo que é urgente atuar de forma consistente e intensa na mitigação dos efeitos das alterações climáticas. Se há tema onde é urgente encontrar soluções políticas que conferem estabilidade e previsibilidade às políticas públicas é a área do ambiente. **É desejável antecipar a data prevista para atingirmos a neutralidade carbónica (2050)**. Quer através da redução das emissões de gases com efeito estufa quer através de um esforço alargado da capacidade de captura de carbono da atmosfera.

Não existe incompatibilidade entre o crescimento económico e a sustentabilidade ambiental. Pelo contrário, verifica-se uma interdependência crescente entre economia, bem-estar social e capital natural, como “pilares” da produtividade. É fundamental, por isso, apostar na inovação na área das tecnologias limpas, a par de um novo paradigma de consumo, visando a sustentabilidade dos nossos recursos e permitindo uma transição eficaz para uma nova economia verde. Uma economia cujo crescimento e emprego sejam orientados para reduzir as emissões de carbono e outras substâncias poluentes, visando uma maior eficiência na utilização dos recursos, reduzindo a dependência energética do exterior e preservando a riqueza dos ecossistemas naturais. Adicionalmente, **a escassez de água é um problema gravíssimo**, pelo que importa atuar quer na eficiência da sua captação, distribuição e uso, quer num plano nacional hídrico, bem como em soluções tecnológicas como a dessalinização.

Do ponto de vista energético, os vetores essenciais devem ser a eficiência energética e a aposta nas renováveis. Portugal tem um nível baixo de eficiência energética, quer nos edifícios, quer na produção de bens e serviços. O Estado deve procurar incentivos financeiros e fiscais para as famílias melhorarem a eficiência energética das suas casas, bem como as empresas reduzirem o consumo de energia por unidade de produção, assim como a redução da intensidade energética dos transportes públicos e privados. Mas o



próprio Estado tem de dar o exemplo, melhorando a eficiência energética das dezenas de milhares de edifícios e instalações que possui por todo o país. Precisamos de uma maior descarbonização do setor energético, com a eletrificação à cabeça. Mas a produção por fontes renováveis tem de assentar num quadro de competição e não de rendas públicas. São necessárias políticas tarifárias racionais e estáveis e mercados energéticos mais transparentes, competitivos e interligados, a nível ibérico e europeu, com uma política fiscal estável e que não penalize os consumidores.

A gestão territorial deve atender às consequências das alterações climáticas e adaptar as regras de construção e de ordenamento do território às condições climáticas futuras e à ocorrência de eventos meteorológicos extremos. É necessário agilizar a revisão dos PDM, harmonizar as estratégias de desenvolvimento a nível local e regional, concretizar uma organização territorial otimizada com aproveitamento de economias de escala, com evolução de local para regional. É essencial que o licenciamento urbanístico não continue a ser encarado como uma das principais fontes de receita dos municípios, sob pena de continuarmos a degradar a qualidade de vida das nossas vilas e cidades.

As cidades, a mobilidade e os transportes têm de ser parte integrante do desafio climático, ao mesmo tempo que contribuem para a qualidade de vida das pessoas e a competitividade da economia.

Portugal precisa de uma agenda urbana que tenha em conta a diversidade das suas cidades e comunidades metropolitanas e que responda às significativas alterações multiculturais, multiétnicas e de modelos de vida que estão a ocorrer de uma forma vertiginosa. Essa agenda deve apostar na competitividade dos territórios, nas soluções de economia partilhada, na captação de investimento e criação de emprego, na procura de novas formas de alojamento, nos transportes públicos e na mobilidade, na qualificação do ambiente urbano, na melhoria da gestão e manutenção dos equipamentos sociais e coletivos, nas comunicações e em estratégias de reabilitação e valorização das áreas urbanas antigas, carenciadas e periurbanas.

É fundamental “tirar do papel” as medidas para tornar as cidades inteligentes e desenvolver estratégias de longo prazo que contribuam para modernizar a gestão dos centros urbanos, a sua conectividade e sustentabilidade e os serviços prestados aos cidadãos. A crescente pressão sobre as cidades tem de ser, urgentemente, atenuada com políticas urbanas que integrem soluções de mobilidade dentro das cidades e nos movimentos pendulares com as cidades periféricas.

Ao Estado compete criar condições para um acesso facilitado dos cidadãos à utilização dos transportes públicos (por exemplo, através dos passes sociais). Contudo, em simultâneo, ao Estado compete assegurar, do lado da oferta, que os serviços são prestados com qualidade e respeito pelo bem-estar dos cidadãos. Como é notório, tal não tem acontecido com esta governação socialista.

É essencial reforçar a oferta dos vários modos de transporte público e contribuir para a redução do uso da viatura individual. Mas esse reforço deve ser acompanhado de duas medidas essenciais: o aumento da qualidade e do conforto do material circulante existente; a definição e contratualização de tempos máximos de espera para todos os operadores que torne fidedigno o serviço de transportes públicos.

As mudanças tecnológicas a que assistimos nos últimos anos, quer nos meios de transporte, quer nas suas plataformas eletrónicas de gestão, abriram horizontes novos e inesperados quanto à mobilidade e da economia partilhada, que terão reflexos na forma como desenhamos as cidades e organizamos os sistemas de transportes. Este é um novo desafio que importa acompanhar e antecipar resultados.

O problema das pessoas com mobilidade condicionada é agravado pelo crescente envelhecimento da nossa sociedade. Cabendo ao Estado assegurar que os espaços públicos, os edifícios dos serviços e equipamentos públicos, bem como os transportes sejam progressivamente adaptados a estas necessidades, é inadiável acelerar este processo, bem como reforçar os programas de apoio à adaptação de habitações onde residem pessoas nestas condições.

Em face da emergência climática, o PSD refuta a ideia defendida pelos partidos de esquerda de que uma agricultura moderna, competitiva e geradora de riqueza é incompatível com a sustentabilidade ambiental. É neste pressuposto que **o PSD defende intransigentemente os agricultores, as tradições e o mundo rural português** dos constantes ataques fundamentalistas e sem base científica daqueles partidos, mas, como partido precursor na defesa do ambiente, deve atualizar o seu posicionamento no que concerne ao papel do complexo agroflorestal na ação climática. E a este respeito, o Pacto Ecológico Europeu apresentado pela Comissão Europeia vem colocar grandes desafios à agricultura europeia, mas abre também enormes oportunidades económicas a que os agricultores portugueses certamente não se furtarão. Desintensificação da agricultura, aumento da produção biológica, agricultura de precisão, culturas mais adaptadas às alterações climáticas, combate à desertificação dos solos, gestão eficiente do risco, floresta de conservação ou promoção de hábitos de consumo alimentar de produção local, de proximidade e mais amigos do ambiente são exemplos de vetores que o PSD, convictamente, deve introduzir na sua agenda.

O aumento da biodiversidade da floresta em Portugal é um contributo fundamental para a descarbonização, o combate às alterações climáticas e uma maior resiliência aos fogos florestais.

5.5. Uma Agenda Social: Demografia, imigração, Segurança Social, pobreza e desigualdades — estar ao serviço dos mais desfavorecidos e necessitados

O **inverno demográfico** é a principal ameaça ao futuro de Portugal. Para isso, o país precisa de fortes políticas de apoio à família, à infância e à natalidade. Nos últimos 10 anos Portugal perdeu 214 mil residentes⁶ [1] e em 2020 o saldo natural foi o pior desde que há registos⁷. Portugal, desde 2010, tem vindo a perder população, uma verdadeira “sangria demográfica”, quer por via natural, quer por via migratória. Diversos estudos indicam que, se nada for feito, em 2050 a população Portuguesa rondará os 7 a 8 milhões.

Isto terá, como é evidente, um efeito dramático no nosso modelo de desenvolvimento, na sustentabilidade das contas públicas e, em especial, na sustentabilidade da segurança social. O encolhimento populacional numa população já muito envelhecida terá por consequência uma distribuição etária desajustada, o que se traduz em mais pessoas dependentes do Estado do que população ativa.

⁶ Censos 2021

⁷ Pordata

Há, contudo, um sinal animador. O saldo total foi positivo em 2019, e voltou a sê-lo, embora por margem muito curta, em 2020, apesar de o saldo natural ter sido o pior de sempre. A explicação para isto é clara: o saldo migratório foi positivo nestes dois anos, permitindo compensar o saldo natural negativo.

Daqui pode retirar-se uma conclusão inquestionável: **no curto e médio prazo, a única forma de estancar a crise demográfica é através da imigração**. As políticas de remoção dos obstáculos à natalidade desejada são indispensáveis, mas demoram gerações a produzir efeitos e são de resultado muito incerto. A imigração tem efeito imediato, uma vez que representa um acréscimo populacional, normalmente de pessoas em idade ativa, aumentando as contribuições para a segurança social, e em idade fértil, o que pode, ainda, ter efeitos positivos na natalidade.

É, por isso, largamente desprovido de sentido um debate estruturalmente contrário à imigração; **ela é indispensável à nossa sobrevivência coletiva**. Questão diversa é a que se dirige, com toda a propriedade, aos **modelos de imigração**, políticas migratórias e de atração de talento, e formas de integração. Tudo isso deve ser repensado, partindo da premissa óbvia de que a imigração é uma necessidade.

Existe hoje globalmente uma “corrida pelo talento”. O capital humano é escasso e globalizado. Os perfis migratórios alteraram-se substancialmente nas últimas décadas, levando a uma diversificação dos projetos migratórios, tempos de permanência, qualificação dos migrantes e respectivo contributo para as sociedades de acolhimento. Esta corrida pelo talento só pode ser ganha pelos países que compreenderem o novo paradigma e se equiparem com políticas migratórias sofisticadas que permitam a atração do talento empreendedor, de nómadas digitais, dos novos tipos de migrantes e a avaliação das qualificações. Ganhará ainda esta corrida quem consiga atrair o talento mais cedo, na forma de estudantes internacionais para as suas Universidades.

Não por acaso, diversos países, como o Canadá, Austrália, Reino Unido e, mais recentemente, a Alemanha, têm alterado as suas leis da imigração para as tornar mais flexíveis (através do sistema de pontos), ou para atrair imigrantes altamente qualificados (como no caso da Alemanha ou da revisão da diretiva “blue card” da União Europeia).

Deste modo, é urgente uma política que permita reverter a crise demográfica, reequilibrando o saldo total pelas suas duas vias: a natural e a migratória.

Desta forma, o PSD defenderá **políticas de natalidade**, que englobem, entre outras, benefícios fiscais para famílias com mais filhos, uma rede nacional gratuita de creches e benefícios fiscais para empresas que criem creches para os seus funcionários. Mas também regimes que permitam conciliar a vida familiar e profissional. Não apenas para a natalidade, mas também como um eixo importante na igualdade de género. O Estado tem aqui um papel relevante, quer em termos legislativos, quer em termos dos equipamentos sociais, sobretudo, como referido, as creches. Uma maior flexibilidade laboral permitirá uma maior conciliação familiar e profissional, trazendo também ganhos de produtividade. O PSD tem abertura para discutir, sobretudo a nível Europeu, a semana laboral de 4 dias, avaliando modelos diferenciados por setores e atividades.

Em matéria de **Política migratória**, o PSD defenderá:

1. Criação de uma Agência para as Migrações: essencialmente focada num Programa Nacional de atração e retenção de talento em Portugal. O talento tanto pode ser estrangeiro como originário no retorno de portugueses do estrangeiro. A Agência, em articulação com a academia e a iniciativa privada, deve identificar as necessidades do país e desenhar campanhas de recrutamento, acolhimento e integração de imigrantes.

2. Aposta na diplomacia migratória: para além da captação de investimento, a rede diplomática portuguesa deve ser mobilizada para a importância da diplomacia migratória e atração de talento para Portugal;
3. Procurar imigrantes com as competências e qualificações que a economia e a sociedade Portuguesa precisam. Desenvolver um programa de imigração temporária para setores com crónica falta de mão-de-obra sazonal. Criar mecanismos e serviços de apoio que ajudem na integração de todos os imigrantes, bem como meios para a sua fácil e efetiva integração. Promover instrumentos de assistência no emprego, procurando resolver necessidades especiais.
4. Revisão da lei da imigração para a sua flexibilização e adoção do sistema de pontos (PBS — points based system), mais sofisticado e adaptado à corrida pelo talento, à semelhança do que já acontece noutros países;
5. Aprovação de um mecanismo mais eficaz e sofisticado de apoio ao regresso dos portugueses no estrangeiro, no âmbito da nova Agência para as Migrações, incluindo benefícios fiscais.



Mas é preciso também olhar para a **pobreza e as desigualdades**. Portugal é um país pobre, com salários baixos e profundamente desigual. A Social-Democracia assenta na liberdade individual, numa sociedade dinâmica e numa consciência social comunitária. Com base na economia de mercado, mas com o foco na justiça social. Nesse sentido, devemos ser intolerantes com as crescentes desigualdades sociais. Ninguém deve ser prejudicado nas suas legítimas aspirações de vida por viver num determinado contexto. A igualdade de oportunidades e o combate às injustiças sociais são princípios basilares. As desigualdades têm-se agravado nos últimos anos, fruto de diversas causas, entre as quais a disrupção tecnológica e a globalização. É necessário que exista uma mais justa repartição da riqueza, daí que o PSD defende a função de redistribuição, quer pela via do IRS, quer pela via das prestações sociais e dos serviços públicos como o SNS e a escola pública.

Portugal tem cerca de 20% das pessoas que trabalham em situação de pobreza. Isso não é aceitável. Ninguém que trabalha pode estar na condição de ser pobre. É urgente subir as remunerações mais baixas, seja através da subida sustentada do salário mínimo, ou equacionando a introdução de um IRS negativo que permita compensar estes trabalhadores quando não for possível uma subida mais elevada do salário mínimo. Em 2021, 60% dos trabalhadores por conta de outrem ganham menos de 1000€. A mediana de salários ronda os 900€. 30% ganha menos de 750€ e 26% ganha a retribuição mínima mensal garantida (“salário mínimo”), que em 2022 é de 705€.

Por outro lado, compete à sociedade e ao Estado apoiar cidadãos e grupos especialmente vulneráveis em situação de desemprego (como os jovens e os desempregados de longa duração). Dever-se-ão concretizar medidas ativas de emprego, enquanto instrumento social-democrata: o Estado “ajuda” a remover um obstáculo que a vida criou, fornecendo ferramentas para que cada pessoa possa voltar à situação de igualdade de oportunidades que lhe permita prosseguir o caminho por si definido.

É também preciso criar condições para que existam oportunidades de emprego para as pessoas portadoras de deficiência, num contexto de igualdade de oportunidades, para que o elevador social também funcione para esses nossos concidadãos, bem como num contexto de conciliação de vida familiar e profissional.

Adicionalmente, existe uma **desigualdade de género que importa também combater**. Trata-se de um fator determinante da qualidade da democracia e do crescimento sustentável de qualquer país. Persistem discriminações no mercado de trabalho, condições desiguais na promoção na carreira, dificuldades na conciliação da vida familiar e da vida profissional, persistindo também um fenómeno de sub-representação na participação política, particularmente grave ao nível do poder local. A par disto há ainda a destacar o flagelo persistente da **violência doméstica e de género que afeta muito especial e gravosamente as mulheres**. Apesar dos esforços continuados para combater este fenómeno e da estabilização dos valores registados nos últimos anos, a sua resistência impõe a continuação de uma intervenção persistente. No domínio da prevenção, cumpre dar continuidade e ampliar os esforços destinados à sua maior eficácia, considerando-se necessário investir adicionalmente na melhor avaliação do risco das vítimas. E, no que se refere à proteção das vítimas e à prossecução da sua autonomização pós-acolhimento, devem continuar a multiplicar-se os apoios à rede nacional já existentes.

O PSD deve pugnar para uma efetiva redução da desigualdade de género, promovendo legislação que procure impedir a diferença salarial, melhorar a licença remunerada de maternidade e paternidade e **legislar para uma ação afirmativa de igualdade de género**.

Também os mais idosos têm sofrido com um abandono e desigualdades, associado a uma degradação da qualidade dos serviços de saúde e das redes de apoio social, apesar do enorme esforço das IPSS por todo o país. Também por razões demográficas, assistimos a um aumento de patologias e situações de dependência. A este contexto, podemos acrescentar outras dimensões como os elevados gastos com cuidados de saúde, as limitações no acesso a serviços digitalizados ou a desvalorização da sua participação, cívica, social ou económica.

O PSD deve estar na linha da frente na defesa de uma sociedade com uma presença cívica e económica mais ativa das pessoas idosas, incentivando redes comunitárias de integração e de apoio às dependências sociais, de diferente natureza.

Reconhecer a importância do papel das pessoas de idade mais avançada como um ativo, uma mais valia para a sociedade, de forma participativa e integrante das comunidades é um dos maiores desígnios nacionais para o futuro. A sociedade deve criar condições para que, num espírito de envelhecimento ativo, uma pessoa sénior, caso o pretenda, possa continuar a contribuir para a sociedade por via do trabalho e da sua experiência.

O caminho passa também por uma mudança de mentalidades, reconhecendo à população mais envelhecida todo o seu potencial — promovendo-se uma cultura de gratidão, reconhecimento, compaixão e respeito pelo valor do conhecimento, fruto da experiência de vida vivida.

Assim, é necessário apoiar mais as IPSS, reforçar o estatuto do “cuidador informal” e efetivamente operacionalizar essa vertente de apoio. Reforçar a rede de cuidados continuados e paliativos.

O Sistema de Proteção Social português garante e deve garantir uma Proteção Social do início ao fim da vida. Cumpre discutir os moldes em que esta função inquestionável do Estado deve desempenhar o seu papel, quer enquanto guardião do sistema previdencial, quer na sua vertente de redistribuição de riqueza.

A complexidade que rodeia o Sistema de Segurança Social (material e formalmente) tem vindo a ser aproveitada para uma instrumentalização ideológica que assegura, exclusivamente, a desinformação e a acentuação da iliteracia dos próprios beneficiários do sistema. Essa é a primeira batalha: conseguir que o debate seja feito de forma informada e transparente. Aquilo que não reconhecemos, não debatemos. Aquilo que não debatemos, não resolvemos, não melhoramos, não solucionamos.

Urge reconciliar gerações e salvaguardar o sistema previdencial português — hoje e no futuro. Não é possível, nem realista, nem razoável, adiar mais a reforma da segurança social.

A necessidade de debater o Sistema Público de Pensões e o correlacionado funcionamento do Sistema de Segurança Social é mais que uma necessidade indelével — é uma questão de honestidade, seriedade política e respeito pelos portugueses.

Pretendemos um Estado que tem como primordial missão uma Proteção Social efetiva e eficaz; **um Sistema de Segurança Social que seja garante de proteção social e justa redistribuição da riqueza;** um Sistema Público de Pensões que respeite os princípios em

que se baseia, nomeadamente na obrigatoriedade do respeito pela relação custo-benefício na assunção das responsabilidades do Sistema; um Estado que assuma como essencial o dever de informação, previsibilidade e transparência do Sistema a todos os cidadãos.

A Segurança Social deve, como qualquer serviço público, funcionar na perspetiva da eficiência e eficácia da resposta ao cidadão. Situações como o atraso no processamento das pensões — que já atingiu, em alguns casos, atrasos de mais de um ano — são não apenas provas do mau serviço público prestado: geram alarmantes situações inexplicáveis de desproteção social.

O PSD foi e continua a ser o partido que mais apoio dá ao terceiro setor, aproveitando a sua proximidade das populações como ferramenta para resolver os problemas dos cidadãos de forma mais eficaz. A inovação e digitalização têm também transformado o terceiro setor, nomeadamente através dos projetos na área da economia, do empreendedorismo e do impacto social. Apoiar estes projetos, interligá-los e divulgá-los deve ser uma prioridade nacional e uma forma de dar voz à sociedade civil.

Sabemos que uma democracia será tão forte quanto a sociedade civil que a sustenta saiba ser forte e exigente com os seus políticos. Sabemos que uma sociedade solidária exige a participação de todos. O PSD deve ser o partido que apoia e dá voz a estas iniciativas, reforçando não apenas a economia social, o apoio ao mecenato, mas também a formas inovadoras de financiamento de projetos de empreendedorismo social, como as *impact bonds*⁸.

A **participação cívica** é profundamente dinamizada através das suas inúmeras associações, cujos múltiplos âmbitos proporcionam à nossa população uma indelével e variada gama de opções participativas. Consideramos que o movimento associativo deve sempre ser encarado como um indicador de democratização e maior impacto da sociedade civil, com inúmeros proveitos sociais na construção de uma sociedade integrada e participativa. O PSD defenderá incessantemente o associativismo e todos os modelos de voluntariado, enquanto importantes escolas e dinamos de cidadania e uma fórmula efetiva de integração, inclusive de muitos jovens excluídos.

5.6. Uma Agenda para a Coesão Territorial: um território coeso e desenvolvido ao serviço de um país equilibrado e a valorização do poder local

Portugal é um país profundamente desequilibrado em termos territoriais. As dinâmicas demográficas registadas nas últimas décadas em Portugal revelam que dois terços do território nacional, correspondendo, grosso modo, ao Interior do País, estão ameaçados de despovoamento e dos seus inevitáveis corolários: esvaziamento e envelhecimento demográfico; abandono de terras e das atividades agroflorestais; declínio das atividades económicas e do emprego produtivo; acréscimo significativo dos custos de provimento de infraestruturas e equipamentos; rarefação de serviços públicos essenciais e degradação da igualdade de oportunidades e de condições de vida.

Portugal tem pouca coesão territorial e fortes assimetrias regionais. Cada ciclo de fundos recebidos sob o signo da coesão, deixa um país com cada vez mais diferenças entre o norte, o centro e o sul, entre o interior e o litoral, entre os vários centros e as suas

múltiplas periferias. A essas assimetrias soma-se a (in)explicável diferença, muitas vezes abissal, entre a riqueza produzida numa determinada região do país e o rendimento per capita de cada um dos cidadãos dessa mesma região.

Deve haver um **papel crescente do território na atuação dos poderes públicos**, num quadro de crescente envolvimento das instituições locais e regionais. A territorialização das políticas públicas é encarada como fator essencial na gestão eficiente dos processos de desenvolvimento. Trata-se de uma tendência prevalecente nos diversos países da União Europeia e nas democracias ocidentais em geral.

A governação do nosso país deve ter em conta a crescente relevância do território e dos seus diversos níveis, local, regional, nacional e internacional. Não devemos ter níveis estanques na governação, indiferentes ao desempenho dos outros níveis. A cooperação e a corresponsabilização devem ser âncoras de um modelo multinível da governação nacional.

O movimento descentralizador é um caminho a percorrer para que a Administração Pública ganhe eficácia e eficiência, para que a proximidade traga melhores índices de monitorização cidadã das políticas públicas, para que o escrutínio seja uma constante e os decisores sejam, permanentemente, sujeitos à avaliação pelos resultados das suas ações.

É tempo de introduzir um modelo de organização administrativa que respeite as diferenças, que valorize o que é endógeno, que tenha as condições necessárias para corrigir erros passados e promover discriminação positiva dos territórios de baixa densidade, que deve ter a consagração legal de um estatuto próprio.

A coesão territorial exige boa governação e esta pressupõe a reforma da Administração Pública, assente no redimensionamento da relação entre o Estado e a sociedade civil e na defesa de um conceito de serviço público dimensionado para o cidadão que dele carece e não para a qualificação jurídica da entidade que o presta, que aposte na melhoria dos serviços públicos prestados à comunidade e que consuma menos recursos à economia.

Portugal necessita de um paradigma de coesão territorial que privilegie a redução das assimetrias pela via da criação de riqueza e valor em cada território, em detrimento da função eminentemente corretora e redistribuidora do Estado. Este paradigma pressupõe uma estratégia de desenvolvimento que estimule:

Em **primeiro lugar**, um maior compromisso da economia com o território. O que significa aumentar o peso das empresas e atividades locais na formação do valor final do produto regional. Esta estratégia deve visar;

Em **segundo lugar**, o reforço da dimensão e da competitividade territorial e urbana. O futuro do Interior joga-se em todo o território, mas em especial nas suas cidades e vilas porque é da sua capacidade para potenciar recursos e oportunidades, gerar iniciativas e atividades, atrair e fixar população que depende o sucesso do combate ao esvaziamento demográfico.

Em **terceiro lugar**, é fundamental transformar os territórios do Interior em espaços mais empreendedores, criativos e inovadores, garantindo uma especialização inteligente dos seus sistemas produtivos e das suas economias.

Em **quarto lugar**, importa garantir a promoção da igualdade de oportunidades no acesso a bens e serviços coletivos, assegurando a indispensável equidade social e territorial, uma vez que é desta acessibilidade que depende a manutenção de níveis mínimos de ocupação dos territórios rurais.

Finalmente, em **quinto lugar**, urge promover uma melhor organização e governação dos territórios, através do reforço do associativismo, da cooperação, da descentralização e desconcentração administrativa.

Importa dimensionar os serviços públicos, definir os meios a transferir para as instâncias intraestatais e avaliar as condições da entidade receptora para o bom exercício das competências a transferir. É preciso reforçar o estatuto, competências e meios dos territórios de baixa densidade.

Regiões autónomas

O PSD é, orgulhosamente, o partido das autonomias.

A sua consagração constitucional e a epopeia de libertar os Açores e a Madeira de séculos de isolamento e esquecimento fazem parte do património do nosso Partido. Autonomia e Ultraperiferia, conceitos estatuidos no direito primário de Portugal e da União Europeia, reconhecem os anseios históricos e as especificidades dos povos insulares e devem assegurar o seu tratamento, através de medidas, apoios, derrogações e do desenvolvimento de projetos de interesse comum.

Urge resgatar as nossas regiões autónomas dos Açores e da Madeira de fatores de desfavorecimento com que se confrontam, aprofundando as políticas autonómicas e valorizando a sua importância geoestratégica no contexto do Atlântico Norte, na relação intercontinental e na extensão da plataforma continental, enquanto única trajetória segura para quebrar a insularidade em que se encontram.

5.7. Uma Agenda para a Afirmação Externa: um Portugal virado para o mundo e para a sua diáspora, ao serviço da nossa agenda estratégica

Portugal sempre foi um país com uma vocação mundial. Portugal joga o essencial da sua política externa nos três vértices do **triângulo global, europeu e lusófono**. Em cada um desses vértices, Portugal deve reforçar e alavancar a sua participação nos demais. Assim, na frente global, Portugal deve surgir como um influente membro da União Europeia e país decisivo na CPLP, assim reforçando o seu papel de mediador global. Na frente Europeia, Portugal não deve descurar a sua dimensão lusófona e, na CPLP, Portugal é o único Estado membro da União Europeia e, conseqüentemente, o único a poder servir formalmente como elo de ligação entre as duas comunidades. Mais do que reconhecer estas realidades, é necessário pô-las em prática, tirando partido efetivo destas ancestrais e enraizadas ligações.

Portugal é um país Europeu, com vocação atlântica. Também aí tem um papel relevante a desempenhar, estreitando as relações entre a União Europeia e os dois lados do Atlântico. A pertença à União Europeia e à NATO reforçam a importância dessa participação portuguesa.

A nossa política externa precisa de reforço da posição portuguesa nos vários cenários internacionais em que podemos exercer e valorizar a nossa presença e de perspectiva, na ampliação de um peso internacional assente na nossa experiência histórica, na Língua Portuguesa, na cultura e no desenvolvimento científico e tecnológico sustentáveis. Precisamos, pois, de melhorar a nossa presença junto dos países que integram comunidades portuguesas; de **obter maior reciprocidade nas relações** com a China e a Índia; de aprofundar significativamente as nossas interações com o Brasil e com os países africanos de Língua Portuguesa; de definir as prioridades na nossa presença na América do Sul e em África; de solidificar a nossa presença no domínio da cooperação internacional e de mecanismos comuns de defesa; de participar de forma mais ativa nos fóruns que promovem a perspectiva ambiental e tecnológica; de melhorar a nossa participação nos sistemas de valorização das Humanidades e da Cultura.

Igualmente importante é a projeção da cultura portuguesa no mundo e a defesa do Português. Portugal deve liderar, a par com o Brasil, **a afirmação de uma língua e cultura partilhadas por mais de 250 milhões de pessoas** e com uma projeção e impacto assinaláveis.

Finalmente, importa reconhecer o papel insubstituível que o Mar já possui, e irá ainda desenvolver, no quadro da afirmação de Portugal no mundo. Do ponto de vista ambiental, mas também de recursos e desenvolvimento económico, o mar é cada vez mais central nas economias do futuro. Portugal dispõe de uma das maiores zonas económicas exclusivas do mundo e de uma significativa plataforma continental o que faz com que seja uma das maiores potências globais na economia do mar. Esta é uma oportunidade que deve ser potenciada.

Deste modo, **as relações internacionais portuguesas** devem girar essencialmente em torno dos seguintes eixos: diplomacia política, diplomacia económica, diplomacia cultural e diplomacia migratória.

Nesta matéria, o PSD defende:

- O reforço da ligação a Portugal dos membros das Comunidades Portuguesas, em termos económicos, culturais, sociais e cívicos, deve ser uma grande prioridade nacional.
- Modernização e ampliação da Rede Diplomática e Consular.
- Como a Crise do Euro, antes, e a Crise do COVID-19, agora, tornaram ainda mais evidente, é essencial completar e concluir os pilares da União Económica e Monetária, dando sinais e passos concretos.
- Caminhar para uma cidadania Lusófona. A Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP) é um projeto ambicioso e que espelha a proximidade entre os seus Estados-Membros ligados, por uma língua comum. O reforço do papel da CPLP nas diferentes relações: política, diplomática, social e económica.
- Reforçar cada vez mais uma Diplomacia Económica destinada a apoiar a internacionalização das empresas portuguesas.

6. PSD: ACREDITAR NA RENOVAÇÃO, RECUPERAR A ESPERANÇA, DEVOLVER A AMBIÇÃO

Os militantes e as bases são uma das grandes forças do PSD. A sua organização e presença capilar por todo o território nacional e comunidades emigrantes são uma poderosa alavanca para dinamização política, interação com a sociedade e mobilização eleitoral. A liderança deve unir o Partido, acarinhar a militância, reforçar a autoestima partidária, galvanizar as melhores ideias, mobilizar os melhores quadros e defender uma causa comum, um projeto reformista para Portugal. No PSD, fazendo jus à sua tradição, a convergência estratégica em torno de uma causa comum, não anula a diversidade de pensamento. Não confundimos unidade com unicidade de pensamento. Pelo contrário, reconhecemos que a revitalização do Partido passa por estimular o debate de ideias e por mobilizar o contributo de todos.

Uma palavra é devida ao papel crucial que os autarcas do PSD desempenharão neste novo ciclo da vida do PSD. Os maiores baluartes da implantação social e territorial do Partido são aqueles que, eleitos para órgãos locais, nos municípios e nas freguesias, representam as nossas causas em trabalho permanente de proximidade às populações que servem. A sua capacidade de perceber o pulsar da sociedade portuguesa será determinante para o restabelecimento de uma relação de confiança e empatia entre o PSD e a sociedade portuguesa.

É também fundamental o papel que as estruturas autónomas, a JSD e os TSD, desempenham na vida do partido. A JSD deve, no respeito total pela sua autonomia e irreverência, ser cada vez mais o grande polo de atração de jovens para a política e de discussão dos temas que interessam à juventude que são cada vez mais transversais e sobretudo continuar a reafirmar a sua posição de consciência crítica do PSD. Os TSD têm um papel fundamental na participação do PSD nas questões sindicais e laborais, devendo estar na primeira linha da defesa do trabalho digno e das condições laborais. Salientar ainda o papel que as MSD têm na afirmação transversal do PSD na sociedade.

A reforma interna do PSD passa também por abrir o Partido à sociedade, e por alargar, facilitar e valorizar a participação daqueles que, não tencionando ser militantes, mas revendo-se nos nossos valores e propósitos, se disponibilizam para emprestar as suas ideias e os seus contributos, com sentido cívico, para um melhor futuro comum.

O PSD é o espaço agregador da sociedade civil que quer construtivamente contribuir para uma alternativa efetiva ao modelo socialista que tem estagnado e empobrecido o País. O PSD será um Partido de portas abertas que estimulará modelos inovadores de participação e de militância adaptados aos tempos modernos. Os novos canais de comunicação, a especialização setorial, a massiva utilização tecnológica são oportunidades de gerar fórmulas inovadoras e atrativas para as novas gerações e para setores da sociedade que, tradicionalmente, não se reveem no funcionamento dos partidos políticos.



5 PROPOSTAS EMBLEMÁTICAS PARA TRANSFORMAR O PSD

1

Lançar o movimento Acreditar, que durante os próximos 2 anos preparará, em colaboração com o CEN e as restantes estruturas, um programa eleitoral, que permitirá ao PSD, entre 2024 e 2026, fazer uma divulgação e esclarecimento aprofundado das nossas propostas eleitorais, sem deixar de o atualizar a novas circunstâncias.

2

Criação de uma **Academia de Formação Política**, que agregue a vertente formativa do IFSC, da Universidade de Verão da JSD e o esforço das diferentes estruturas, que seja permanente, com uma equipa profissional, e que seja suportada pelo compromisso de no horizonte de 4 anos o PSD dedicar 15 a 20 % do seu orçamento de despesa corrente a formação política e ao estudo e produção de propostas de políticas públicas;

3

Transformação do Conselho Estratégico Nacional no grande “think-tank” do espaço não socialista, com a criação do Centro de Produção de Políticas Públicas, com (i) uma equipa permanente e profissional, especializada na produção de análises e propostas políticas nas várias áreas sectoriais, mas que mantenha os grupos dos quadros especializados (mas que se dedicam voluntariamente e no tempo livre), com os Grupos Parlamentares e autarcas do PSD e com a rede de Think Tanks do PPE e da família política do PSD. Este modelo irá dinamizar uma vaga de mobilização e envolvimento no PSD dos mais dinâmicos e especializados quadros dos vários setores da sociedade portuguesa;

4

Reforma estatutária e regulamentar do PSD, ponderando questões como a abertura do universo eleitoral a todos os militantes do PSD, com reforço do debate interno e aproveitando as tecnologias digitais para debate e votação;

5

Revolução na presença e interação física e digital do PSD com Portugueses, aproveitando o potencial da digitalização, inteligência artificial, das mais modernas redes sociais e das ferramentas da economia de partilha, mas também refundando o modelo da presença física. Procurar criar em todas as capitais de distrito um espaço-sede (cujo nome será objeto de um concurso de ideias) que combine espaço de trabalho e reunião política, conforto e socialização e espaços de co-work abertos ao público. Inovar na presença nas redes sociais e mundo digital, por exemplo criando a 1ª Sede Partidária portuguesa no Metaverso, o novo universo online 3D em que as pessoas interagem em ambientes digitais virtuais.



IMPULSIONAR A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

+ MILITÂNCIA

+ PARTICIPAÇÃO

> ENVOLVIMENTO

Alargar a base de apoio do partido através da criação de uma **rede alargada de apoiantes e voluntários** que querem estar a par das novidades do partido e contribuir para o mesmo a escala nacional, regional ou local;

Organizar **Convenções Locais Temáticas** por forma a auscultar os militantes do PSD, mas também os portugueses em geral sobre os seus anseios, problemas e possíveis soluções para o país;

Promover uma **ampla discussão interna com vista a modernizar os estatutos**, que possam dar cobertura à maior democraticidade interna e à abertura do PSD à sociedade civil, incluindo a proposta de reforma do modelo de eleição do líder do PSD.

DESENVOLVER UM *POLICY LAB* PARA O SÉCULO XXI

+ DISCUSSÕES SECTORIAIS

+ PENSAMENTO ESTRATÉGICO

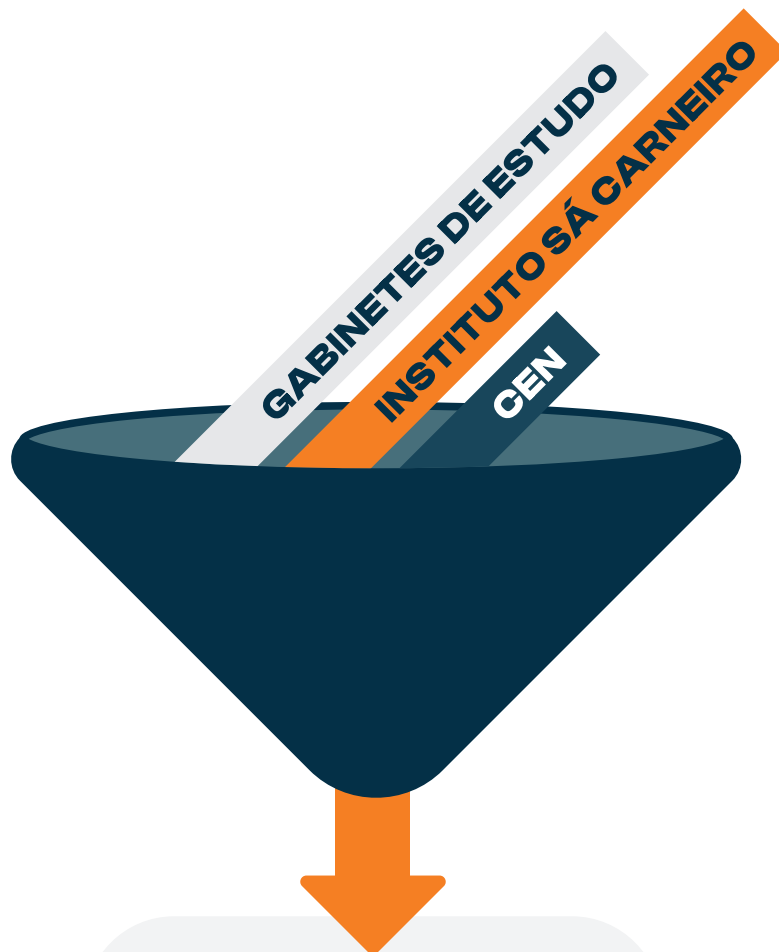
> REDE INTERNACIONAL DE
ACADÉMICOS E PENSADORES

Estruturar, articular e otimizar o pensamento estratégico do partido, captando os melhores da sociedade civil para participar ativamente na produção, elaboração e discussão de propostas políticas sectoriais para o partido;

Impulsionar uma melhor articulação do pensamento estratégico do partido, transformando o CEN no grande “think tank” do espaço não socialista, juntando o IFSC, o CEN e os gabinetes de estudos que proliferam no PSD e que devem congregiar esforços e meios. Numa lógica de grande *Policy Lab* capaz de atrair os melhores quadros da sociedade para as mais diversas áreas sectoriais;

Aprofundar as **relações europeias e transatlânticas com outros *Policy Labs* e Think Tanks políticos.**

Criação de uma **Academia de Formação Política**, permanente, com equipa profissional, e que seja suportada pelo compromisso de no horizonte de 4 anos o PSD dedicar 15 a 20 % do seu orçamento de despesa corrente a formação política e ao estudo e produção de propostas de políticas públicas .



Na Defesa
do Meio Ambiente
e Sustentabilidade

Uma Sociedade
Avançada
Digitalmente

Um Portugal
Moderno e
Competitivo

Um país
qualificado
para o futuro

UTILIZAR AS NOVAS FORMAS DE COMUNICAÇÃO DIGITAL

+ TECNOLOGIA

+ INTERAÇÃO

> EFICÁCIA

Utilizar o site do partido para **atrair apoiantes e voluntários** que querem ter uma vida mais ativa mas que não se querem comprometer com uma militância ativa, através de um registo simples e não burocrático (e.g. nome, mail e código postal) que permita ao partido estar mais próximo dos portugueses e contactar diretamente com os mesmos;

Impulsionar a **utilização de Sistemas de Dados**. Através da autorização por parte dos militantes, apoiantes ou voluntários, o partido pode ter uma mensagem mais direta, efetiva e próxima junto dos portugueses, solicitando simultaneamente a sua participação para os desafios futuros que se colocam ao partido;

Aumentar a **eficiência da utilização das redes sociais, plataformas digitais e outros meios de comunicação digital** por forma a melhor interagir com os portugueses;

Modernizar a **APP do partido para que seja um efetivo elemento de comunicação bi-direcional**, em que os militantes e voluntários também possam expressar as suas ideias com a liderança partidária enquanto contribuem para o futuro do partido;

Utilizar a APP do partido **para partilhar directamente com os militantes as posições políticas apresentadas**, discussões setoriais realizadas e outras ideias políticas a fim das bases do partido, Comissões Políticas Distritais, Concelhias ou autarcas locais estarem melhor informados sobre o pensamento estratégico e político da Comissão Política Nacional sobre as mais diversas áreas temáticas.







ACREDITAR
LUIS MONTENEGRO





Moção de Estratégia Global

Direito ao Futuro

Jorge Moreira da Silva

- 1. Mensagem do candidato**

- 2. Liderar uma vaga de reformas capaz de reconquistar o nosso direito ao futuro**
 - 2.1 Modernizar o Estado**
 - 2.2 Aprofundar a democracia e a cidadania**
 - 2.3 Combater a corrupção e melhorar a confiança na justiça**
 - 2.4 Qualificar e digitalizar para uma sociedade mais justa e uma economia mais competitiva**
 - 2.5 Proteger a saúde, combater as desigualdades sociais e enfrentar a crise demográfica**
 - 2.6 Aumentar a competitividade e a produtividade da economia**
 - 2.7 Regular o futuro do trabalho e criar os empregos do futuro.**
 - 2.8 Reduzir a dívida e promover uma fiscalidade mais inteligente**
 - 2.9 Assegurar a coesão territorial e o direito à habitação condigna**
 - 2.10 Combater as alterações climáticas e liderar a revolução energética**
 - 2.11 Proteger a biodiversidade, remunerar os serviços dos ecossistemas e valorizar o capital natural**
 - 2.12 Proteger o Oceano e valorizar a economia azul**
 - 2.13 Aprofundar o projeto político europeu e promover a cooperação internacional**

- 3. Atualizar as linhas programáticas do PSD e clarificar a natureza do nosso relacionamento com outros partidos.**

- 4. Abrir e modernizar o PSD, tornando-o um partido-movimento.**

- 5. Liderar uma oposição enérgica, inconformista, criativa e reformista.**

- 6. Unir o Partido e vencer todos os desafios eleitorais**

1. Mensagem do candidato

Em política o contexto é tudo. E o contexto não poderia ser pior. Vivemos o momento mais exigente dos últimos 70 anos: a uma pandemia que provocou a maior crise económica e social desde a 2ª guerra mundial, sucedeu-se uma escalada da inflação - inédita nos últimos 30 anos - e agora uma guerra com efeitos devastadores na Ucrânia, originando a mais rápida crise de refugiados de que há memória, mas também gerando a escassez e a escalada de preços na energia e nos produtos alimentares à escala global. Em Portugal, enfrentamos uma tempestade perfeita: o mundo mudou a uma velocidade alucinante, o País não se atualizou, nem se reformou, e não pôde contar com o potencial transformador do PSD.

É, pois, chegada a hora de refundar o PSD, de reformar a política e de liderar o crescimento sustentável em Portugal em torno de 5 compromissos:

- Atualizar as linhas programáticas do PSD e clarificar a natureza do nosso relacionamento com os outros partidos.
- Abrir e modernizar o PSD, tornando-o um partido-movimento.
- Liderar uma oposição enérgica, inconformista, criativa e reformista.
- Unir o PSD e vencer todos os desafios eleitorais.
- Liderar uma vaga de reformas capaz de reconquistar o nosso direito ao futuro.

Estas eleições disputam-se num tempo especial e seria imperdoável que, nesta hora, falhássemos aos portugueses. Temos de escolher bem o tipo de futuro que queremos oferecer a um País que tem tudo para vencer – História, língua, cultura, talentos, recursos e posicionamento geoestratégico – mas que está tragicamente adiado. No meio da maior crise dos últimos 70 anos, o governo não sabe para onde vai, nem para onde nos leva e está capturado pelos projetos pessoais e partidários dos seus membros. Um Primeiro-Ministro a pensar num cargo em Bruxelas, meia-dúzia de ministros mais mobilizados pela corrida à sucessão do seu líder partidário do que pela resolução dos graves problemas do País e um Orçamento do Estado

impregnado de fingimento. Que finge taxas de inflação irrealistas; que deliberadamente subestima as receitas; e que, excluindo o efeito do PRR, congela a despesa. Isto é, no meio de uma gigantesca crise social e económica, os funcionários públicos e os pensionistas serão fortemente penalizados, com um nível de atualização dos salários e pensões muito inferior à inflação. Não me recordo de um governo cujo prazo de validade, aferido pelo mérito e pela credibilidade, se tenha esgotado tão depressa.

O PSD tem de estar à altura das suas responsabilidades históricas. Ninguém faz tudo certo, mas nós nunca falhámos a Portugal. Nos momentos mais difíceis dos últimos 48 anos de democracia, foi sempre o PSD a recuperar Portugal. Mas só o conseguimos fazer quando as nossas escolhas internas estiveram sintonizadas com as expectativas dos eleitores. Isto é, tal como sucedeu no passado, a responsabilidade dos militantes do PSD é agora enorme: quando votarem terão de saber interpretar a vontade de todos os Portugueses. Para esses não basta um líder capaz de criticar o governo. É preciso alguém que tenha um plano para Portugal. Que tenha provas dadas na liderança de reformas e na entrega de resultados, tanto no plano nacional como internacional.

Estou na vida política há mais de 30 anos. Procuo orientar-me, sempre, por um quadro de valores e de princípios – integridade, transparência, independência, respeito, trabalho, justiça – e não pela leitura conjuntural das circunstâncias. Não vivo a política como um vício ou um jogo e encaro-a como um serviço à comunidade. Sempre procurei comportar-me com um líder servidor, que assume que o seu principal objetivo é servir os outros, colocando as aspirações dos cidadãos em primeiro lugar e medindo o êxito da liderança pelo impacto gerado na vida das pessoas.

Desenhei políticas, liderei reformas e entreguei resultados. Nas várias funções públicas que exerci, nunca me faltou a coragem para tomar decisões difíceis e até impopulares, enfrentando interesses e ultrapassando visões conservadoras, fazendo sempre prevalecer o interesse comum, e não o interesse individual ou dos amigos.

Fiz a minha parte e joguei tudo nesta eleição. Apresentei, no passado dia 14 de Abril, ao Secretário-Geral da OCDE, a minha demissão das funções de Diretor da Cooperação para o Desenvolvimento, que exercia há quase 6 anos, de forma a poder candidatar-me à liderança do PSD. Não confundo desprendimento com sacrifício. Pelo contrário, tomei esta decisão com uma alegria que é proporcional ao sentimento de gratidão que tenho para com os milhares de militantes que, nos últimos 48 anos, fizeram do PSD o melhor e o mais português partido de Portugal.

Ontem, como hoje, movo-me por causas. E, nesta eleição, movo-me por uma causa maior – a Reconquista do Direito ao Futuro dos Portugueses pela mão do PSD.

Lisboa, 16 de Maio de 2022.

Jorge Moreira da Silva

2. Liderar uma vaga de reformas capaz de reconquistar o nosso Direito ao Futuro.

O nosso modelo de desenvolvimento **não é viável, nem é sustentável**. A falta de ambição dos governos na resposta a desafios globais – como as alterações climáticas, a extinção de biodiversidade, a pobreza e as desigualdades, os conflitos e as migrações forçadas – demonstra que estamos a viver **a crédito do Planeta**.

Mas também estamos, na prática, a viver **a crédito dos nossos filhos** quando, em Portugal, não ousamos resolver os problemas estruturais que já se tornaram crónicos:

- Um crescimento económico que, nos últimos 20 anos, foi pouco mais do que medíocre (em média 0,3% do PIB). Fomos sucessivamente ultrapassados pelos novos membros da UE. O nosso PIB per capita é, hoje, o 7º mais baixo da UE e a CE admite, mesmo, que sejamos, em 2031, o País mais pobre da UE.
- Uma dívida pública que atinge 127% do PIB e uma dívida total (Estado, famílias e empresas) que ultrapassa 760 mil milhões de euros.
- Um envelhecimento da população que, de tão acentuado, nos fará encolher em mais de 2 milhões de portugueses até 2070.
- Uma manifesta insustentabilidade do sistema de pensões. Quem se reformar em 2040 receberá menos de 50% do salário atual e o saldo previdencial atingirá, a partir da década de 2030, um valor negativo.
- Um intolerável agravamento das desigualdades, da pobreza infantil e da precariedade laboral. Mais de 20% das crianças está em risco de pobreza; somos o 4º País da EU com maior número de contratos a prazo; 10% dos trabalhadores estão em risco de pobreza; e quem nasce pobre, demora, em média, 5 gerações a chegar à classe média.
- Uma carga fiscal que não para de aumentar. Em 2021, foi a mais elevada de sempre, representando 35,8% do Produto Interno Bruto (PIB).
- Um nível muito baixo de investimento público (um dos 5 mais baixos da UE).

- Uma patente falta de confiança na justiça (a confiança não ultrapassa 39%), na democracia e nos partidos políticos.
- Uma elevada dependência alimentar e energética do exterior (superior a 70%).
- Uma baixo nível de produtividade – 7º País com o pior produtividade por hora de trabalho na UE. Sendo que, paradoxalmente, mais de 40% dos fundos europeus vão para empresas que não exportam e mais de 30% para empresas não produtivas.

Este modelo traduz-se numa **gigantesca hipoteca** cujo pagamento é endossado às novas gerações. Atendendo à severidade dos desafios globais e à gravidade dos problemas nacionais, não deixa de ser confrangedor o imobilismo e a superficialidade que dominam o debate político nacional.

Vale a pena perguntar: o que aprendeu Portugal com as crises e com as oportunidades globais? Nem a crise de há 10 anos - que culminou com o pedido de resgate, em 2011, e que só foi debelada com reformas políticas e com sacrifícios dos portugueses-, nem a gigantesca crise económica e social originada pela pandemia, nem a crescente descrença das pessoas na política e nas instituições, originou as mudanças, incluindo culturais, que seria legítimo esperar ao nível das propostas políticas dos partidos, da organização do sistema político, do funcionamento da democracia e da densidade do debate público.

O sistema partidário português padece de sonambulismo, servindo de pasto ao fogo do populismo e da descrença. É do fracasso na resposta a este confisco do futuro que se alimenta o populismo e o alheamento eleitoral, em especial, dos jovens. O contrato social está avariado – seja porque não está a ser cumprido, seja porque está datado - e terá de ser substituído por um contrato para o desenvolvimento sustentável.

Temos uma ambição clara e um plano para lá chegar: 4 metas, 17 objetivos, 13 missões. Até 2030, queremos colocar Portugal:

- no topo do ranking do **Desenvolvimento Sustentável** das Nações Unidas (hoje estamos na 27ª posição)
- no topo do **Índice de Desenvolvimento Humano** das Nações Unidas (hoje estamos na 38ª posição)
- no topo do **Índice de Bem-Estar** da OCDE (hoje estamos na 31ª posição se, neste índice dinâmico atribuímos o mesmo peso às várias dimensões em análise)
- acima da média europeia no **PIB per capita** (hoje estamos na 22ª posição).

Faremos dos **17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** a matriz orientadora da ação política – tanto na oposição como no governo – e assentaremos a nossa agenda reformista em torno de **13 missões críticas**:

- 1. Modernizar o Estado**
- 2. Aprofundar a democracia e a cidadania**
- 3. Combater a corrupção e melhorar a confiança na justiça**
- 4. Qualificar e digitalizar para uma sociedade mais justa e uma economia mais competitiva**
- 5. Proteger a saúde, combater as desigualdades sociais e enfrentar a crise demográfica**
- 6. Aumentar a competitividade e a produtividade da economia**
- 7. Regular o futuro do trabalho e criar os empregos do futuro.**
- 8. Reduzir a dívida e promover uma fiscalidade mais inteligente**
- 9. Assegurar a coesão territorial e o direito à habitação condigna**
- 10. Combater as alterações climáticas e liderar a revolução energética**
- 11. Proteger a biodiversidade, remunerar os serviços dos ecossistemas e valorizar o capital natural**
- 12. Proteger o Oceano e valorizar a economia azul**
- 13 Aprofundar o projeto político europeu e promover a cooperação internacional**

1. Modernizar o Estado

Defendemos um Estado que dignifique os cidadãos, promova a equidade social, liberte a iniciativa da sociedade civil e fomente o crescimento económico. A reforma do Estado é urgente e tem de ir além de intervenções avulsas ou parcelares, ditadas pela melhoria da eficiência operacional ou por reformas de políticas sectoriais. Exige-se um compromisso em torno de princípios e de orientações para a modernização do Estado e para a inevitável redefinição das suas funções. Precisamos de um Estado que seja capaz de assegurar plenamente as suas indeclináveis funções de soberania. Precisamos de um Estado que, **na área social**, nomeadamente na saúde e na educação, seja um promotor de prestações mais próximas e mais adequadas a cada cidadão, promovendo a liberdade de escolha dos cidadãos e a concorrência entre os vários prestadores de serviços (estatais, privados e do setor social), garantindo o acesso universal a serviços de qualidade. E precisamos de um Estado que, **na área económica**, se concentre na criação de condições para uma economia aberta e competitiva, reconhecedora do mérito e do empreendedorismo, assente na concorrência, na não discriminação e na transparência.

No plano das **funções de soberania** merece especial preocupação o tema da **segurança nacional**. O objetivo de uma sociedade portuguesa segura implica, hoje mais do que nunca, uma visão da segurança nacional que vai muito para além de uma perspetiva autonomizada da defesa militar do País, do desempenho policial, da punição da criminalidade e da proteção civil. Uma tal visão implica para Portugal um *conceito estratégico de segurança nacional* (mais exigente e ambicioso do que o *conceito estratégico de defesa nacional* ou o recentemente anunciado *conceito estratégico de segurança interna*); tal como implica um verdadeiro sistema de segurança nacional totalmente operacional.

É na posse de uma tal visão estratégica para um sistema de segurança nacional português, a erigir com a máxima celeridade (e evitando perigosas opções casuísticas, como a precipitada opção de extinção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), que deve avançar-se para a resolução, sólida e sustentada, dos crónicos problemas que afetam as nossas Forças Armadas e as nossas forças e serviços de segurança e que deve equacionar-se o efetivo incremento (cuja necessidade é hoje indesmentível) da despesa pública militar e de segurança: efetivos de recursos humanos suficientes, equilibrados, constantes e dignificados na sua condição estatutária e remuneratória; aquisição racionalizada de sistemas de armas e de equipamentos, sujeita a boas e efetivamente cumpridas programações de investimentos; sistemas de forças e dispositivos vocacionados para a disponibilização de capacidades realmente indispensáveis e de excelência; orçamentos correntes suficientemente dotados para o pessoal e para o funcionamento, aqui incluindo a operação e a manutenção.

Mas nenhuma modernização e reforma do Estado pode dispensar **a qualificação e dignificação dos funcionários públicos**, quer através do desenvolvimento de programas de formação que permitam uma maior mobilidade entre carreiras e grupos profissionais, quer pelo recrutamento orientado e seletivo de novos quadros técnicos que permita a retenção e a reprodução do conhecimento daqueles que vão saindo. Só com uma Administração Pública qualificada, determinada, com forte sentido de serviço público e dignificada poderá o País ultrapassar os enormes desafios que enfrenta.

2. Aprofundar a democracia e a cidadania

É urgente encarar o problema da erosão da democracia. Defendemos **uma ampla reforma do sistema político que vá além da reforma dos sistemas eleitorais**. Em primeiro lugar, o que está em causa é o reforço da participação cívica, a melhoria dos mecanismos de representação política, a valorização das instituições da sociedade civil e das instituições intermédias, o reforço da base científica das políticas públicas e da avaliação custo-benefício das mesmas – através de conselho independente a funcionar no âmbito da Assembleia da República -, a descentralização administrativa – reforçando as competências e os meios das autarquias locais -, o aprofundamento das autonomias regionais dos Açores e da Madeira e a mobilização de toda a sociedade em torno de uma cultura de tolerância zero face à corrupção, à evasão e à fraude fiscais.

Segundo, é necessário consolidar os progressos já alcançados, nomeadamente, no voto antecipado e em movimento (que tem de ser alargado e agilizado), no alargamento do direito de petição à solicitação de referendos e à apresentação de iniciativas legislativas, na introdução de orçamentos participativos em muitas autarquias, na constituição da CRESAP para seleção de dirigentes públicos, na avaliação ambiental estratégica, na constituição do Conselho de Finanças Públicas para fiscalização independente dos orçamentos e na divulgação das declarações de interesse, rendimento e património dos titulares de cargos públicos.

Terceiro, é urgente reforçar a participação eleitoral e a relação entre os representantes políticos e os eleitores, através da introdução gradual e segura do voto eletrónico e da criação de círculos eleitorais uninominais (complementados por um círculo nacional de compensação).

3. Combater a corrupção e melhorar a confiança na justiça

Urge enfrentar o problema da transparência de uma forma estrutural e abrangente, e não conjuntural e parcelar. Importa, desde logo, assumir algumas premissas neste debate. Primeiro, este é um debate sobre a crise de confiança que ameaça a sociedade portuguesa e não apenas sobre uma crise de transparência. Basta para tanto recordar que apenas 39% dos portugueses afirmam confiar na Justiça e apenas 17% confiam nos partidos políticos. Segundo, deste debate devem surgir soluções de gestão, organização e modernização e não apenas uma nova legislação. Terceiro, este é um debate que, ainda que não possa deixar de estar focado na responsabilização dos políticos e dos titulares de cargos públicos, tem, ainda assim, de ser suficientemente abrangente para mobilizar toda a sociedade em torno de uma cultura de tolerância zero face à corrupção, à evasão e à fraude fiscais. Relativamente a este último ponto, consideramos fundamental efetivar as obrigações declarativas fiscais e patrimoniais dos políticos e dos titulares de altos cargos públicos, aprovadas já em 2022, e, em paralelo, definir novas obrigações declarativas dos cidadãos em geral, até porque a corrupção não se limita à esfera política. Por outro lado, é necessário assegurar a existência de mecanismos tecnológicos de tratamento de toda a informação relativa às referidas declarações fiscais e patrimoniais e a fluxos financeiros conexos de forma a, sem devassa da vida privada, detetar incongruências que permitam precocemente averiguar a causa dessas incongruências.

Ao nível das funções de soberania do Estado, vale a pena sublinhar os **dois grandes desígnios que a política de Justiça tem de assumir com inquestionável prioridade** e sempre com garantia, e até reforço, da independência dos juízes e da autonomia do Ministério Público, o que entre o mais implica maiores condições para a formação dos magistrados: o primeiro desígnio é o de garantir as condições de base para detetar e punir a corrupção, a fraude fiscal, o branqueamento de capitais e o financiamento das atividades ilícitas, o que implica meios adicionais mas também

melhor organização e coordenação de esforços; o segundo desígnio é o de conseguir que a justiça administrativa, fiscal e económica funcione efetivamente em tempo útil, algo que constitui condição absolutamente decisiva para o investimento de qualidade, nacional e estrangeiro, e para o crescimento da economia.

Não há tempo a perder. Em tempos de crise social e económica é ainda mais urgente enfrentar, com ambição e sentido de compromisso, o problema estrutural da transparência e da erosão da democracia, sob pena de continuarmos a alimentar, por inação ou tibieza, a progressão do populismo.

4. Qualificar e digitalizar para uma sociedade mais justa e uma economia mais competitiva

A par das alterações climáticas e das questões demográficas, a digitalização representa uma das tendências globais com maior potencial disruptivo no curso da economia, da democracia e da sociedade. Ora, hoje estamos perante um momento verdadeiramente definidor dos contornos deste processo de digitalização: a pandemia acelerou a adoção de soluções digitais em todo o mundo; a evolução das tecnologias digitais, nomeadamente, no 5G, na inteligência artificial, na robótica, na genómica, na nanotecnologia, nos veículos não tripulados, nas redes inteligentes de energia e na internet das coisas, entrou numa nova fase; e surgiram novos padrões internacionais para a regulação da inteligência artificial e a fiscalidade sobre as multinacionais digitais.

Mas, como sempre sucede com transformações desta magnitude, a digitalização tanto pode esbater, como pode exacerbar, as desigualdades dentro e entre países. É verdade que a digitalização foi uma autêntica tábua de salvação, durante a pandemia de COVID-19, para muitos cidadãos - facilitou o pagamento de apoios sociais e de compensações às empresas, o acesso a cuidados de saúde e de educação e a manutenção de empregos. Ao mesmo tempo, a pandemia, ao confirmar a nossa dependência do mundo digital, também expôs a enorme vulnerabilidade dos cidadãos com menor acesso às infraestruturas e às competências digitais. Essa exclusão digital agrava as desigualdades e trava a mobilidade social.

Além dos imprescindível **investimento do Estado nas infraestruturas digitais** e na redução das barreiras e dos custos de acesso por parte dos cidadãos, em especial, os mais vulneráveis, é preciso atribuir **uma nova missão à escola na igualdade de oportunidades**. A escola não pode falhar na capacitação das crianças e dos jovens, assim como na requalificação dos adultos, para vencer os desafios da disrupção tecnológica e da digitalização. Enfrentar os riscos de obsolescência, desajustamento

e inviabilidade - na economia e no mercado de trabalho - causados pela presente revolução tecnológica, representa, mais do que uma inevitabilidade, uma oportunidade que deve ser abraçada com abertura, inovação e empreendedorismo.

Mas o que faz deste desafio um *game changer* são as pessoas e não as tecnologias.

Assim, a escola não pode abdicar da sua inalienável responsabilidade de dotar as crianças de competências cognitivas e sociais que nenhuma máquina, computador ou algoritmo consegue substituir integralmente: a persuasão, a inteligência emocional, a criatividade, o raciocínio lógico e o espírito crítico. Trazer a escola, numa perspetiva humanista, para o mundo da disrupção tecnológica, exige mais liberdade e mais autonomia para as escolas e exige o reforço do papel dos professores. As escolas devem ter, num processo necessariamente gradual, a liberdade de: recrutar professores de um conjunto mais alargado de talentos; diversificar os seus recursos humanos; desenhar o seu próprio currículo (tendo por base orientações nacionais de carácter geral); avaliar os alunos, reconhecendo o valor das aprendizagens feitas fora do ambiente escolar e dos percursos educativos individuais. Mas também têm a obrigação de promover a interdisciplinaridade e a criatividade e organizar ambientes educativos que incluam recursos exteriores à escola, integrando a comunidade e ultrapassando os seus muros de cimento. Sendo a escola um fator mais decisivo na promoção da igualdade de oportunidades, é imperioso assegurar oferta de ensino pré-escolar para todas as crianças.

Apesar dos progressos alcançados na **ciência e no ensino superior** é fundamental assumir esta área como prioritária para o desenvolvimento integral das pessoas, para a competitividade e a sustentabilidade de Portugal e para a igualdade de oportunidades. Temos de apostar no investimento privado em I&D, de assegurar a reprodutividade do investimento público e de ser eficiente no acesso a fontes internacionais e comunitárias de financiamento direto. Temos de estimular as atividades de pré-incubação de empresas no seio das unidades de I&D e criar consórcios, envolvendo empresas, universidades, politécnicos e laboratórios do Estado, comprometidos com programas em áreas estratégicas nacionais. Temos de privilegiar o apoio a programas doutorais integrados em projetos com o tecido

produtivo e com uma forte componente de empreendedorismo. Temos de promover reorganizações curriculares que favoreçam a formação flexível, transversal e multidisciplinar dos estudantes, incluindo a aquisição de competências em várias áreas e contrariando a especialização prematura, procurando deste modo uma perspetiva dinâmica de interação com a sociedade civil e os mercados. Temos de assegurar, tanto na ciência como no ensino superior, que a nossa aposta não se resume apenas a áreas tecnológicas e que existe uma clara valorização das artes e das ciências sociais e humanas, imprescindíveis que são à criatividade, ao espírito crítico e à formação integral das pessoas.

Mas temos também de reforçar a cooperação entre instituições. Mais do que redundância, insuficiente articulação ou perda de eficiência na gestão dos recursos públicos, é importante utilizar os mecanismos disponíveis – no financiamento, na avaliação de instituições e na aprovação de cursos – para promover uma maior cooperação entre instituições do ensino superior. Esse reforço de cooperação, em especial entre institutos politécnicos e universidades localizadas na mesma região, terá um efeito importante na internacionalização das instituições de ensino superior. E porque não nos podemos dar ao luxo de desperdiçar o potencial de todos os Portugueses, é importante aumentar a ação social escolar e o financiamento público em bolsas para os estudantes carenciados no ensino superior público, particular e cooperativo.

O crescimento económico e o verdadeiro desenvolvimento da sociedade só poderão ser alcançados, de forma integral e duradoura, se forem acompanhados por um efetivo **desenvolvimento cultural**. O Estado não pode exercer uma política de gosto mas deve exercer políticas públicas na área da Cultura que promovam o seu acesso, presença e pluralidade, enquanto bem social básico. Temos de encarar a Língua Portuguesa como um dos principais ativos com potencial para reforçar a universalidade, o prestígio e a capacidade de influência de Portugal no plano internacional, assim como a competitividade da economia portuguesa no mundo.

As novas literacias exigem uma sociedade culturalmente mais forte e crítica, preparada para compreender, participar e protagonizar as mudanças estruturais que

estamos a passar em Portugal e no mundo. Assim, organizaremos os serviços culturais do Estado de forma mais horizontal, numa articulação efetiva da administração central, regional e local. Criaremos maior autonomia nos serviços públicos de cultura, seja em termos decisórios, seja em termos de organização financeira. Vamos desburocratizar os procedimentos da administração pública da Cultura. Ao mesmo tempo, serão gerados estímulos para que as empresas e a sociedade civil tenham uma participação cada vez mais ativa na atividade cultural, em estreita ligação com os domínios da educação, da ciência, do turismo e da economia criativa, sempre orientados para uma comunidade inclusiva. A valorização da Língua Portuguesa no contexto internacional e a projeção dos nossos criadores e património no quadro internacional serão uma prioridade. A atração de talento de todo o mundo e o desenvolvimento de modelos novos de financiamento e gestão da Cultura é uma tarefa com a qual nos comprometemos.

5. Proteger a saúde, combater as desigualdades sociais e enfrentar a crise demográfica

Portugal encontra-se numa **verdadeira encruzilhada demográfica**, caracterizada pelo envelhecimento da estrutura etária da população residente, pela baixa taxa de natalidade e fecundidade e, conseqüentemente, pelo aumento do índice de dependência, associado a fluxos migratórios negativos e a fatores que não favorecem a tão desejada capacidade de renovação das populações. O envelhecimento e a redução do número de residentes em Portugal é uma tendência estrutural: em 2050 estima-se que a população portuguesa seja 8,4 milhões. E em 2070 seremos menos 2 milhões de portugueses. Estamos, pois, perante um cenário muito exigente. Mas não se trata apenas de uma alteração de natureza quantitativa. O perfil sociodemográfico da população residente será significativamente diferente: em 2050 seremos uma população mais envelhecida, mais instruída e mais saudável.

Esta alteração, de natureza estrutural, da demografia em Portugal, tem efeitos significativos na sustentabilidade do Estado social, nomeadamente, nas áreas da saúde e da segurança social, e na competitividade da economia, exigindo-se medidas de mitigação das conseqüências negativas e de adaptação a essa nova realidade ao nível das políticas migratórias e de acolhimento, das políticas de natalidade e família e das políticas de emprego e de educação.

Temos de aprofundar as **políticas de natalidade e de família**, assegurando uma melhor conciliação entre a vida familiar e a atividade profissional (alargando as disposições sobre licenças parentais, trabalho parcial e teletrabalho); garantindo uma oferta de ensino pré-escolar gratuito em todo o território nacional; oferecendo maior justiça fiscal; e redesenhando os sistemas de apoio à educação e acesso à saúde, protegendo as famílias mais carenciadas.

Temos de travar o declínio demográfico através de **políticas migratórias e de acolhimento**: desenvolvendo políticas ativas de atração e retenção de trabalhadores estrangeiros, removendo obstáculos legais à sua mobilidade e integração e valorizando, na sociedade portuguesa, a diversidade cultural; tornando mais ágil o sistema de contratação de estrangeiros, designadamente, nas políticas de autorização de residência, fiscalidade e formação ao longo da vida; desenvolvendo programas, nos domínios do empreendedorismo tecnológico e da investigação científica, de atração de talentos internacionais e de retorno dos jovens portugueses altamente qualificados.

Finalmente, temos de criar mecanismos que não penalizem o interesse, de muitos cidadãos em idade de reforma, de **permanecerem ativos**, incluindo na vertente profissional. É preciso uma nova abordagem para a população com mais de 65 anos que permita que a sociedade possa continuar a beneficiar do seu contributo depois da reforma, oferecendo soluções mais flexíveis de aposentação, num mundo em que a abordagem habitual de 3 ciclos – aprendizagem, trabalho, reforma – tenderá a acabar.

Esta nova realidade demográfica e os preocupantes indicadores de **saúde** em Portugal exigem que a este setor seja dada prioridade na ação política, imbuída de um espírito reformista que ultrapasse as crónicas querelas ideológicas. Mais de 1,3 milhões de pessoas estão impedidas de acesso a médico de família (mais 300 mil do que em 2015). Apesar da existência do SNS, subsistem disparidades (socioeconómicas e territoriais) no acesso e na equidade do sistema, sendo preocupante a elevada proporção de despesas *out-of-pocket* (27,5%) para aceder a serviços não cobertos ou insuficientemente cobertos pelo SNS. Apenas 50% dos portugueses se considera saudável (a média europeia é dois terços). Um terço das mortes estão relacionadas com fatores comportamentais (hábitos alimentares, sedentarismo e consume excessivo de álcool). E, no plano financeiro, a despesa de saúde em Portugal é 33% inferior à média europeia e são significativas as dívidas aos hospitais do SNS.

Defendemos um Estado promotor de prestações mais próximas e mais adequadas a cada cidadão, promovendo a liberdade de escolha dos cidadãos e a concorrência entre os vários prestadores de serviços (estatais, privados e do setor social), garantindo o acesso universal a serviços de qualidade assente numa lógica de sistema em rede financiados tendo por base os ganhos de saúde. Neste sentido, é crucial garantir que a determinação Constitucional de direito à proteção da saúde seja cumprida, independentemente do poder de aquisição de cada um e do local de residência das pessoas.

Uma tal rede financiada por recursos públicos, com participação do SNS, do setor social e do setor privado, deve contribuir, em condições de igualdade, para o acesso universal aos serviços de saúde e, em caso algum (mas como infelizmente se tem estado a verificar) para motivar desigualdades no acesso a esses cuidados em função das disponibilidades financeiras dos utentes. É esta, aliás, a posição histórica do PSD.

Naturalmente, esta indeclinável exigência de um sistema nacional de saúde de acesso universal e com qualidade não põe em causa a liberdade de cada cidadão subscrever seguros de saúde nem o interesse em que as políticas fiscais possam apoiar essa liberdade de escolha.

Uma política de saúde centrada no utente terá de ultrapassar a atual fragmentação e falta de sistemas de informação e de comunicação entre os vários atores do sistema de saúde, dando origem à redundância de atos e potenciando a falta de segurança clínica. Urge dotar os cidadãos de um processo clínico único eletrónico (virtual) acessível em todos os pontos de contacto no sistema de saúde em Portugal e não apenas no SNS.

A qualidade e a sustentabilidade da política de saúde exige, igualmente, o reforço da prevenção da doença, do diagnóstico precoce, da diminuição do desperdício em medicamentos e em exames repetidos e do cumprimento de critérios mínimos de qualidade dos serviços prestados, encurtando tempos de espera em todos os

serviços. Por outro lado, é crucial criar mecanismos financeiros e salariais que reconheçam o bom desempenho de profissionais e das instituições do SNS.

A sustentabilidade do **sistema público de segurança social** é, em Portugal, um problema que não pode deixar de ser encarado com grande seriedade. A irresponsável opção de protelar uma análise atenta das respetivas decisões sobre esta insustentabilidade não é mais aceitável. Não podem estar, em caso algum, a garantia das pensões que estão em pagamento ou que constituem direito adquirido de cada um dos contribuintes. Nem pode alguma vez estar em causa a livre opção das empresas em desenvolverem sistemas próprios de apoio complementar aos seus trabalhadores que deixem a vida ativa, nem a liberdade de os trabalhadores o fazerem individualmente.

Mas não pode ignorar-se que factores como a demografia, a modernização tecnológica das empresas - que inclui a capacidade de produzir quantidades acrescidas com menos mão-de-obra -, bem como a inflação e a estagnação económica, constituem factores sérios de degradação da sustentabilidade do sistema público de pensões. Degradação essa que não pode aceitar-se e é incompatível com a visão solidária entre gerações que caracteriza a social-democracia do PSD. Para colmatar essa debilidade crescente, não basta reincidir na necessidade de criação de mais riqueza e na criação de condições para que tal ocorra, o que é simplesmente óbvio. Precisamos sim de, tal como já tem vindo a ocorrer com o chamado IVA social, e com as transferências do OE para a segurança social, conceber uma maior articulação entre as contribuições para a segurança social e o sistema fiscal, no sentido de garantir as condições de financiamento necessárias e de acautelar que a progressiva criação de riqueza - que se atinge com empresas tecnologicamente mais desenvolvidas e menos carecidas de mão-de-obra intensiva - não deixe de se traduzir, através do sistema fiscal, no adequado contributo para o financiamento da segurança social que essas mesmas empresas teriam caso funcionassem com o tradicional custo inerente ao factor trabalho. Por outro lado, não podemos ignorar que a estrutura administrativa e de funcionamento da segurança social apresenta níveis de ineficiência notórios, que afetam diariamente a sua relação com os

cidadãos e a transparência e clareza das respectivas obrigações contributivas, sendo por isso urgente a convergência com padrões de eficiência mais elevados.

6. Aumentar a competitividade e a produtividade da economia

Nos últimos 2 anos vivemos em estado de emergência, mas falta-nos um sentido de urgência. O governo tem confundido o financiamento da recuperação económica e social com um mero leilão sobre a alocação sectorial da bazuca europeia, bem distante de uma **visão abrangente da política de investimento**. Não nos iludamos. É verdade que o Estado tem um papel indeclinável no investimento público, seja apoiando as empresas e protegendo o emprego, em especial neste difícil contexto económico marcado pela pandemia e pela guerra, seja financiando, sempre que existam falhas de mercado, a transição digital e o combate às alterações climáticas. Mas, atendendo ao nosso nível de endividamento público, é fundamental que a estratégia de investimento seja, no essencial, orientada para a atração de investimento privado, externo e produtivo e para o reforço das exportações. Ora, isso requer uma transformação de grande amplitude.

Precisamos de um ambiente de investimento que valorize o mérito, a inovação, a criatividade e o espírito empreendedor; que reforce as sinergias entre o sistema científico, empresarial e financeiro; que crie as condições para um maior reinvestimento dos lucros nas empresas; que reforce o acesso das start-ups e das PME a todas as potenciais fontes de financiamento, além da banca comercial, como o capital de risco, fundos de investimento, investidores institucionais, finanças sustentáveis, mercado de capitais, instrumentos de titularização, obrigações verdes e crowdsourcing. Tendo em atenção que o aumento da produtividade das empresas está correlacionado com o aumento de escala, o Estado deverá desenvolver medidas de estímulo fiscal, de flexibilidade regulatória e melhoria do ambiente de negócios que permitam fomentar fusões, aquisições, joint-ventures e atração de investimento estrangeiro. Estas iniciativas são importantes para fomentar o crescimento do tamanho médio das nossas unidades empresariais, tornando-as mais competitivas à escala internacional e aumentando a produtividade via ganhos de escala e aumento da sofisticação e profissionalização dos métodos de organização e gestão.

E precisamos de um Estado que assuma, plenamente, as **suas responsabilidades na melhoria do contexto de investimento** – na regulação, na justiça, na fiscalidade, na desburocratização, na educação e formação profissional, na ambição ambiental, na descarbonização, no ordenamento do território, no combate à corrupção, na legislação laboral, no sistema de ciência e inovação, na internacionalização, na identificação de clusters de conhecimento - mas que não caia na tentação de intervir na política empresarial, salvando incumbentes datados ou forjando novos “campeões nacionais”.

Mais do que, desesperadamente, tentar encontrar uma nova AutoEuropa, é fundamental que sejamos capazes de, a partir de uma cultura de inovação e empreendedorismo, acelerar a criação e o desenvolvimento de *start-up*, posicionando Portugal como um País de atração – de talentos, de projetos e de investimento – capaz de liderar numa realista economia de rede do que numa ilusória economia de escala.

As **infraestruturas** representam um papel crucial no cumprimento dos desígnios de sustentabilidade, de solidariedade, de coesão e de competitividade. Deve ser dada prioridade ao financiamento, gestão e interoperabilidade dos projetos de elevado potencial impacto social, económico e ambiental, nomeadamente, na ferrovia, nos portos, nos transportes marítimos e fluviais.

7. Regular o futuro do trabalho e criar os empregos do futuro.

Não é aceitável que se continue a assistir a uma **dualidade e segmentação do mercado de trabalho**, remetendo muitos trabalhadores, em especial jovens, para uma sucessão de contratos a termo. Os números são eloquentes - mais de dois terços dos nascidos na década de 90 têm contratos a prazo (mais do triplo das gerações anteriores). Como também não é aceitável que, por falta de confiança no funcionamento do mercado de trabalho, as empresas não invistam suficientemente nos contratos sem termo e na formação profissional. Defendemos uma regulação do mercado de trabalho que alargue a mais trabalhadores a segurança e proteção do emprego e que promova a capacidade empreendedora e a competitividade das empresas.

Mas este é também o momento de olhar para **o futuro do trabalho**. Com a pandemia, surgiram algumas discussões sobre a inevitabilidade de algumas das alterações introduzidas ao nível da organização do trabalho, durante as fases de confinamento, acabarem por perdurar ou inspirar mudanças mais profundas quando regressarmos à normalidade. Isto é, mudanças como o teletrabalho, a substituição de reuniões presenciais e viagens de negócio por teleconferências e a própria reconfiguração física dos locais de trabalho, mais do que conjunturais podem revelar-se estruturais.

Contudo, esta discussão tem negligenciado a verdadeira amplitude das transformações em curso no futuro do trabalho (com disrupções que são anteriores à pandemia) e, por outro lado, as implicações que estas mudanças têm nas políticas públicas e não apenas nas opções empresariais.

A pandemia representa a quarta vaga de mudanças profundas na configuração do futuro do trabalho. Primeiro, a globalização deu origem a uma especialização das economias e a uma integração das empresas em cadeias de valor globais,

contribuindo para uma certa padronização global das funções, das competências e das responsabilidades dos trabalhadores (ainda que, infelizmente, com rendimentos e condições de trabalho muito desiguais). Depois, as profundas alterações demográficas ocorridas nas últimas décadas e, em especial, o envelhecimento da população nos países mais desenvolvidos tornaram inevitável – sob pena de assistirmos a uma diminuição do PIB e a uma maior pressão sobre as finanças públicas dos Estados – um ajustamento do mundo do trabalho, incluindo a necessidade de se trabalhar durante mais anos e assumir políticas migratórias mais abertas.

Mais recentemente, a aceleração da robotização, da inteligência artificial e da digitalização, colocaram novos desafios à organização da sociedade e do mercado de trabalho. Por um lado, esta disrupção tecnológica abre novas perspectivas de superação de problemas ambientais e sociais e cria uma nova fileira de atividades económicas; por outro lado, levanta riscos ao nível do respeito pela dignidade da pessoa humana e gera anseios sobre a estabilidade e a qualidade do emprego. Ora, nem o medo, nem o conformismo são bons conselheiros nesta jornada. De momento, não se confirmam os receios de uma diminuição global do emprego em resultado da automação ou da inteligência artificial. Isto é, as novas atividades económicas geradas pela disrupção tecnológica e a reorganização de tarefas têm compensado os empregos que são destruídos. Mas isso é ilusório: as desigualdades agravaram-se e a constatação de um aumento do número global de empregos de pouco consolo serve aos trabalhadores que são vítimas desta transição tecnológica. Sendo que alguns dados apontam para mudanças de enorme amplitude no futuro: 14% de todo o trabalho será robotizado e 32% será alvo de mudanças significativas.

É por isso que, em vez de um olhar contemplativo perante as sucessivas vagas de transformação do mercado de trabalho, ou de um debate apressado sobre legislação laboral ou sobre teletrabalho, precisamos de lançar uma **nova geração de políticas públicas** na educação, preparando as crianças para exercer profissões que, em 65% dos casos, ainda não foram inventadas e para o desenvolvimento da criatividade e do pensamento crítico; na formação profissional, ultrapassando o facto de, 6 em

cada 10 trabalhadores, não disporem das competências básicas ao nível digital; na proteção social, garantindo uma rede de apoio a um número crescente de trabalhadores em regime de autoemprego e de trabalho parcial; na fiscalidade e no sistema de pensões, garantindo que a justiça distributiva e a sustentabilidade da segurança social são compatíveis com a crescente robotização.

Temos de nos preparar para regular o futuro do trabalho, mas também para liderar na criação dos empregos do futuro.

8. Reduzir a dívida e promover uma fiscalidade mais inteligente

Defendemos uma **política orçamental que compatibilize a redução da dívida com a redução da carga fiscal**. Se, por um lado, o excessivo nível de dívida pública retira às novas gerações a capacidade para realizar escolhas inteiramente livres, por outro lado, as desigualdades sociais e a elevada carga fiscal, não permitem uma consolidação orçamental que descure as dimensões da competitividade e do bem-estar social. Ou seja, os resultados positivos da consolidação devem servir simultaneamente e de forma equilibrada, seja para reduzir sustentadamente a dívida, seja para a assunção de políticas internas socialmente úteis, incluindo opções de crescimento económico e de redução da carga fiscal.

No atual contexto de instabilidade na área económica e financeira, induzida pelos três choques sucessivos – pandemia, inflação e guerra –, é fundamental que a nossa **política orçamental seja credível**, sob pena de gerar desconfiança nos mercados. Infelizmente, o Orçamento do Estado, atualmente em discussão, não evidencia o nível de credibilidade necessário - finge taxas de inflação irrealistas, deliberadamente subestima as receitas e, excluindo o efeito do PRR, congela a despesa. Por outro lado, em matéria de gestão da dívida, o governo perdeu a oportunidade de alongar as maturidades dos nossos empréstimos. E agora corremos o risco de enfrentar a crise de uma forma mais desprotegida. Sendo que, em tempos difíceis, é fundamental manter a almofada de liquidez e gerir a dívida com precaução.

O **BCE não pode deixar de utilizar todos os instrumentos** criados em consequência da crise de 2011/12 de forma a resolver eventuais problemas específicos na zona euro, nomeadamente, nas economias periféricas. No âmbito das discussões em curso sobre o aprofundamento do projeto europeu, Portugal deve defender uma **maior flexibilidade do Pacto de Estabilidade e Crescimento**, em especial no tratamento da despesa de investimento relacionada com áreas estratégicas (como a

transição digital e climática, o conhecimento e a segurança), sem contudo significar quebra de sustentabilidade orçamental.

Importa assumir uma **reforma do sistema fiscal**, alinhando-o, em termos estritamente conformes à Constituição e segundo critérios sólidos de justiça fiscal e respeito pelo princípio da igualdade, com os objetivos de valorização do trabalho, de criação de riqueza e de proteção dos recursos naturais, em conjugação com uma justiça fiscal capaz de melhor realizar o Estado de direito no domínio da fiscalidade portuguesa, de forma a permitir ultrapassar os efeitos crescentemente negativos dos litígios fiscais na capacidade de resposta atempada do sistema de justiça.

Devem assumir-se cinco grandes orientações estratégicas: (i) um sistema fiscal potenciador do crescimento sustentável, nomeadamente orientando, com neutralidade, as atuações em prol da qualidade ambiental, da eficiência energética e da produtividade dos recursos (fiscalidade verde); (ii) maior simplificação e transparência fiscais, contribuindo para uma cidadania fiscal de maior qualidade e previsibilidade na aplicação da lei; (iii) maior eficácia na cobrança dos tributos, com redução do desperdício de recursos públicos e privados no cumprimento das obrigações fiscais; (iv) maior garantia dos direitos dos contribuintes; (v) intensificação da reflexão e ação influente de Portugal na política fiscal europeia e internacional.

Esta nova orientação fiscal reconhece o valor do trabalho dos cidadãos e da capacidade de criar riqueza por parte das empresas e, agravando comportamentos ambientais insustentáveis, contribui para a reorientação de comportamentos dos consumidores e dos produtores no sentido da inovação tecnológica e da proteção ambiental.

O nosso sistema de impostos e taxas deve valorizar a tributação ambiental, sem perder – mas aliviando-a – a sua estrutura suportada na tributação do rendimento. É da maior relevância cuidar deste *mix* fiscal, como também da simplificação e estabilidade do sistema fiscal e da sua pujança concorrencial, da eficiência e

transparência da Administração Tributária na resposta aos contribuintes, da modernização das práticas em matérias como a evitação da dupla tributação, o tratamento eficiente dos preços de transferência ou a conformação do abuso dos enquadramentos legais tributários e, naturalmente, com especial incidência, do combate à fraude e à evasão fiscal.

E é necessária uma visão de fundo renovada do sistema de tributação dos rendimentos das pessoas coletivas, visando incentivar fortemente o reinvestimento dos lucros empresariais, no que constitui uma reforma de enorme alcance positivo na tributação do lucro em IRC, caminhando paralelamente no sentido da redução da tributação em IRC por via de um decréscimo progressivo da derrama estadual e vocacionando-a também para, fazendo-a incidir preferencialmente sobre lucros distribuídos, ela própria se constituir em incentivo àquele mesmo reinvestimento dos lucros empresariais, tudo aliado a um desenho mais ajustado das tributações autónomas, num quadro de uma efetiva promoção da opção por despesas realmente afetas às atividades empresarias e assentes em práticas sustentáveis.

No IRS, defendemos um alívio da carga fiscal assente numa progressividade mais harmoniosa e escalonada e em que a taxa marginal máxima não ultrapasse os 45%, acompanhada pela necessária atualização das tabelas de retenção na fonte com base na taxa de inflação e, tendencialmente, coincidente com o imposto devido a final. Pelo seu carácter excepcional, as taxas adicionais de solidariedade devem, por princípio, ver a sua vigência limitada temporalmente aos períodos de emergência financeira. O mínimo de existência deve ser revisto anualmente, visando padrões superiores de dignidade social e salvaguarda de subsistência económica.

No que tange à derrama municipal devem também ser densificados os critérios de repartição da receita para além do princípio já existente de exploração de recursos naturais ou do tratamento de resíduos, de molde a tornar essa repartição mais equitativa, permitindo o reforço da coesão territorial dos municípios do interior onde esses recursos se localizam. A nível local deve também ser promovida a redução do IVA na iluminação pública.

E é também da maior relevância cuidar do *mix* fiscal, da simplificação e estabilidade do sistema fiscal e da sua pujança concorrencial, da eficiência e transparência da Administração Tributária na resposta aos contribuintes, da modernização das práticas em matérias como a evitação da dupla tributação, o tratamento dos preços de transferência ou a conformação do abuso dos enquadramentos legais tributários e, naturalmente, com especial incidência, do combate à fraude e à evasão fiscal.

9. Assegurar a coesão e resiliência territorial e o direito à habitação condigna

O nosso **planeamento, ordenamento e desenvolvimento territorial**, nas últimas décadas, caracterizou-se por: expansão urbana desordenada e fragmentação do tecido urbano, acompanhada do despovoamento do interior; degradação do solo e riscos de desertificação, agravados por fenómenos climáticos; degradação da qualidade das áreas residenciais, sobretudo nos centros históricos e nas periferias; deficiente programação do investimento público em infraestruturas e equipamentos públicos; dificuldade de coordenação entre os principais atores institucionais, públicos e privados, responsáveis por políticas e intervenções com impacto territorial; complexidade, rigidez, centralismo e opacidade da legislação e procedimentos de planeamento e gestão territorial.

O mesmo **anacronismo é patente na área da habitação**: um parque habitacional com mais de 700 mil alojamentos devolutos; um parque habitacional degradado, com 1/3 do mesmo a carecer de obras profundas, com proprietários descapitalizados e sem condições de retomar a sua conservação; um mercado demasiado orientado para a nova construção, em detrimento da reabilitação, e para a aquisição de habitação própria, em detrimento do arrendamento; uma acentuada valorização fundiária e imobiliária que, desde os finais dos anos 60, foi afastando a população nos centros das principais cidades, com consequente expansão desregrada para as periferias com os problemas sociais e ambientais que estão associados a esta situação.

A resolução destes problemas estruturais foi assumida como uma grande prioridade no último governo liderado pelo PSD. **Avançámos com reformas estruturais de grande alcance**: o novo regime jurídico de reabilitação urbana; a lei de bases da política de solos, ordenamento do território e urbanismo; o regime jurídico de urbanização e edificação; o regime excecional de reabilitação urbana; o novo regime

de arrendamento urbano, complementado por um subsídio de renda; o novo regime de renda apoiada e de renda condicionada; e os instrumentos financeiros para a reabilitação e regeneração urbanas.

Lamentavelmente, o governo socialista reverteu a reforma do arrendamento urbano, travou a aposta na reabilitação urbana e atrasou a concretização da reforma do ordenamento. Ainda hoje está por concretizar a classificação do solo em apenas duas classes – solo rústico ou urbano (sendo erradicada a classificação de solo urbanizável) – e a concentração, no PDM, de todas as regras dispersas numa longa lista de planos e programa regionais, sectoriais e especiais.

Hoje, em matéria de desenvolvimento territorial, é fundamental não apenas acelerar a concretização dessas reformas, aprovadas em 2014, mas também: concretizar o cadastro predial em todo o território nacional; aprovar planos de desenvolvimento regional (por inexistência de planos ou obsolescência dos mesmos, o PRR está a ser executado com base em intervenções sem a ponderação territorial devida); assegurar a gestão responsável e sustentável dos recursos estratégicos do País, como o litoral, as águas subterrâneas, os solos produtivos e o património natural e cultural; promover a coesão territorial e a resiliência, criando redes regionais de infraestruturas, transportes, equipamentos e serviços, mas sobretudo promovendo atividades económicas compatíveis com a preservação dos recursos e valorizando o capital natural através da remuneração dos serviços de ecossistemas.

A política de habitação não podendo depender da criação de habitação pública (excepto no apoio aos mais carenciados ou na correção de falhas de mercado), não pode ainda assim deixar ser alvo de regulação pelo Estado. O Estado tem de assumir as suas responsabilidades na regulação da oferta privada e na reabilitação urbana do edificado existente, que, sendo excedentário, carece de investimento para melhoria das condições de conservação, segurança e habitabilidade. Assim, é necessário concretizar os mecanismos previstos, na reforma do ordenamento do território aprovada em 2014, de contenção da expansão urbana (nomeadamente a erradicação da categoria de solo urbanizável), de forma a canalizar todos os meios

disponíveis, designadamente no sistema financeiro, para a reabilitação do edificado e para a melhoria da resiliência urbana.

Por outro lado, ao nível do mercado de arrendamento, além da cobertura e qualidade da habitação social, é necessário introduzir novos mecanismos que assegurem uma maior oferta no mercado de arrendamento em áreas deficitárias de oferta habitacional. Assim, da mesma forma que hoje as operações urbanísticas de loteamento (e de impacto relevante ou semelhante a loteamento) já são obrigadas a cedências de áreas para fins públicos, nomeadamente, para equipamentos de utilização coletiva e áreas verdes, deve passar a ser obrigatória a canalização de uma parte dos fogos construídos, no âmbito dessas operações imobiliárias, para o mercado de arrendamento, com limitação da respetiva renda. Ainda no âmbito das indeclináveis funções de regulação do mercado, o Estado e as autarquias devem avançar para medidas fortemente restritivas do alojamento local, em especial, nas cidades com carência de habitações para arrendamento.

As necessidades especiais dos jovens e da população idosa devem ser respondidas, também, através do reforço do programa Porta 65, da adoção de benefícios fiscais, da promoção de uma rede de residências de estudantes e de um programa de construção de uma rede de residências para a população mais idosa, nas suas áreas de residência habitual.

10. Combater as alterações climáticas e liderar a revolução energética

O cumprimento e reforço do Acordo de Paris é a última oportunidade de que dispomos para enfrentar a mudança climática. Mas é também a nossa melhor oportunidade para relançar o crescimento, criar emprego e enfrentar as consequências da crise pandémica. Apesar dos progressos – traduzidos, essencialmente, numa maior consciencialização da opinião pública, na redução dos custos das tecnologias limpas, no maior peso das energias renováveis e da mobilidade elétrica, na dinamização do financiamento verde - estamos muito aquém do necessário na ação climática.

Existe uma notória incoerência entre a ambição necessária para atingir o objetivo de limitar o aumento da temperatura a 1.5°C face ao período industrial (hoje, esse aumento já atingiu 1,2°C) e os compromissos de redução das emissões apresentados pelos quase 200 países signatários do Acordo de Paris (o que na prática nos coloca numa trajetória de aumento da temperatura em 2,7°C). Num momento em que se desenham, decidem e concretizam, a nível nacional, europeu e internacional, a recuperação económica face à crise causada pela COVID19, seria indesculpável não alinhar totalmente os diversos pacotes de financiamento com os objetivos de desenvolvimento sustentável e com o crescimento verde. O combate às alterações climáticas, sendo urgente, mas é também gerível e pode ser proveitoso se agirmos atempadamente. De acordo com estimativas da OCDE e das Nações Unidas, a integração das questões climáticas nas estratégias de desenvolvimento económico pode adicionar 5% à taxa de crescimento económico até 2050. O número de postos de trabalho nas energias renováveis quadruplicará nos próximos 10 anos e o cumprimento dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pode gerar 380 milhões de novos empregos.

Mas não nos podemos limitar a enunciar as potencialidades económicas da descarbonização ou sublinhar o acréscimo de financiamento que lhe é dirigido. Como não podemos continuar a disfarçar a inação com narrativas eloquentes e

inconsequentes sobre a emergência climática ou com metas e roteiros para a neutralidade carbónica que não são alicerçadas em reformas imediatas.

Neste contexto, Portugal não pode hesitar. Temos de rever as metas de redução das emissões para níveis mais exigentes e compatíveis com o objetivo de limite do aumento da temperatura a 1.5°C; assegurar, já nesta década, 100% de eletricidade renovável; acelerar a transição para a mobilidade elétrica e o fim da venda de novos veículos a combustão; aumentar a eficiência energética e hídrica nos edifícios e promover a reabilitação urbana em detrimento da nova construção; utilizar plenamente o potencial da inteligência artificial e do big data para impulsionar a inteligência e sustentabilidade das cidades; investir na resiliência dos territórios e em medidas de adaptação às alterações climáticas, nomeadamente, nos recursos hídricos, na orla costeira e nas zonas florestais; reforçar a cooperação e ajuda aos países em desenvolvimento; avançar para novas medidas de fiscalidade verde que, penalizando mais a poluição, contribua para o financiamento da eficiência energética e para a redução do IRS e do IRC; promover a reabilitação urbana em detrimento da nova construção; reforçar a rede, a qualidade e a interoperabilidade dos transportes públicos; tirar partido do valor da floresta enquanto sumidouro de carbono; promover a interligação, à escala global, de vários sistemas de comércio de emissões (inspirados no sistema europeu que vigora desde 2005); desenvolver mecanismos de financiamento inovadores (garantias, investimento de impacto, blended finance e títulos de dívida verde); e posicionar Portugal como um grande exportador de eletricidade renovável para a UE, tirando partido do histórico acordo europeu que alcançámos, em 2014, sobre o reforço das interligações elétricas entre a Península Ibérica e França. Esta é a década decisiva.

11. Proteger a biodiversidade, remunerar os serviços dos ecossistemas e valorizar o capital natural

Há vários anos que os cientistas vêm chamando a atenção para o facto de estarmos, não só perante alterações climáticas sem precedentes, mas também perante o **declínio mais rápido de biodiversidade da história da humanidade**, naquilo a que já se designa como a era do Antropoceno. A taxa de extinção de espécies é 100 a 1000 vezes superior à verificada nas últimas dezenas de milhões de anos. Há vários anos que sabemos que foram ultrapassados os limites de sustentabilidade dos ecossistemas, mas, ao contrário das políticas de combate às alterações climáticas (alicerçadas na internalização do custo ambiental das emissões no preço dos produtos), ainda não fomos capazes de operar uma verdadeira mudança de paradigma na proteção da biodiversidade.

Para que essa mudança ocorra é urgente avançar para a concretização do **conceito inovador de remuneração dos serviços dos ecossistemas**. Isto é, além das matérias primas, temos de passar a medir, valorar e remunerar os outros serviços ambientais que nos são prestados pela natureza, tais como: a purificação do ar e dos recursos hídricos, a manutenção do solo, a reciclagem de nutrientes, a polinização de culturas ou sumidouro de gases com efeito de estufa.

Mas esta mudança conceptual tem de ter uma tradução na forma como avaliamos o desempenho económico dos países. A circunstância de não medirmos, no PIB, o capital natural, ajuda a explicar a forma silenciosa como este está a ser delapidado. Entre 1992 e 2013, a nível mundial, o capital financeiro duplicou, o capital humano aumentou 13% e o capital natural caiu 40%.

Assim, defendemos uma profunda alteração dos mecanismos contabilísticos, financeiros e orçamentais através da contabilização do capital natural na nossa contabilidade pública nacional (aproveitando metodologias internacionais já

desenvolvidas), da remuneração dos serviços dos ecossistemas e da compensação (através da fiscalidade, de transferências orçamentais e de créditos de biodiversidade) das populações que, vivendo em parques naturais e áreas protegidas, mais do que enfrentar um prejuízo económico e social, devem ser envolvidas nos benefícios da proteção ambiental. Este tipo de opção tem efeitos determinantes nas políticas de inclusão e de coesão territorial e é perfeitamente concretizável quer em termos práticos quer em termos jurídicos.

12. Proteger o Oceano e valorizar a economia azul

Nunca, como hoje, foram tão evidentes as pressões ambientais exercidas sobre os ecossistemas marinhos e costeiros – alterações climáticas, práticas de pesca e de transportes marítimos insustentáveis, poluição com plásticos (nas próximas três décadas, teremos mais plástico depositado no Oceano do que peixes) e sobreocupação da orla costeira. Essas pressões sobre o Oceano, em especial num contexto de forte crescimento populacional, têm consequências práticas: destroem os ecossistemas, prejudicam o nosso abastecimento alimentar e ameaçam a nossa própria existência. O Oceano não pode ser encarado como um mero fornecedor de alimentos e matérias primas ou como uma infraestrutura de transportes e de turismo – ainda que essa função seja essencial. O Oceano é, verdadeiramente, um dos grandes reguladores planetários prestando serviços ambientais insubstituíveis - produz metade do oxigénio da Terra; absorve mais de 90% do aumento da temperatura no Planeta induzido pelas emissões de gases com efeito de estufa (aumentando assim, os riscos de aumento do nível médio do mar); regula o clima; e os seus ecossistemas marinhos e costeiros oferecem proteção contra desastres naturais.

Por outro lado, nunca como hoje foi tão evidente o **potencial da economia azul**. Além da modernização dos setores tradicionais da economia azul – pesca, turismo, transportes marítimos e portos - é necessário apostar na nova geração de atividades da economia azul, como as energias renováveis (ondas, marés e eólica offshore), os recursos minerais, a aquacultura e a biotecnologia. É fundamental garantir que Portugal é capaz de reter a riqueza associada à economia do mar, evitando a mera concessão a entidades externas da exploração dos novos recursos.

Portugal tem a 3ª maior Zona Económica Exclusiva da UE e, com a extensão (em fase de decisão nas Nações Unidas) da nossa plataforma continental, a nossa responsabilidade atingirá 3,87 milhões de quilómetros quadrados (equivalente a 40

vezes a área de Portugal continental). Essa extensão da plataforma continental aumenta, de forma exponencial, as nossas oportunidades mas também as nossas responsabilidades e exige uma nova geração de políticas públicas capazes de tratar, num contexto cooperação internacional, o Oceano como um bem público global que, enquanto tal, tem de ser regulado, protegido e financiado.

Ora, mais do que abordagens fragmentadas e incoerentes - patentes na atual orgânica do governo - a proteção ambiental do Oceano e o conhecimento e a valorização dos seus recursos exigem, nesta nova fase, novos modelos de gestão política que assegurem o reforço da horizontalidade e transversalidade, nomeadamente, através de Conselhos de Ministros especificamente dedicados ao tema do Oceano, presididos pelo Primeiro-Ministro ou pelo Ministro da Presidência.

13.Aprofundar o projeto político europeu e promover a cooperação internacional

Portugal não pode abdicar do seu papel no **reforço da construção europeia**. Numa Europa que se aprofunda em reação às crises e aos choques externos, vale a pena sublinhar o aprofundamento do projeto europeu, ocorrido nas últimas duas décadas, em matérias como a segurança alimentar, as alterações climáticas, a energia, a política monetária e financeira, a gestão de riscos, a política externa e de segurança comum, as migrações e a cooperação internacional. Ora, no presente contexto – crise migratória e de refugiados, pandemia, inflação, aumento dos preços da energia e guerra na Ucrânia – é ainda mais importante avançar para uma melhor coordenação política e financeira.

Mas a este notório aprofundamento na vertente económica e financeira e nas vertentes de política sectorial terá de ser associado um aprofundamento da dimensão política União Europeia através do reforço do papel dos cidadãos. Temos de evoluir para uma união política dotada de instituições de governo que possuam uma nova legitimidade democrática e novas competências.

No âmbito do imprescindível equilíbrio entre Parlamento-Conselho-Comissão é fundamental aprofundar os mecanismos de co-decisão e reforçar a legitimidade democrática da Comissão Europeia. Não tendo a experiência de Spitzenkandidat (método segundo o qual escolha do Presidente da Comissão Europeia deveria recair no candidato previamente apresentado pelo partido político mais votado nas eleições para o Parlamento Europeu) sido bem sucedida, é necessário aproveitar o processo de eventual modificação dos Tratados para consagrar a eleição do Presidente da Comissão Europeia por sufrágio direto.

Por outro lado, é fundamental aumentar de forma muito significativa os recursos próprios da UE, hoje limitados a cerca de 1% do Rendimento Nacional Bruto. O

acréscimo orçamental é fundamental para a dinamização do crescimento e emprego na UE, para o investimento no conhecimento, na transição digital e climática e na resiliência face a choques externos e para a convergência entre todos os Estados-membros.

Devemos defender, sem hesitações, uma maior autonomia estratégica da União Europeia dotada dos instrumentos necessários para reforçar o seu papel no mundo e a sua projeção como ator global. Se dúvidas houvesse, a invasão da Rússia à Ucrânia veio reforçar a urgência e a necessidade de a UE assumir mais responsabilidades na segurança europeia e vizinhança a leste e de investir mais na sua defesa a 27. Manter a trajetória do alargamento a leste deve continuar a ser uma prioridade, mas devemos também equacionar um maior aprofundamento político nomeadamente no domínio da política externa e de segurança comum. Alargar e aprofundar não devem ser objetivos em contradição. Dificilmente a UE se afirmará como ator global sem se aprofundar mais nos domínios da política externa e da segurança e defesa.

Mas a nossa vocação não se esgota na UE. Portugal tem de ter uma política externa que valorize a comunidade de Portugueses espalhados pelo mundo; que valorize a nossa participação na NATO; que reforce a nossa relação de cooperação com os países em vias de desenvolvimento (comprometendo-se a aumentar a ajuda pública ao desenvolvimento dos embaraçosos 0,18%/GNI para os prometidos 0,7%), com especial destaque para os países da CPLP, para os países frágeis e para os pequenos Estados insulares; e que contribua para o reforço do multilateralismo.

Portugal não pode abdicar das suas responsabilidades no **reforço do multilateralismo** e na redefinição de uma nova arquitetura global. Com a pandemia de Covid-19, surgiu um teste prático às capacidades de cooperação internacional. Nunca como hoje foi tão visível a interdependência entre todos os países. Nunca como hoje foi tão notória a natureza multidimensional das crises. E, nunca como hoje, foi tão importante a solidariedade com os mais pobres e a coordenação

internacional nas respostas à crise sanitária e às consequentes crises social e económica.

É imperioso avançar para uma arquitetura global capaz de proteger, regular, medir e financiar os bens públicos globais, como a prevenção de pandemias, a resiliência da saúde global, a adaptação e mitigação das alterações climáticas, a segurança alimentar, a proteção da biodiversidade e do Oceano, a gestão da crise dos refugiados e das migrações forçadas, a segurança internacional face aos riscos de ciberterrorismo e a estabilidade do sistema financeiro. Essa nova arquitetura pressupõe a reforma e valorização das organizações multilaterais, a implementação vinculativa dos tratados internacionais e um novo equilíbrio na relação entre Estados que tenha em atenção que os países em vias desenvolvimento são os mais penalizados pelas consequências das crises globais.

3. Atualizar as linhas programáticas do PSD e clarificar a natureza do nosso relacionamento com os outros partidos

O PSD não enfrenta uma crise de identidade, mas enfrenta uma crise de modernidade.

Valores - como a liberdade, a igualdade e a solidariedade - e princípios - como o personalismo, a defesa do Estado de Direito, a salvaguarda dos Direitos, Liberdades e Garantias dos cidadãos, o pluralismo e garantia de livre expressão, a afirmação da sociedade civil, a tolerância e o direito à diferença, a valorização da paz, o reconhecimento do mérito, a valorização do liberalismo político e da livre iniciativa, o firme empenhamento na construção europeia - mantêm-se válidos.

Mas, sob pena de ficarmos para trás na ordem de preferência dos setores mais jovens e mais dinâmicos da sociedade, os eleitores esperam de nós uma clarificação e uma atualização. Uma clarificação sobre a natureza do nosso relacionamento com outros partidos e uma atualização das nossas linhas programáticas.

Começemos pela clarificação. Mais do que uma estéril e obsoleta discussão sobre o posicionamento do PSD como um partido de centro ou um partido de direita, é fundamental, num contexto em que o País tem sido liderado por forças conformistas, posicionar o PSD como o espaço amplo que une todos os reformistas e que agrega social-democratas e liberais-sociais. Que se distingue do PS, pela vocação reformista, pela valorização da iniciativa privada, pelo reconhecimento do mérito, pela defesa de um Estado - transparente e eficiente - que sirva os cidadãos e que tenha uma dimensão compatível com o nível de impostos que é aceitável cobrar e com os limites da sustentabilidade da dívida. Que se distingue de outros partidos à nossa direita com representação parlamentar, por não ser um partido de nicho, com reservas quanto ao combate às alterações climáticas e ao papel essencial do Estado

na provisão de serviços universais na saúde e na educação. E, principalmente, que não admite, em qualquer circunstância dialogar e negociar com forças populistas e extremistas. Consideramos esta uma questão central neste processo de clarificação interna. Em tempo útil, de forma praticamente isolada, o primeiro subscritor desta Moção alertou para os riscos da nossa ambiguidade na relação com o Chega. O resultado das eleições legislativas confirma que tinha razão. Lamentamos que, em 2020, muitos tenham ficado convenientemente calados e, ainda pior, venham agora definir o PSD como “a casa comum dos não socialistas”. Na casa do PSD não cabem racistas, xenófobos e populistas.

Mas além desta clarificação sobre a natureza da nossa relação com os outros partidos, existe outra tarefa ainda mais relevante. É chegado o momento de refundar o PSD na sua vertente programática, tal como fizeram, nos seus respetivos espaços políticos, Clinton em 1992 – refundando o Partido Democrata depois de 12 anos de liderança dos Republicanos-, Blair em 1994 - depois de 18 anos de liderança dos Conservadores-, ou Cameron em 2005 – depois de 13 anos de liderança dos Trabalhistas. Em todos estes casos, o processo de refundação permitiu que, a um longo período de oposição, se tenha seguido um longo período de governação.

Não podemos continuar a ler o mundo de forma desfocada. É urgente atualizar as linhas programáticas do PSD aprovadas em 2012. Passaram 10 anos e, nesta década, assistimos a mudanças globais sem precedentes: a crise das dívidas soberanas da zona euro, a crise dos refugiados da Síria, as tensões comerciais entre as grandes potências, a instabilidade nas cadeias de valor globais, a crise climática e da biodiversidade, a emergência dos ciberataques e, mais recentemente, a pandemia de Covid-19 e a guerra na Ucrânia. Mas na última década também assistimos a uma transformação, a um ritmo igualmente estonteante, na ciência, na inovação, na saúde, na sustentabilidade e no ativismo social. Quase 200 países subscreveram o Acordo de Paris para as alterações climáticas e mais de 100 comprometeram-se com objetivos de neutralidade carbónica até 2050. Uma revolução energética emergiu, com a massificação das energias renováveis, a aceleração da mobilidade elétrica e o início do fim da era do carvão e do petróleo. A digitalização e a economia da partilha mudaram a nossa forma de consumir, de comunicar, de transportar e até de votar, e

uma nova geração de empresas internacionais e nacionais destronou os incumbentes. As vacinas contra a Covid-19 foram descobertas em tempo recorde e a tecnologia blockchain proporcionou uma relação mais direta e confiável nas trocas comerciais e nas transações financeiras.

Este processo de acelerada transformação também foi acompanhado de uma queda abrupta da confiança na democracia, nas instituições, nos partidos e nos sindicatos. Não foi por mero acaso que os últimos grandes movimentos de ativismo global - Occupy, MeToo, Black Lives Matter e Fridays for Climate – passaram ao lado dos protagonistas habituais.

O mundo mudou e os partidos políticos portugueses não se atualizaram. Lançaremos um processo, aberto a toda a sociedade, de atualização das nossas linhas programáticas, a aprovar em Congresso Extraordinário, e acreditamos que a nossa capacidade de reconquistar a confiança dos portugueses depende desse passo.

2. Abrir e modernizar o PSD, tornando-o um partido-movimento orientado por causas.

O processo de refundação tem de ir além da vertente programática e exige **inovação na forma como nos organizamos e funcionamos internamente.**

Tal como em 74, quando contra todas as probabilidades nascemos e crescemos, o PSD terá de voltar a ter uma cultura de empreendedor – ou, utilizando uma terminologia mais atual, de start-up - e não de incumbente.

Seremos um partido-movimento, orientado por causas. Seremos um partido de eleitores e de militantes. Seremos um partido organizado matricialmente (conjugando a componente residencial e temática) e não apenas territorialmente. Seremos o partido que sairá das sedes e estará em contacto direto com os cidadãos, ouvindo-os, auscultando-os e envolvendo-os nos nossos processos de decisão interna. Seremos o partido mais avançado na aplicação das tecnologias digitais, do *big data* e da inteligência artificial, tanto nos processos de apoio à decisão como nos mecanismos de comunicação. Seremos o partido de referência na qualificação dos nossos representantes, instituindo, em parceria com instituições nacionais e internacionais, programas de formação em liderança de políticas públicas cuja frequência será obrigatória para todos os candidatos a eleições autárquicas, legislativas e europeias.

Seremos mais, seremos mais novos e seremos diferentes. Comprometemo-nos a aumentar significativamente o número de militantes; a dar mais poder aos militantes (o partido é deles, não é dos dirigentes); e a promover novas formas de participação de não militantes na vida interna do PSD, seja através do seu envolvimento no desenho de políticas, seja através do seu envolvimento nos nossos processos de decisão e de escolha interna.

Adotaremos um código de conduta aplicável a todos os militantes e eleitos do PSD.

E iremos mais longe na igualdade e na não discriminação de género, assumindo o objetivo de paridade entre homens e mulheres nos órgãos políticos internos e nas eleições autárquicas, europeias e legislativas. Valorizaremos o papel fundamental dos autarcas na definição das políticas públicas nacionais, recusando remetê-los à mera territorialização de medidas decididas em Lisboa. E, sim, seremos, o partido preferido pelos jovens.

Algumas das mudanças acima preconizadas carecem de medidas de gestão a promover pela Comissão Política Nacional. Outras exigem mesmo a revisão dos Estatutos a concretizar em Congresso Extraordinário a realizar em 2023, no decorrer do qual também se aprovarão as novas linhas programáticas do PSD.

3. Liderar uma oposição firme, inconformista, criativa e reformista ao governo socialista.

Os portugueses deram-nos um mandato claro e teremos de o honrar, dado que tanto no governo como na oposição se serve o interesse comum. **Mais do que mera oposição, seremos alternativa.** Seremos firmes no escrutínio do governo e na denúncia dos seus erros. Dentro e fora do Parlamento. E seremos audazes na formulação de alternativas. Dentro e fora do Parlamento.

Seguindo o modelo inglês, constituiremos um verdadeiro **governo-sombra** cuja composição será apresentada no Congresso do dia 4 de Julho. Ficam os Ministros e os Secretários de Estado do governo socialista a saber que, a partir de agora, terão uma marcação direta por parte dos Ministros-sombra e dos Secretários de Estado sombra do PSD. Não lhes daremos descanso, em nome do mandato que os portugueses nos conferiram. Portugal foi ficando para trás nos indicadores económicos e sociais e é do PS a principal responsabilidade pela situação em que Portugal se encontra – liderou o governo durante 14 dos últimos 20 anos. Foi responsável, durante a governação Sócrates, pelo sequestro de Portugal no défice e na dívida e pelo pedido de resgate que trouxe a austeridade e os sacrifícios aos Portugueses. Foi responsável, durante os últimos 6 anos por um autêntico governo de gestão, liderado por António Costa, que nem aproveitou os resultados das reformas estruturais que lhes deixámos em 2015, nem os ventos de cauda que sopraram entre 2016 e 2020, para realizar as reformas que nos tivessem colocado em melhores condições de enfrentar as consequências sociais e económicas dos novos choques globais – a pandemia, a inflação, a crise na Ucrânia e a escalada de preços da energia. Desenhou um Plano de Recuperação e Resiliência pós-Covid a pensar essencialmente no financiamento do Estado e não no financiamento da economia e no reforço da competitividade e da produtividade. E agora – quando nos deparamos com as consequências de três choques sucessivos (Covid19, inflação e guerra) - apresentou um Orçamento irrealista.

4. Unir o Partido e vencer todos os desafios eleitorais

O PSD tem de encarar o ciclo o próximo ciclo de 4 anos com **a ambição de vencer todas as eleições.**

No horizonte do mandato da nova Comissão Política Nacional, até 2024, apenas se disputarão as eleições regionais na Madeira, onde devemos ambicionar alcançar uma maioria absoluta do PSD, e as eleições Europeias, onde temos de assumir de forma clara o objetivo de vencer. A vitória nestes atos eleitorais é especialmente relevante atendendo ao à exigência de aprofundamento do projeto político europeu, de reforço da autonomia regional dos Açores e da Madeira e de superação dos problemas colocados pela insularidade e para o desenvolvimento sustentável daquelas regiões.

E avançaremos, de imediato, para a atempada preparação do PSD para os atos eleitorais que terão lugar entre 2024 e 2026 - eleições regionais nos Açores (onde devemos ambicionar uma maioria absoluta do PSD), eleições autárquicas (onde o PSD terá de se voltar a afirmar como o maior partido do poder local) e eleições legislativas. Ainda que as eleições legislativas estejam previstas apenas para 2026, o PSD tem de se preparar de imediato para esse desafio eleitoral, discutindo e apresentando, num processo amplamente participado pelos militantes e pelos cidadãos em geral, uma nova geração de políticas públicas e de reformas estruturais capazes de colocar Portugal, em 2030, no topo dos indicadores e rankings de Desenvolvimento Sustentável, de Desenvolvimento Humano e de Bem-estar Social e acima da média europeia do PIB per capita (em paridades de poder de compra).

Uma sequência vitoriosa em todos as eleições previstas para os próximos 4 anos pressupõe verdade e inconformismo no diagnóstico dos problemas; inovação e reformismo nas soluções políticas apresentadas; e integridade e credibilidade dos nossos protagonistas. Mas pressupõe também uma dimensão prévia – **o espírito de unidade no Partido, para o qual todos temos a obrigação de contribuir.**